



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 160

SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1989

BRASILIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

(\*) PROJETO DE LEI Nº 54, DE 1989  
(CN)

*Estima a Receita e fixa a Despesa da  
União para o exercício financeiro de 1990.*

### EMENDAS PREFERENCIAIS

(\*) Serão publicadas no Suplemento "A" à presente  
edição.

(\*\*) PROJETO DE LEI Nº 54, DE 1989  
(CN)

*Estima a Receita e fixa a Despesa da  
União para o exercício financeiro de 1990.*

### EMENDAS NÃO PREFERENCIAIS

(\*\*) Serão publicadas no Suplemento "B" à presente  
edição.

**PROJETO DE LEI  
Nº 58, DE 1989 (CN)  
MENSAGEM Nº 189, DE 1989-CN  
(Nº 670/89, na origem)  
Emendas**

PROJETO DE LEI Nº 54, DE 1989		PÁGINA	
Fl. nº 58, 1939		01 de 02	
EMENDA			
AUTOR		DATA	
DEPUTADO WILSON GIBSON		PE 1989	
TÍTULO JUSTIFICACÃO			
27.000 - Ministério dos Transportes			
27.200 - Entidades supervisionadas			
Construção e Pavimentação de Rodovias			
Descritor - 27 200 15885371 921			
Projeto a cargo do DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS			
DE RODAGEM - (D.N.E.R.)			

Dotar os segmentos rodoviários de condições de trafegabilidade e segurança, reduzindo os custos operacionais e o número de acidentes através de construção e pavimentação da rede viária BR-104 (Divisa PE/AL) acesso LAJOA DOS GATOS (PE) - BR-101, c/ dotação de NCZ\$ 5.000.000.

### Justificativa

Responsável por pelo menos 70% da movimentação de bens do País e por quase 15% de seu PIB, o transporte rodoviário, não dispõe, a nível político e de governo, de uma atenção adequada à sua importância na vida nacional. Importante econômica e estrategicamente, o transporte rodoviário de cargas ainda é irrelevante / como força política - como consciência ativa de sua participação no processo histórico brasileiro. No entanto, alguns estudiosos já se



058-0004-8

PROJETO DE LEI NÚMERO  
P.L. nº 58/89 CN

PÁGINA  
01 DE 02

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ROSÁRIO CONGRO NETO

UF  
MS

PARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

DESTAQUE-SE DO PROJETO:

27202.16885371.486 - BR-364/RO/AC-PORTO VELHO-RIO BRANCO, a importância de NCz\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados novos) para a implantação e pavimentação do trecho ENTRONCAMENTO MS-440/RIO SUCURIU-MS 377, no Estado de Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Vide página 02/02

JUSTIFICATIVA

A região do Estado do Mato Grosso do Sul, com extensas áreas propícias à agricultura mecanizada, constitui em exemplo típico da possibilidade de ocupação produtiva daquela unidade da Federação. Em curto período de tempo essa região já produz em áreas próximas a malha viária atual, mais de 1,0(um) milhão de toneladas de grãos.

Objetivando elevar a produção e produtividade agrícola aos níveis compatíveis com as disponibilidades estaduais e efetivar a implantação de agroindústrias para o aproveitamento dos produtos primários, o governo daquele Estado selecionou obras de infra-estrutura de transporte prioritárias àquela região.

Assim priorizou-se implantação e pavimentação da MS-377 entrocamento MS-440/Rio Sucuriu, numa extensão de 40 Km por representar atualmente o elo de integração do Nordeste com a Capital e também com São Paulo através da BR-262.

Desta forma, o governo daquele Estado, tem dispendido enormes esforços no sentido de viabilizar recursos para a realização dessas obras, fazendo-se necessário uma complementação de recursos no valor de NCz\$ 8.000.000,00 para que seja possível dar continuidade a essas obras, atualmente paralizadas prejudicando significativamente o desenvolvimento desta promissora região do Estado de Mato Grosso do Sul.

importância de NCz\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados novos) para a implantação e pavimentação da MS-377 trecho Água Clara/Entroncamento MS-440, no Estado de Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Vide página 02/02.

JUSTIFICATIVA

A Região Nordeste do Estado do Mato Grosso do Sul, com extensas áreas propícias à agricultura mecanizada, constitui em exemplo típico da possibilidade de ocupação produtiva daquela unidade da Federação. Em curto período de tempo essa região já produz, em áreas próximas a malha viária atual, mais de 1,0(um) milhão de toneladas de grãos.

Objetivando elevar a produção e produtividade agrícola aos níveis compatíveis com as disponibilidades estaduais e efetivar a implantação de agroindústrias para o aproveitamento dos produtos primários, o governo daquele Estado selecionou obras de infra-estrutura de transporte prioritárias àquela região.

Assim priorizou-se implantação e pavimentação da MS-377 Água Clara / Entroncamento MS-440, numa extensão de 60 km por representar atualmente o elo de integração do Nordeste do Estado com a capital e também com São Paulo através da BR-262.

Desta forma, o governo daquele Estado, tem dispendido enormes esforços no sentido de viabilizar recursos para a realização dessas obras, fazendo-se necessário uma complementação de recursos no valor total de NCz\$ 8.000.000,00 para que seja possível dar continuidade a essas obras, atualmente paralizadas prejudicando significativamente o desenvolvimento dessa promissora região do Estado de Mato Grosso do Sul.

PARLAMENTAR

31/10/89 Rosário Neto (PMDB)

058-0004-4

PROJETO DE LEI NÚMERO  
P.L. nº 58/89 CN

PÁGINA  
01 DE 03

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ROSÁRIO CONGRO NETO

UF  
MS

PARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

DESTAQUE-SE DO PROJETO:

27202.16885371.486 - BR-364/RO/AC-PORTO VELHO/RIO BRANCO, a importância de NCz\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos) para a implantação e pavimentação do trecho Água Clara/Rio Sucuriu-MS 377, no Estado de Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICATIVA

Vide páginas 02/03

058-0005-4

PROJETO DE LEI NÚMERO  
P.L. nº 58/89 CN

PÁGINA  
01 DE 02

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ROSÁRIO CONGRO NETO

UF  
MS

PARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

DESTAQUE-SE DO PROJETO:

27202.16885371.486 - BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco a

JUSTIFICATIVA

A região Nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul, com extensas áreas propícias à agricultura mecanizada, constitui em exemplo típico da possibilidade de ocupação daquela unidade da Federação. Em curto período de tempo essa região já produz, em áreas próximas à malha viária atual, mais de 1,0 (um) milhão de toneladas de grãos.

Objetivando elevar a produção e produtividade agrícola aos níveis compatíveis com as disponibilidades estaduais e efetivar a implantação de indústrias para o aproveitamento dos produtos primários, o Governo daquele Estado selecionou obras de infra-estrutura de transporte prioritárias àquela região.

Assim priorizou-se implantação e pavimentação da MS-377 Água-Clara-Rio Sucuriú, numa extensão de 100 km por representar atualmente o eixo de integração Nordeste do Estado com a Capital e também com São Paulo através da BR-262.

Desta forma, o governo daquele Estado, tem dispensado enormes esforços no sentido de viabilizar recursos para a realização dessas obras, fazendo-se necessário uma complementação no valor total de NCZ\$ 4.000.000,00 para que seja possível dar continuidade a essas obras, atualmente paralisadas prejudicando significativamente o desenvolvimento dessa promissora região do Estado de Mato Grosso do Sul.

31/10/89 *Rosário* *Paulo Roberto* *Calvo*

058-0007-2

## MENUDA

DEP. ARNALDO PRIETO

RS PFL

Mantenha-se, no Órgão Ministério dos Transportes - Entidades Super visionadas - TRENSURB, o seguinte crédito:

27 208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16.915.727.037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária  
(Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$10.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam, uma economia de 50 milhões de horas trabalhador/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizamos para o país anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ga

nho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores; por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$0,40 -ônibus NCZ\$2,70 representando, portanto, a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteador, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhador / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988, os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de um ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

01/11/89

058-0008-1

PROJETO DE LEI NUMERO

58/1989 (CN)

DI. 11. 01

## MENUDA

DEP. LUIS ROBERTO PONTE

RS

PMDB

Mantenha-se, no Órgão Ministério dos Transportes - Entidades Super visionadas - TRENSURB, o seguinte crédito:

27 208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16.915.727.037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária  
(Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$10.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam, uma economia de 50 milhões de horas trabalhador/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizamos para o país anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores; por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$0,40 -ônibus NCZ\$2,70 representando, portanto,

a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhadas / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de uma ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhadas / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de uma ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

01/11/89

058-0009-9

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/1989 (CH)

01

02

REUNDA MODIFICATIVA

DEP. DARCY POZZA

RS

PDS

Inclua-se, onde couber, ao órgão Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - TRENSURB, o seguinte crédito adicional:

27208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16 915 727 037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária (Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$ 5.000.000,00

FONTES DE CANCELAMENTO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

27202.1688 5371.486 BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco

NCZ\$ 5.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam, uma economia de 50 milhões de horas trabalhadas/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizando para o país anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores: por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivessemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$0,40 -ônibus NCZ\$2,70 representando, portanto,

01/11/89

058-0010-2

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/1989

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

Deputado JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS

UF

MG

PARTIDO

PFL

EMENDA MODIFICATIVA

SUPLEMENTAÇÃO:

ANEXO I

Ministério dos Transportes

Departamento Nacional de Estradas e Rodagens

27202.16885395.164-BR-262/MG - Div. ES/MG - RJW. MG/SP(Km 448-Km 511)

Valor: NCZ\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:

BR.364 RO/AC. - Porto Velho/Rio Branco

valor: NCZ\$ 20.000.000,00

JUSTIFICATIVA:

O sub-trecho Betim - Entrocamento BR-354 é obra em andamento cuja paralisação prolongada poderá trazer sérios prejuízos aos serviços executados. Esta obra, situada no coração de Minas Gerais, liga a Capital do Estado, justamente de seu maior polo industrial, ao Triângulo Mineiro apresentando um dos maiores índices de tmd/dia do País.

01/11/89

058-0011-1

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/1989

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

Deputado JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS

UF

MG

PARTIDO

PFL

## EMENDA MODIFICATIVA

## SUPLEMENTAÇÃO: ANEXO I

Ministério dos Transportes

Departamento Nacional de Estradas e Rodagens

27202.16885395.231 - BR-116/MG - Div. BA/MG - Div. MG/RJ (Km 0 - Km 90)

Valor: NCZ\$ 20.000.000,00

## CANCELAMENTO: ANEXO I

BR-364 RO/AC - Porto Velho/Rio Branco

valor: NCZ\$ 20.000.000,00

## JUSTIFICATIVA:

O sub-trecho Divisa BA/MG - Entrocamento BR-367, encontra-se em péssimo estado de conservação, com risco de ter o tráfego interrompido. A Rodovia Rio-Bahia, é uma das principais artérias de transportes do País, sendo responsável por maior parte do tráfego que liga o Nordeste ao Sul/Sudeste do País, apresentando um dos maiores volumes de tráfego pesado do Brasil.

anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores: por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, os ônibus TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,70 representando, portanto, a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhadas / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somando a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de um ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

PARLAMENTAR

01/11/89

058-0012-9

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/1989 (CN)

01 DE 02

## EMENDA MODIFICATIVA

AUTOR

DEP. JOÃO DE DEUS ANTUNES

UF

RS

PARTIDO

PTB

## TEXTOS/JUSTIFICATIVA

Inclua-se, onde couber, no órgão Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - TRENSURB, o seguinte crédito adicional:

27 208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16 915 727 037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária  
(Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$ 5.000.000,00

## FONTE DE CANCELAMENTO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

27.202.1688.5375.285 BR 174/RR - Caracará - Boa Vista

NCZ\$ 5.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam. Uma economia de 50 milhões de horas trabalhadas/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizando para o país a

058-0013-7

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/89 - CN

PÁGINA

01 DE 02

## EMENDA

AUTOR

DEPUTADO STÉLIO DIAS

UF

ES

PARTIDO

PFL

## TEXTOS/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - constante dos Anexos I e II do Projeto de Lei nº 58/89 - CN, o seguinte Projeto

Projeto: Ponte sobre o Rio Doce em Itapina, distrito de Colatina - ES. Conclusão da Ponte de Itapina ao leito de rodovia BR 259, encurtando distâncias e integrando municípios, propiciando escoamento de safras.

Valor: NCZ\$ 3.000.000 (Tres milhões de cruzados novos)

Fonte de Recursos:

2720016885371922 - Projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

Valor: NCZ\$ 1.500.000 ( Um milhão e quinhentos mil cruzados novos)

2720016885371922 - Projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

Valor : NCZ\$ 1.500.000 ( Um milhão e quinhentos mil cruzados novos)

JUSTIFICATIVA

A ponte sobre o Rio Doce, localizada no distrito de Itapina, município de Colatina-ES teve sua construção iniciada na década de 50, sendo os serviços paralisados por falta de recursos financeiros.

JUSTIFICATIVA

(Cont....)

O estado da obra hoje é assim discriminado:

- 1- fundações - todas executadas
- 2- trechos 1, 3 e 5 - Estrutura totalmente executados
- 3- trecho 2 - Falta executar a laje do tabuleiro
- 4- trecho 4 - Falta executar 3 arcos, pilares, vigas e lajes.

Esta obra pode ser objeto de convênio entre o DNER e a Prefeitura Municipal de Colatina, viabilizando sua construção.

Esta emenda visa:

- recuperar os investimentos produzidos pelo Governo Federal numa obra paralisada sem justificativa plausível ao longo do tempo, depois de mais de 70% da obra concluída.
  - integrar economicamente todos os municípios ao sul do Rio Doce com a BR 259 escoando toda a produção e safra agrícola;
  - integrar os municípios ao sul do Rio Doce no contexto sócio - econômico de toda a região Norte e Micro Região Serra na Norte.
- Completar o anel viário da BR 259

01/11/89

058-0014-5

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/89 - CN

PÁGINA

01 de 01

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO SÉLIO DIAS

UF

ES

PARTIDO

PFL

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - Entidades - constante nos Anexos I e II do Projeto de Lei nº 58/89-CN, o seguinte Projeto:

Projeto: Construção do trevo de acesso na estrada da Ponte sobre o Rio Doce na Rodovia 459

Valor: NCZ\$ 3.000.000 ( Tres milhões de cruzados novos)

Fonte de Recursos:

2720016885371922 - Projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Valor: NCZ\$ 1.500.000 (Um milhão e quinhentos mil cruzados novos).

2720016885371922 - Projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Valor: NCZ\$ 1.500.000 ( Um milhão e quinhentos cruzados mil cruzados novos)

JUSTIFICATIVA

A construção do trevo de acesso na entrada da ponte sobre o Rio Doce em Itapina, vem rotar o trecho de trafegabilidade e segurança aos usuários da BR 459.

É importante e imprescindível.

01/11/89

058-0015-3

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/1989 (CN)

PÁGINA

01 de 02

EMENDA MODIFICATIVA

AUTOR  
DEPUTADO IBSEN PINHEIRO

UF

RS

PARTIDO

PMDB

TEXTO JUSTIFICATIVO

Inclua-se, onde couber, no órgão Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - TRENSURB, o seguinte crédito adicional:

27 208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16 915 727 037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária (Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$ 5.000.000,00

FORNECIMENTO DE CANCELAMENTO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

27.202.1688.5375.285 BR 174/RR - Cascaresai - bus Vista

NCZ\$ 5.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam. Uma economia de 50 milhões de horas trabalhadas/ano ou equivalente a um ganho social de 800 mil salários mínimos, economizados para o País anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores; por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 6,40 Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,70 representando, portanto, a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhadas/ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário. Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 17%, e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de um ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

01/11/89

058-0016-1

58/1989 (CN)

C1, 16, 02

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO FLORICENO PAIXÃO

RS

PDT

TERMO DE JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no órgão Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - TRENSURB, o seguinte crédito adicional:

27 208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16 915 727 037. Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária  
(Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$ 5.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

27.202.1688.5375.285 BR 174/RR - Caracará - Boa Vista

NCZ\$ 5.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam, uma economia de 50 milhões de horas trabalhador/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizamos para o país anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores; por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$0,40 -ônibus NCZ\$2,70 representando, portanto, a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão, resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhador / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de uma ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

03.11.89

058-0017-0

58/1989 (CN)

C1, 16, 02

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO PAULO PAIM

RS

PT

TERMO DE JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no órgão Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - TRENSURB, o seguinte crédito adicional:

27208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16 915 727 037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária  
(Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$ 5.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

27202.1688 5371.486 BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco

NCZ\$ 5.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam, uma economia de 50 milhões de horas trabalhador/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizamos para o país anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores; por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$0,40 -ônibus NCZ\$2,70 representando, portanto, a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhador / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de uma ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

03.11.89



058-0018-8

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/1989 (CN)

C1 DE 02

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO TELMO KIRST

RS

PDS

TEXTOS JUSTIFICATIVOS

Inclua-se, onde couber, no órgão Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - TRENSURB, o seguinte crédito adicional:

27 208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16 915 727 037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária  
(Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$ 5.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

27.202.1688.5375.285 BR 174/RR - Caracará - Boa Vista

NCZ\$ 5.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam, uma economia de 50 milhões de horas trabalhador/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizando para o país anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores; por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$0,40 -ônibus NCZ\$2,70 representando, portanto, a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhador / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de um ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

03/11/89

058-0019-6

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/1989 (CN)

01 DE 02

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO TELMO KIRST

RS

PDS

TEXTOS JUSTIFICATIVOS

Inclua-se, onde couber, no órgão Ministério dos Transportes - Entidades Supervisionadas - TRENSURB, o seguinte crédito adicional:

27208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A

16 915 727 037 Duplicação e Recuperação da Malha Ferroviária  
(Extensão Sapucaia do Sul - São Leopoldo)

NCZ\$ 5.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

27202.1688 5371.486 BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco

NCZ\$ 5.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A importância da TRENSURB para a região metropolitana de Porto Alegre está intimamente vinculada aos resultados que hoje representam, uma economia de 50 milhões de horas trabalhador/ano ou equivalente a um ganho social de 500 mil salários mínimos, economizando para o país anualmente 20 milhões de litros de diesel, e o usuário médio tem um ganho de 5,3% do seu salário, devido à política de tarifas, voltada ao benefício social como evidenciam os valores; por exemplo: em relação aos pontos terminais de hoje/Sapucaia e Porto Alegre, TRENSURB NCZ\$ 0,40 - Ônibus NCZ\$ 2,00, se estivéssemos operando até São Leopoldo, teríamos TRENSURB NCZ\$0,40 -ônibus NCZ\$2,70 representando, portanto, a obra a ser executada com os recursos propostos, de uma economia de 76% para o usuário.

A extensão resultante da aplicação dos recursos ora pleiteados, promoverá um acréscimo de economia de 06 milhões de horas trabalhador / ano, com ganho social de 60 mil salários mínimos, economizando mais 4,5 milhões de litros de diesel, passando o usuário médio a ter um ganho real de 9,0% do seu salário.

Somam-se a estes benefícios, o atendimento a uma comunidade universitária de 20.000 estudantes, e acréscimo inicial de 40.000 usuários, o que reduzirá em 15% o déficit operacional atual.

Salientamos que, em outubro de 1988 os benefícios sociais advindos da obra, determinavam uma economia para o usuário na ordem de 41% e o ganho real do usuário médio era de 7,2% de seu salário.

Verifica-se que no período de um ano, tais benefícios, já teriam atingido índices em torno de 100% maiores.

A redução do déficit operacional da empresa aos níveis percentuais de 15%, representam hoje, em valores absolutos, quase que integralmente, os valores que se prevê investir anualmente no projeto.

03/11/89

058-0020-0	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89-CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO UIRATAN SPINELLI	MT	PLP

## EMENDA MODIFICATIVA

INCLUA-SE NO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS-ERTU A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS) PARA APLICAÇÃO NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE VIAS DE TRANSPORTE URBANO DO CANAL DO BARBADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT, A SER DEDUZIDO DO CRÉDITO ESPECIAL PROPOSTO PARA O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNER, CÓDIGO 27202.16885375.285, ANEXO II.

## JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DA CONSTRUÇÃO DAS AVENIDAS MARGINAIS DO CANAL DO CÔRREGO BARBA DO NA REGIÃO URBANA DA CIDADE DE CUIABÁ-MT, SEM COMO DAS TRAVESSIAS SOBRE O CANAL E PROTEÇÃO DE SUAS MARGENS PARA EVITAR A EROSIÃO. É UM PROJETO PRIORITÁRIO PARA O MUNICÍPIO E DE GRANDE ALCANCE SOCIAL, QUE CONTRIBUIRÁ PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTES ENTRE VÁRIOS BAIRROS DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E O CENTRO DA CIDADE, HOJE TOTALMENTE DESPROVIDO DESTES SERVIÇOS PÚBLICOS.

AS OBRAS EM QUESTÃO BENEFICIARÃO A UMA POPULAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 50.000 PESSOAS NOS SEGUINTE BAIRROS: JARDIM DAS AMÉRICAS, PEDREGAL, BOSQUE DA SAUDADE, CANICA, CARUMBE, TERRA NOVA, BELA VISTA, JARDIM AÇULMAÇÃO, MORADA DO OURO E OUTROS.

AS OBRAS TEM AINDA COMO OBJETIVO A RETIFICAÇÃO DO LEITO DO CÔRREGO BARBADO, EXTINGUINDO ÁREAS ALAGADAS, E EVITAR O EXTRAVASAMENTO DAS ÁGUAS, E CONSEQUENTES INUNDAÇÕES, POSSIBILITANDO O APROVEITAMENTO DAS TERRAS PARA FINS HABITACIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS.

É INEGÁVEL, PORTANTO O ALCANCE SOCIAL DO EMPREENDIMENTO, JUSTIFICANDO O EMPENHO DO PODER PÚBLICO EM TORNAR POSSÍVEL A CONCRETIZAÇÃO DO MESMO.

06/11/89	DATA	ASSINATURA
----------	------	------------

058-0021-8

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89-CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MARCOS LIMA	MG	PMDB

## EMENDA MODIFICATIVA

INCLUA-SE NO ANEXO I, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER, CÓDIGO 27202.1688537X.XXX, A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS), PARA APLICAÇÃO NO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR-482/MG - TRECHO CONSULHEIRO LAFAIETE-SENADOR FIRMINO A SER DEDUZIDO DO CRÉDITO SUPLEMENTAR PROPOSTO PARA O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES-DNER, CÓDIGO 27202.16885371.486, ANEXO I.

## JUSTIFICAÇÃO

ALÉM DE ATENDER AOS MUNICÍPIOS MINEIROS DE CONSULHEIRO LAFAIETE-CATAS ALTAS DA NORUEGA-LAMIN-SENIORA DE OLIVEIRA-BRÁS-PIRES E SENADOR FIRMINO, DE TERRAS AGRICULTÁVEIS COM ALTO NÍVEL DE PRODUTIVIDADE, É AINDA EXPLORADAS EM ATIVIDADES PASTORIS DE GADO LEITEIRO. ATÉ ENTÃO DISPONDO DE ESTRADAS PRECARIAMENTE TRANSITÁVEIS EM ÉPOCA DE CHUVA, A COMPLETAÇÃO DA EXECUÇÃO DESTA OBRA PERMITIRÁ UMA ECONOMIA DE CERCA DE 100 KM ÀS PESSOAS E CARGAS QUE CIRCULAM ENTRE A ZONA DA MATA (REGIÃO DE UDA-MG) E A CAPITAL MINEIRA.

06/11/89	DATA	ASSINATURA
----------	------	------------

058-0022-4	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89-CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
SENADOR LOURENBERG NUNES ROCHA	MT	PTB

## EMENDA MODIFICATIVA

INCLUA-SE NO ANEXO I, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER, CÓDIGO 27202.1688537X.XXX, A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS), PARA APLICAÇÃO NO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR-158/MT - TRECHO CANARANA - ENTº MT-424 (P/ SÃO FELIX), A SER DEDUZIDO DO CRÉDITO SUPLEMENTAR PROPOSTO PARA O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES-DNER, CÓDIGO 27202.16885371.486, ANEXO I.

## JUSTIFICAÇÃO

A IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA BR-158/MT TRECHO ENTº P/ CANARANA AO ENTº DA MT-424 (ENTº P/ SÃO FELIX) IRÁ COMPLEMENTAR MAIS UMA PARTE DA LIGAÇÃO DO NORDESTE DO MATO GROSSO, REGIÃO DE GRANDE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, COM O SUL DO PAÍS E CONSEQUENTEMENTE COM A PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS.

ALÉM DE GRANDE PRODUTORA DE GADO DOVINO, A REGIÃO APRESENTA UM POTENCIAL APECIÁVEL NO QUE DIZ RESPEITO À PRODUÇÃO DE GRÃOS, HOJE PREJUDICADA PELA NÃO PERENIDADE DO TRÂNSITO NESTA RODOVIA.

A EXECUÇÃO DESTA OBRA NÃO SÓ POSSIBILITARÁ O ESCOAMENTO DA ATUAL PRODUÇÃO, COMO INTENSIFICARÁ O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO E SUA PRODUÇÃO GHA NELEIRA.

06/11/89	DATA	ASSINATURA
----------	------	------------

058-0023-4

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL Nº 58 CN/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO BASTIÃO VILLANI	PR	P.R.N.

Inclua-se no anexo II do PL nº 58/89 - CN, no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o CRÉDITO ESPECIAL, para atendimento do " ACESSO A ITAPOÁ - SC ", no valor de NCZ\$ 5.400.000,00 ( CINCO MILHÕES E QUATROCENTOS MIL CRUZADOS NOVOS ), com o código próprio, a ser deduzido do sub projeto 27202.1688537528 BR 174/RR - CARACARAI - BOA VISTA - MARCO BVB.

O.U.S.T. I.F.I.C. A.T.H.I.V. N.

O referido acesso a Itapoá, antiga anseiração de P. transenses e Catarinenses, visa beneficiar uma população de 30.000 habitantes, cuja tendência é aumentar ano a ano em vista de inúmeras benfeitorias que estão sendo criadas naquele importante Município Catarinense. Esta ligação consolida a integração do Litoral Norte de Santa Catarina com a BR-101/SC que liga o Brasil do Norte a Sul.

06/11/89	DATA	ASSINATURA
----------	------	------------

058-0024-2

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89-CN

PÁGINA  
01 DE 01

EMENDA

SENADOR ROMAN TITO

AUTOR

UF  
MG

PARTIDO  
PMDB

TÍTULO/JUSTIFICATIVA

EMENDA MODIFICATIVA

INCLUI-SE NO ANEXO II, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER, A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS) PARA APLICAÇÃO NO PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-381/MG - TRECHO BETIM-BRUNADINHO, CÓDIGO ..... 27202.1688537X.XXX, A SER DEDUZIDO DO CRÉDITO ESPECIAL PROPOSTO PARA O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNER, CÓDIGO 27202.16885375.285, ANEXO II.

JUSTIFICAÇÃO

CONSIDERANDO A SATURAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO À REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, AQUI ENVOLVIDA A CIDADE INDUSTRIAL DE CONTAGEM, A IMPLANTAÇÃO DESTA OBRA VIRA FACILITAR O TRÂNSITO DE CARGAS E PASSAGEIROS NÃO SÓ NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE PARA O SUL E O OESTE DO ESTADO E DO PAÍS, MAS TAMBÉM SERÁ DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA O TRANSPORTE DO PESSOAL QUE HABITANDO A PERIFERIA DA CAPITAL DESLOCA-SE DIARIAMENTE PARA SEUS LOCAIS DE TRABALHO, NO CENTRO.

RESSALTA-SE QUE A EXECUÇÃO DESTA OBRA VIRA FACILITAR O TRÂNSITO DE CARGAS E PASSAGEIROS NÃO SÓ NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE PARA O SUL E O OESTE DO ESTADO E DO PAÍS, MAS TAMBÉM SERÁ DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA O TRANSPORTE DO PESSOAL QUE HABITANDO A PERIFERIA DA CAPITAL DESLOCA-SE DIARIAMENTE PARA SEUS LOCAIS DE TRABALHO, NO CENTRO.

DADA AS CARACTERÍSTICAS DA OBRA PODE-SE AFIRMAR AINDA QUE SERÁ DECISIVA NO QUE DIZ RESPEITO À SEGURANÇA DO USUÁRIO, CONTRIBUINDO PARA A DIMINUIÇÃO DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES, HOJE COM ÍNDICES ALARMANTES NAQUELA REGIÃO.

06/11/89

058-0025-1

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58, 1989 - CN

PÁGINA  
01 DE 03

EMENDA

DEPUTADO NYDER BARBOSA

AUTOR

UF  
ES

PARTIDO  
PMDB

TÍTULO/JUSTIFICATIVA

EMENDA

SUPRIMIR no Anexo I do Código 27202.16885371.486 BR - 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco o valor de :NCZ\$ 7.000.000,00

INCLUIR no Anexo I o código no 27202.16885373.760 - Ponte sobre o Rio Doce na Br-101/ES, o Valor de NCZ\$ 7.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

A nova ponte de LINHARES está com as obras paralizadas por falta de recursos, enquanto a Ponte Getúlio Vargas está condenada a ruir a qualquer hora.

Os recursos acima solicitados destinam-se a assegurar a conclusão da nova ponte rodoviária sobre o Rio Doce, na BR-101/ES, no município de LINHARES.

A obra em andamento encontra-se, atualmente, quanto a infra-estrutura e meso-estrutura, com a fundação e os pilares concluídos. Quanto a super-estrutura falta a fabricação e colocação das vigas e lajes, quanto aos acessos já foram iniciados.

Quanto aos recursos alocados, desde o início da obra até 1988 foram aplicados recursos financeiros no valor de NCZ\$ 1.152.700,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil e setecentos cruzados novos), e, no decorrer do ano de 1989 foram alocados recursos no valor de NCZ\$..... 3.979.800,00 (tres milhões e novecentos e setenta e nove mil e oitocentos cruzados novos) e, para o exercício de 1990 foram alocados no Orçamento da União, recursos financeiros no valor de NCZ\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil cruzados novos) suficientes para a conclusão da obra, caso o meu pleito de crédito adicional de NCZ\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzados novos) seja concedido e os recursos propostos para o exercício de 1990 sejam liberados, a nova ponte de LINHARES estará concluída em julho de 1990.

Informo, ainda, que a execução da obra está sendo feita diretamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagens-DNER, órgão do Governo Federal e a contratada Construtora Queiroz Galvão Ltda.

A nova ponte de LINHARES-ES, possui uma extensão de 630 metros de comprimento e se encontra numa região plana.

A ponte Getúlio Vargas, inaugurada em 1954, não oferece mais nenhuma segurança ao intenso tráfego de veículos estando, literalmente, se desagregando, podendo ruir a qualquer momento conforme informação do próprio Desenvolvimento Nacional de Estradas de Rodagens-DNER - Ministério dos Transportes.

A mencionada ponte é obra de segurança nacional, de importância suprema para o Ministério do Exército. Sobre ela trafegam, hoje, cerca de 23 mil veículos por dia, com tendência a aumentar ainda mais. Uma eventual paralisação do tráfego, em virtude de seu desabamento, causaria uma verdadeira catástrofe, provocando prejuízos incalculáveis não só a economia do Estado do Espírito Santo, mas a toda o sistema de transportes das regiões Nordeste, leste e sul do país.

Quanto aos prejuízos estaria prejudicado todo o escoamento da produção agro-industrial do nosso Estado. A região norte capixaba é a maior em produção agro-pecuária e industrial do Estado e, sem a ponte sobre o Rio Doce como sobreviveria o norte e o resto do Estado? A região norte estaria sitiada, sem produtos primordiais e prioritários e o restante do Estado, já bastante pobre e sem condição financeira, teria que importar de outros Estados todos os produtos básicos.

Quanto aos prejuízos no âmbito nacional, basta lembrar que a ponte se encontra na BR-101/ES que liga as regiões sul e sudeste às regiões nordeste e leste do país. Quanto custaria o escoamento da produção industrial do sul para o nordeste via centro-oeste? Quanto tempo demoraria? E em quanto aumentaria o já mais elevado índice de acidentes fatais do mundo? Isso porque as rodovias que ligam o sul e sudeste ao norte e nordeste já vivem superlotados e com elevadíssimo número de acidentes de trânsito.

Tudo isso pode ser evitado, bastando que os senhores congressistas se sensibilizem e votem pela aprovação desta emenda que garantirá a nova ponte de LINHARES e mais segurança nas estradas.

Aproveito a oportunidade para invocar a LDO no seu Artigo 38, § 1º que diz que as obras em fase de execução, terão preferência sobre novos projetos.

06/11/89

PARLAMENTAR

058-0026-7	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 58/89	DE /

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. CHAGAS DUARTE	RR	P.D.T

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se onde couber, o seguinte Projeto:  
- Restauração da Estrada Vicinal no Município de Bonfim/RR.  
Valor: NCz\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Cruzados Novos)  
Fonte: 27.202.1688.537.1486 - BR-364/RD/AC - Porto Velho-Rio

Branco.

JUSTIFICAÇÃO

É extremamente precária, com péssimas condições de tráfego as estradas vicinais do Município de Bonfim. Os agricultores estão perdendo suas safras porque não têm como escoar seus produtos. É urgente a recuperação, conservação e melhoramento dessas vicinais, a cargo do Governo Municipal, que tem pronta uma programação, envolvendo o que no Plano é chamado Sistema Viário do Município de Bonfim, como maneira de conseguir os meios necessários para recuperação e manutenção das vias de acesso, que por certo incrementará as atividades produtivas do Estado de Roraima.

06/11/89	PARLAMENTAR
DATA	ASSINATURA
	<i>Chagas Duarte</i>
058-0027-7	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 58/89	DE /

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. CHAGAS DUARTE	RR	P.D.T

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se onde couber, o seguinte Projeto:  
- Restauração da Estrada Vicinal no Município de São João da Baliza/RR.

Valor: NCz\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Cruzados Novos)  
Fonte: 27.202.1688.537.1486 - BR-364/RD/AC - Porto Velho -

Rio Branco.

JUSTIFICAÇÃO

Extremamente precária, com péssimas condições de tráfego as estradas vicinais do Município de São João da Baliza. Os agricultores estão perdendo suas safras porque não têm como escoar seus produtos. É urgente a recuperação, conservação e melhoramento dessas vicinais, a cargo do Governo Municipal, que tem pronta uma programação, envolvendo o que no Plano é chamado Sistema Viário do Município de São João da Baliza, como maneira de conseguir os meios necessários para recuperação e manutenção das vias de acesso, que por certo incrementará as atividades produtivas do Estado de Roraima.

06/11/89	PARLAMENTAR
DATA	ASSINATURA
	<i>Chagas Duarte</i>

058-0028-5	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 58/89	DE /

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. CHAGAS DUARTE	RR	P.D.T

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se onde couber, o seguinte Projeto:  
- Restauração da Estrada Vicinal no Município de São Luiz do Aneá/RR.

Valor: NCz\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Cruzados Novos)  
Fonte: 27.202.1688.537.1486 - BR-364/RD/AC - Porto Velho-Rio

Branco.

JUSTIFICAÇÃO

É extremamente precária, com péssimas condições de tráfego as estradas vicinais do Município de São Luiz do Aneá. Os agricultores estão perdendo suas safras porque não têm como escoar seus produtos. É urgente a recuperação, conservação e melhoramento dessas vicinais, a cargo do Governo Municipal, que tem pronta uma programação, envolvendo o que no Plano é chamado Sistema Viário do Município de São Luiz do Aneá, como maneira de conseguir os meios necessários para recuperação e manutenção das vias de acesso, que por certo incrementará as atividades produtivas do Estado de Roraima.

06/11/89	PARLAMENTAR
DATA	ASSINATURA
	<i>Chagas Duarte</i>
058-0029-3	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 58/89	DE /

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. CHAGAS DUARTE	RR	P.D.T

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se onde couber, o seguinte Projeto:  
- Restauração da Estrada Vicinal no Município de Caracaraí/RR.

Valor: NCz\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzados Novos)  
Fonte: 27.202.1688.537.1486 - BR-364/RD/AC - Porto Velho-Rio

Branco.

JUSTIFICAÇÃO

É extremamente precária, com péssimas condições de tráfego as estradas vicinais do Município de Caracaraí. Os agricultores estão perdendo suas safras porque não têm como escoar seus produtos. É urgente a recuperação, conservação e melhoramento dessas vicinais, a cargo do Governo Municipal, que tem pronta uma programação, envolvendo o que no Plano é chamado Sistema Viário do Município de Caracaraí, como maneira de conseguir os meios necessários para recuperação e manutenção das vias de acesso, que por certo incrementará as atividades produtivas do Estado de Roraima.

06/11/89	PARLAMENTAR
DATA	ASSINATURA
	<i>Chagas Duarte</i>

058-0030-7

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89 PÁGINA 1 DE 1

EMENDA

AUTOR DEP. CHAGAS DUARTE UF RR PARTIDO P.D.T.

TEXTO

Inclua-se onde couber, o seguinte Projeto:  
- Restauração da Estrada Vicinal no Município de Mucajaí/RR.  
Valor: NCz\$ 1.500.000,00 (Um Milhão e Quinhentos Mil Cruzados Novos)  
Fonte: 27.202.1688.537.1486 - BR-364/RO/AC - Porto Velho-Rio Branco.

JUSTIFICAÇÃO

É extremamente precária, com péssimas condições de tráfego as estradas vicinais do Município de Mucajaí. Os agricultores estão perdendo suas safras porque não têm como escoar seus produtos. É urgente a recuperação, conservação e melhoramento dessas vicinais, a cargo do Governo Municipal, que têm pronta uma programação, envolvendo o que no plano é chamado Sistema Viário do Município de Mucajaí, como maneira de conseguir os meios necessários para recuperação e manutenção das vias de acesso, que por certo incrementará as atividades produtivas do Estado de Roraima.

06/11/89 DATA Assinatura

058-0031-5

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89 PÁGINA 1 DE 1

EMENDA

AUTOR DEP. CHAGAS DUARTE UF RR PARTIDO P.D.T.

TEXTO

Inclua-se onde couber, o seguinte Projeto:  
- Restauração da Estrada Vicinal no Município de Normandia/RR.  
Valor: NCz\$ 1.500.000,00 (Um Milhão e Quinhentos Mil Cruzados Novos)  
Fonte: 27.202.1688.537.1486 - BR-364/RO/AC - Porto Velho-Rio Branco.

JUSTIFICAÇÃO

É extremamente precária, com péssimas condições de tráfego as estradas vicinais do Município de Normandia. Os agricultores estão perdendo suas safras porque não têm como escoar seus produtos. É urgente a recuperação, conservação e melhoramento dessas vicinais, a cargo do Governo Municipal, que têm pronta uma programação, envolvendo o que no plano é chamado Sistema Viário do Município de Normandia, como maneira de conseguir os meios necessários para recuperação e manutenção das vias de acesso, que por certo incrementará as atividades do Estado de Roraima.

06/11/89 DATA Assinatura

058-0032-3

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89 PÁGINA 1 DE 1

EMENDA

AUTOR DEP. CHAGAS DUARTE UF RR PARTIDO P.D.T.

TEXTO

Inclua-se onde couber, o seguinte Projeto:  
- Recuperação da Rodovia BR-401/RR.  
Valor: NCz\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Cruzados Novos)  
Fonte: 27.202.1688.537.1486 - BR-364/RO/AC - Porto Velho-Rio Branco.

JUSTIFICAÇÃO

Este valor destina-se a recuperação, manutenção e melhoramento da BR-401, que se estende de Boa Vista até a fronteira com a República Cooperativa da Guiana. É uma estrada estratégica, tanto para o desenvolvimento da economia do Estado de Roraima, na sua região Leste, quanto para a Segurança Nacional, uma vez que seu traçado liga os municípios de Bonfim e Normandia, fronteiras com a Guiana, além de servir de estrada tronco para algumas rodovias territoriais que integram a região onde se desenvolve a agricultura, a pecuária e a mineração.

06/11/89 DATA Assinatura

058-0033-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89-CN PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO VALMIR CAMPELO UF UF PARTIDO PTB

JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se dos recursos previstos no Projeto código 27.202, sub projeto 27202.16885371.486, a cargo do DNER, de que trata a Mensagem Presidencial nº 189/89, a importância de NCz\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzados novos), para a conclusão da Rodovia BR-020/BA, no trecho da divisa dos Estados BA/GO, em Barreiras.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de trecho de grande importância para o desenvolvimento daquela região, sobretudo por possibilitar o escoamento da produção das áreas.

06/11/89 DATA Assinatura

058-0034-0

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 58/89-CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

DEPUTADO VALMIR CAMPELO	AUTOR	UF	PTB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>Destaque-se dos recursos previstos no Projeto código 27.202, sub Projeto 27202.16885371.486, a cargo do DNER, de que trata a Mensagem Presidencial nº 169/89, a importância de NCz\$ 18.000.000 (dezoito milhões de cruzeiros novos), para o projeto abaixo especificado:</p> <p>- GO 241 - trecho Minegu/Cavalcante - construção de Ponte sobre o Rio Maranhão.</p> <p><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A GO 241 é uma transversal que inicia na GO 118, no povoado de Terezinha, e termina na GO 164 em São Miguel do Araguaia.</p> <p>Na Região por ela compreendida estão sendo construídas importantes obras de infra-estrutura, entre elas a barragem da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (em obras) e a Usina Hidráulica de Canabrava (em projeto). Destaca-se o município de Minegu pelas suas reservas minerais de amianto, exploradas pela SAM - Sociedade Anônima de Mineração de Amianto, detendo 96,1% das reservas nacionais deste minério.</p> <p>Trata-se, sem dúvida, de obra que, localizada em região altamente produtiva, eliminará um ponto crítico da Rodovia em questão, propiciando o escoamento das riquezas até a BR-153 e BR-118.</p>			

06/11/89

058-0035-8

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/1989PÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

SENADOR MÁRCIO LACERDA	AUTOR	UF	PMDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p><b>EMENDA MODIFICATIVA</b></p> <p>Projeto a ser Suplementado:</p> <p>Construção de Ponte sobre o RIO MACHADO</p> <p>valor: 5.000.000,00</p> <p>Cancelamento: BR 364/RO/AC + Porto Velho/Rio Branco</p> <p>valor: NCz\$ - 5.000.000,00</p> <p><b>JUSTIFICATIVA:</b></p> <p>A importância de Ji-Paraná, e o excessivo número de veículos, não justifica a operação de traslado no Rio Machado em balsas. Este investimento é um dos que mais rápido retorno apresentará no contexto da Economia Regional, pois o aumento da segurança e a redução do tempo de viagem apresentarão reflexos imediatos. Em média diária atualmente atravessam o Rio Machado em balsas 80 (oitenta) veículos pesados, e 120 (cento e vinte) veículos leves.</p>			

06/11/89

ASSINATURA

058-0036-4

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL-58/89-CNPÁGINA  
01 DE 02

## EMENDA

DEPUTADO JOSÉ DUTRA	AUTOR	UF	PMDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p><b>EMENDA MODIFICATIVA</b></p> <p>Destaque-se do Projeto 27200.16885371.922 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS - constante do anexo II do Projeto de Lei nº 58/89 CN (Projeto a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), a importância de NCz\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos) para a pavimentação da Rodovia GRANDE CIRCULAR (contorno de Manaus) que liga a BR-319 (margem esquerda do Rio Negro) à BR-174 (na Ponte da Solvia), no Estado do Amazonas.</p> <p><b>FONTE DA QUAL DEVE SER RETIRADOS OS RECURSOS</b></p> <p><b>ANEXO II</b></p> <p>2/202.16885375.285 - BR - 174/RR Caracará - Boa Vista - Marco BV8. Permitir melhor fluxo de tráfego na rodovia, retirar NCz\$ 10.000.000,00</p> <p><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A construção da Rodovia Grande Circular (contorno de Manaus) resulta urgente e imprescindível, por se constituir na única forma de interligação das rodovias federais BR-319 (Manaus/Porto Velho) e BR-174 (Manaus-Caracará-Boa Vista-Margem BV-8).</p> <p>Essa rodovia é de profunda importância para a capital amazonense por que, com ela, se objetiva deslocar o trânsito pesado do aeroporto Eduardo Gomes para o Distrito Industrial na Zona Franca de Manaus, eliminando assim o verdadeiro drama por que passa hoje o povo humilde que habita os bairros situados às margens da estrada que, atualmente, liga o centro de Manaus ao preterado aeroporto.</p> <p>Além disso, essa rodovia também é importante para Manaus porque, ligando as rodovias federais BR-319 e BR-174, absorverá todo o trânsito rodoviário de cargas pesadas, descongestionando o tráfego urbano de cargas na capital amazonense e eximindo o poder público municipal de efetivar a manutenção das vias urbanas que, é óbvio, não foram dimensionadas para suportar tráfego de tamanho porte.</p> <p>Ademais, a pavimentação dessa rodovia vai evitar que ocorram outras mortes de manuseiros no leito da estrada atual, que possui um trânsito inseguro, perigoso e revoltante.</p> <p>Finalmente, importa ressaltar que reconheço a importância da obra consistente no Projeto 27202.16885375.285 - BR-174 - CARACARÁ - BOA VISTA - MARCO BV-8, de onde pretendo destacar os recursos objeto da presente emenda. Contudo, a pavimentação da Rodovia BR-174- Grande Circular (contorno de Manaus), como já resultou demonstrado, é também de profunda importância para a capital amazonense e, como se trata de uma obra já iniciada, se encontra devidamente arquivada pelo § 1º do artigo 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que diz que os investimentos em obras em fase de execução terão preferência sobre projetos novos.</p>			

06/11/1989

ASSINATURA

058-0037-4

PROJETO DE LEI NÚMERO PL-58/89

PÁGINA 01 DE 02

EMENDA

AUTOR DEPUTADO JOSÉ DUTRA

UF AM

PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

EMENDA MODIFICATIVA

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no Anexo II, o seguinte Crédito Especial, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem:

BR - 174/AM - Trecho Manaus - KM 180 - NCz\$ 25.000.000,00

REEXCICÇÃO - ANEXO I

27200.16885371.922 - Projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - de NCz\$ 96.000.000 para NCz\$ 71.000.000.

J U S T I F I C A T I V A

O Projeto de Lei nº 06 de 1989 oriundo da mensagem nº 101 de 1989 - CN deu origem à Lei nº 7813 de 05.09.89 e ao Decreto nº 98.137 de 13.09.89.

Non referidos diplomas legais foi consignada numa dotação de NCz\$ 19.500.000,00 para o trecho Caracará - Boa Vista na BR/174-RR.

Tal investimento, si não complementado com providência semelhante no trecho da mesma BR 174 no Estado do Amazonas, não permitirá a ligação rodoviária de Boa Vista com Manaus, indispensável à integração de Roraima com a Rede Rodoviária Nacional.

O polo industrial de toda aquela região se situa inquestionavelmente em Manaus, e a execução apenas do trecho Caracará - Boa Vista, em Roraima, representará um investimento cujo retorno ficará na total dependência da ligação da Caracará com Manaus.

A ligação pavimentada através da BR-174, de Manaus com Boa Vista, estendendo-se até a fronteira com a Venezuela (marco BV-B), se constitui um compromisso bi-lateral entre os Governos brasileiro e venezuelano, além de representar importante alternativa de escoamento da Zona Franca de Manaus, para os centros consumidores do Hemisfério Norte, através do sistema rodoviário Venezuelano, já pavimentado desde a fronteira com o Brasil, até os portos do Caribe.

Há ainda a considerar a importância da pavimentação da BR-174, nos Estados do Amazonas e Roraima, que uma vez executada, se constituirá em importante eixo de apoio terrestre ao Programa Calha-Norte, de ocupação da fronteira norte do País.

O trecho amazônico da BR-174 constitui-se na única via de escoamento de uma vasta região no norte do Estado do Amazonas que além de significativa produção agro-pastoril responsável por grande parte do abastecimento de Manaus e através da navegação fluvial dos rios Negro e Amazonas, de diversas outras cidades do Estado, representará a segurança do escoamento da produção mineral da região (cassiterita, zircónita, tantalita, nióbio, etc.) responsável hoje por exportações de US\$ 300.000.000,00 anuais.

4/11/89

RECEBIDO

058-0038-2

PROJETO DE LEI NÚMERO 058/89 - CN

PÁGINA 01 DE 02

EMENDA

AUTOR DEPUTADO FEDERAL ALEXANDRE PUZYNA

UF SC

PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

- 27.000 - Inclua-se no Programa de Trabalho:  
27.202 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM  
Construção e Pavimentação de Rodovias.

PROJETO P. BR 280/SC - CONTORNO DE PORTO UNIÃO/SC  
Valor NCz\$ 3.000.000,00  
Construção e pavimentação do contorno da cidade de Porto União / SC.

Origem dos Recursos:  
Projeto 27200.16885371.486 - BR 364/RO/AC - PORTO VELHO - RIO BRANCO  
Projetos a cargo do DNCR - Departamento Nacional de Estrada e Rodagem.

A movimentação de veículos de carga nas vias urbanas representa de um lado um risco permanente para a população e de outro um prematuro desgaste da rodovia.

Há por considerar-se, ainda, que o próprio veículo sofre um acentuado desgaste adicional quando trafega nas cidades eis que tanto o sistema de tração como os componentes mecânicos são exigidos no limite de suas especificações técnicas.

As obras de construção do contorno de Porto União/SC, em fases de conclusão, precisam ser ultimadas para assegurar a continuidade da presença de poder público e a certeza de que os recursos previstos de receitas tributárias são aplicados em benefício da coletividade.

A fluidez do tráfego, a melhoria das condições de trânsito, estarão asseguradas com a destinação destes recursos.

Quanto a fonte de procedência dos recursos, julgamos nosso critério válido, pois a restauração de rodovias no Brasil será feita com os recursos a serem obtidos das receitas propiciadas pela Lei 7.712/88.

PARLAMENTAR

058-0037-1

PROJETO DE LEI NÚMERO 58/89 - CN

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO DARCÝ POZZA

UF RS

PARTIDO POS

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Destaque-se do projeto de lei 58/89, do código: 27202.16885371.486 da BR 364-RO/AC - Porto Velho e Rio Branco - NCz\$ 4.000.000 e 27202.16885375.285 - BR-174 RR-Caracará-Boa Vista NCz\$ 600.000, destinando-os (total de NCz\$ 4.600.000,00) para BR/470 -Ponte Rio Pelotas-Divisa SC/RS.

## JUSTIFICATIVA

Essa ponte que faz ligação do Estado do RS com SC através da BR-470, interligando regiões de grande produção agropecuária é de suma importância para o desenvolvimento das mesmas, pois hoje a travessia do rio é feita através de barca, que fica interrompida na época das enchentes.

A obra está hoje 60% executada, necessitando de novos recursos para sua conclusão. O tráfego atual nesse trecho rodoviário é de mais ou menos 150 veículos/dia, limitado pelas precárias condições da travessia. Com a conclusão da ponte o aumento no volume do tráfego será com certeza bastante significativo.

Como se trata de obra de arte especial de grandes vãos de técnica construtiva especializada (balanços sucessivos), as interrupções provocam acréscimos de custos e dificuldades de tomada dos serviços.

07/11/89

058-0040-4

PL Nº 58/89 CN

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JONAS PINHEIRO

MT

P.F.L.

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no PL - nº 58/89 CN:

Restauração BR 364/174/MT Trecho Cáceres/MT - Divisa MT/RO,  
O Valor de R\$ 15.000.000,00.

Fonte - BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco

Código 27.202.16885371.486 - Anexo I

Valor R\$ 15.000.000,00

## Justificativa

A entrega ao tráfego desse trecho da BR 364/174/MT, ocorreu em 1984, cuja pista de rolamento é do tipo Tratamento Superficial Duplo, portanto com 5 anos de uso, estando em vários pontos precisando de urgente recuperação, para cortar interrupção na época chuvosa que se aproxima, cujo dano justifica-se:

- por ocasião que se executou o Projeto de Pavimentação nesse trecho, foi prevista a execução da capa de rolamento em duas etapas sendo na primeira executada o Tratamento Superficial Duplo e, após cinco anos de tráfego, dependendo do comportamento do pavimento, seria executada a seguinte fase em Concreto Betuminoso Usinado e Quente (CBUQ) numa espessura de 5 cm.
- pelas atuais condições da pista de rolamento, onde constata-se a ocorrência de inúmeras trincas, desgastes e desagregações em locais diversos, de correntes de um tráfego intenso, superior a 2.000 veículos e com predominância de viaturas de grande porte e geralmente transportando cargas com peso superior ao limite permitido aliado a uma alta pluviosidade dos últimos anos e, também os insuficientes recursos destinados à conservação das rodovias nesses últimos anos levaram as más condições em que se encontram expressivos segmentos desse trecho rodoviário.

Há que ser ressaltado que esse trecho faz parte da ligação Cuiabá-Porto Velho/RO e é responsável pela exportação da maioria da riqueza que os Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre produzem, como gado, minério, borracha, madeira e toda a produção de grãos que a cada ano, cresce expressivamente como também recebem produtos industrializados, combustíveis etc., para abastecimento dos mercados consumidores desse Estado.

06/11/1989

ASSINATURA

058-0041-2

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 58/89 CN

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JONAS PINHEIRO

MT

P.F.L.

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no PL nº 58/89 CN

Restauração de Rodovias BR 070/MT EROSIÃO da PRIMAVERA, Trecho Barra do Garças - Cuiabá Km 243.

Proximidades da cidade de Primavera do Leste-MT., o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados novos).

Fonte a retirar - BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco

Código 27202.16885371.486 - R\$ 2.000.000,00

## Anexo I

## Justificativa

Há 02 anos que na BR 70, nas proximidades da cidade de Primavera do Leste - MT Km 243 - Barra do Garças-Cuiabá, abriu uma erosão no leito da rodovia, com extensão de 500 metros, estando interrompido o tráfego desde essa época.

O fato torna-se mais preocupante por provocar em função dessa erosão, a invasão de deslizamento nos bairros mais próximos ao local.

Com a aproximação da época de chuva mais intensa, tende-se a agravar a extensão das crateras, conduzindo o precário trânsito de 2.000 veículos por dia, para ruas da cidade.

Vale ressaltar que a Região é altamente produtora de grãos, o que torna o trânsito mais pesado e difícil.

06/11/89

058-0042-1

PROJETO DE LEI NÚMERO

58/89

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

Deputado FELIPE MENDES

PI

PDS

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

## Emenda Modificativa

## SUPLEMENTAÇÃO

Projeto: 27202.16885375.284 - BR-135/PI - Ponte de Acesso sobre o rio Gurguéia, no município de Palmeiras do Piauí.

Valor: R\$ 2.000.000,00

## CANCELAMENTO:

Projeto: 27200.16885371.922 - Projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Valor: R\$ 2.000.000,00

## Justificação

A ponte sobre o rio Gurguéia, no município de Palmeiras do Piauí foi totalmente destruída com as enchentes ocorridas em 1.979 e até o momento nada foi feito para sua reconstrução.

A travessia é precária, através de um "pontão", e frequentemente registram-se acidentes.

Com a restauração da BR-135, no Piauí, e a conclusão da pavimentação do trecho Divisa PI/BA - Barreiras, haverá um aumento do fluxo de tráfego na região, o que fortalece a necessidade de construção da ponte sem interrupções por falta de recursos.

06/11/89

ASSINATURA



058-0043-7	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
JOÃO PAULO	MG	PT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destine-se a verba de Rcz\$ 5.000.000,00 ( cinco milhões de cruzados novos ) para repavimentação asfáltica do trecho de estrada que liga Bela Vista de Minas à BR-262, em Minas Gerais.

Fonte: Ministério dos Transportes - 27000  
Entidades Supervisionadas - 27200  
Código: 27200.16885371.922

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de ligação rodoviária construída com recursos municipais, de importância e, de tráfego intenso, em péssimas condições para o tráfego de veículos. A Prefeitura não dispõe de recursos para a execução da obra de reparação do trecho dessa estrada que liga Bela Vista de Minas à BR-262. Os prejuízos decorrentes de avarias em ônibus, caminhões e automóveis, que por lá trafegam, são muito grandes, sem contar os inúmeros acidentes ocorridos em face da precariedade em que se encontra a estrada.

6/11/89

058-0044-7

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89	01 DE 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
JOÃO PAULO	MG	PT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destine-se a verba de 7.000.000,00 ( sete milhões de cruzados novos ) para repavimentação da estrada que liga João Monlevade à BR-262, em Minas Gerais.

Fonte: Ministério dos Transportes  
Entidades Supervisionadas  
Código: 27200.1688537-1

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de ligação rodoviária de suma importância para a região. Foi construída pela Prefeitura local. O capeamento asfáltico

tico está muito danificado. Há muito aguarda o repavimentamento asfáltico. A economia da região sofre diante dos prejuízos causados pela má qualidade desse trecho de estrada.

6/11/89

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO RENATO VIANNA	SC	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Incluir, no Programa de Trabalho do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNCR), a importância de Rcz\$ 5.000.000,00 - (Cinco milhões de cruzados novos) para implantação e pavimentação de acesso sul, ligando a UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) BR-101, no município de Itajaí, em Santa Catarina, numa extensão de 5200 (cinco mil e duzentos metros) metros.

Fonte: 27200 16885371.922 ..... Rcz\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O município de Itajaí, pela localização das suas importantes do Estado de Santa Catarina é sede de um dos maiores portos exportadores do região, implantado praticamente com recursos municipais e acesso sul, com a construção de uma ponte próxima a BR 101, carece agora da pavimentação de apenas 5.200 metros (5,2 kms) para permitir um acesso rápido, seguro e com fluidez necessária para garantir os usuários que demandam em direção a UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), ao porto e vice versa. No Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, constante da rubrica 27200 16885371.922, consta uma destinação no valor de Rcz\$ 30.000.000,00 (trinta milhões e seiscentos mil cruzados novos) podendo portanto ser atendida a presente indicação.

2/11/89

058-0046-3

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58	1 DE 1

EMENDA MODIFICATIVA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. RENATO VIANNA	SC	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei nº 58, de 1989, Anexo II, subprojeto nº 27.200.16885371.922 - projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, pavimentação do trecho Itajaí-Caspar/SC da BR-470, com dotação específica de Rcz\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados novos) a serem retirados do subprojeto citado.

**JUSTIFICAÇÃO**

A BR-470 - Trecho Navegantes/Gaspar é de fundamental importância para o desenvolvimento da Região, uma vez que se constitui no acesso principal ao Aeroporto de Navegantes, o 2º aeroporto em tráfego aéreo do Estado, e ao Porto de Itajaí, principal porto exportador de têxteis da Região Sul. Esse segmento, com 28,6 km, representa tão somente 8% da extensão total da BR-470/SC.

11/11/89

058-0047-1

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 58/89

PÁGINA

1 DE 1

**EMENDA MODIFICATIVA**

RENATO VIANNA

AUTOR

UF

SC

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Incluir, no Programa de Trabalho do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a importância de R\$... 3.000.000,00 (três milhões de cruzados novos) para a implantação e pavimentação do acesso, ligando a BR-101 ao município de CAMBORIÚ, numa extensão de aproximadamente 4.000 (quatro mil metros).  
FONTE: 27200 16885371.922.....NC\$ 3.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

O município de Camboriú, vizinho ao de Balneário de Camboriú necessita de um acesso seguro e navegável a rodovia BR 101. Nos meses de dezembro a março a população aumenta consideravelmente em virtude da permanente procura do Balneário por turista e veranistas, inviabilizando nela sua infraestrutura rodoviária atual o transporte desejado com outros municípios. Por se tratar de um município que tem parte de seu território cortado pela BR 101, nada mais justo que se destina recursos federais para garantir um acesso tecnicamente recomendável ao município de CAMBORIÚ.

11/11/89

058-0048-0

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL - 58

PÁGINA

01 DE 01

**EMENDA**

DEPUTADO PERCIVAL MUNIZ

AUTOR

UF

MT

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

**EMENDA MODIFICATIVA AO PL 58, DE 1989 - CM**

Destina-se do Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes dos Projetos de Atividades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

com o valor de NC\$ 3.000.000,00 ( três milhões de cruzados novos) para, em convênio com o Estado de Mato Grosso, serem utilizados para implantação do trecho entre Tangará de Serra - Decolândia - MT.

Fonte - 27202.16885371.486 - NC\$ 3.000.000,00

**JUSTIFICATIVA**

Os serviços de implantação irá beneficiar o Município de Tangará, que produziu na safra de 1988/89, 34.757 toneladas dos principais produtos: arroz, feijão, milho e soja. Além destes produtos, temos em Tangará uma grande plantação de cana-de-açúcar a que para ser transformada em álcool e açúcar necessita de ser transportada.

O investimento a ser efetuado irá beneficiar toda uma população que é desprovida de infra-estrutura básica, melhorando assim suas condições de vida.

11/11/89

058-0049-8

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL - 58

PÁGINA

01 DE 01

**EMENDA**

DEPUTADO PERCIVAL MUNIZ

AUTOR

UF

MT

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

**EMENDA MODIFICATIVA AO PL - 58, DE 1989 - CM**

Destina-se do programa de trabalho do Ministério dos Transportes, dos programas de atividades do DNER, o valor de NC\$ 10.000.000,00 para, em convênio com o Estado de Mato Grosso, serem utilizados na duplicação do trecho da BR-163 - no perímetro urbano da cidade de Sorriso, compreendido entre a MT-242 e o Rio Lira.

Fonte: 27202.16885371.486 - NC\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICATIVA**

O Município de Sorriso-MT está localizado na região norte do Estado com uma população estimada em 36.000 mil habitantes.

Com apenas 3 anos de emancipação política administrativa, constitui hoje um dos principais polos de desenvolvimento do Estado, com taxa de crescimento acima de 15% ao ano. Além disso a grande concentração de armazéns, casa de comércio e escolas públicas localizadas a margem da BR-163 no perímetro urbano da cidade de Sorriso justificam essa nossa emenda, pois queremos ver diminuir os números de acidentes com vítimas bastante frequentes neste trecho.

11/11/89

058-0050-1

PROJETO DE LEI NUMERO PL - 58 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO PERCIVAL MUNIZ UF MT PARTIDO PMDB

EMENDA MODIFICATIVA AO PL 58, DE 1989 - CM

Destina-se do Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes dos Projetos de Atividades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o valor de Rcz\$ 10.000.000,00, para, em convênio com o Estado de Mato Grosso serem utilizados para a pavimentação do Trecho Alto de MT-100, Alto Araguaia - Divisa MT/MS.

Fonte - 27202.16885375.285 - 1Rcz\$ 10.000.000,00

JUSTIFICATIVA

Rodovia MT-100 - Trecho Alto Araguaia - Divisa MT/MS, este trecho beneficia diretamente os Municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari, além de consolidar a área da divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Município de Alto Taquari tem papel importante na agricultura do Estado, por ser um dos primeiros Municípios a trabalhar com sistema de micro bacias hidrográficas, o que mostrou excelentes resultados com o aumento da produtividade e na proteção do meio ambiente.

7/11/89

058-0051-0

PROJETO DE LEI NUMERO PL - 58 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO PERCIVAL MUNIZ UF MT PARTIDO PMDB

EMENDA MODIFICATIVA AO PL - 58, DE 1989 - CM

Inclui-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes (27000), projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (27202), a importância de Rcz\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzados novos) para serem aplicados na recuperação de trecho danificado da BR 070 entre os municípios de Primavera do Leste e Barra do Garças.

Fonte - 27202.16885371.486 - Rcz\$ 2.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A BR 070, no trecho entre Primavera do Leste e Barra do Garças encontrase completamente intransitável prejudicando sobremaneira o escoamento da produção da Região, grande produtora de grãos e carne, e fechando uma das principais artérias de ligação entre o Estado de Mato Grosso e a região Centro-Sul do País.

7/11/89

058-0052-8

PROJETO DE LEI NUMERO PL-58 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO PERCIVAL MUNIZ UF MT PARTIDO PMDB

EMENDA AO PL-58 DE 1989-CM

Destaque do projeto BR-364 Rodovia-AC, Terço Velho e Rio Branco 20.000.000 (Vinte Milhões) de Cruzados Novos), a incluir-se onde couber para construção e implantação da MT-235/MT-170 (Km 9) trecho Rio Papagaio/Rio Juruena 12,5 km em divisões: Ponte sobre o Rio Sagre 1.100.000,00 (Um Milhão e Cem Mil Cruzados Novos) Rio Papagaio Rcz\$ 1.500.000,00 (Um Milhão Quinhentos Cruzados Novos), Ponte sobre o Rio Sapzal Rcz\$ 1.500.000,00 (Um Milhão e Quinhentos Mil Cruzados Novos)

JUSTIFICATIVA

Tal estrada permitirá a incorporação de 4 milhões de hectares próprios para a agricultura nesta região se desenvolve hoje intensa atividade agrícola sendo o Município de Campo Novo responsável por 10% da produção de grãos do Estado de Mato Grosso.

07/11/89

058-0053-6

PROJETO DE LEI NUMERO PL-58 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO PERCIVAL MUNIZ UF MT PARTIDO PMDB

EMENDA AO PL-58 DE 1989-CM

Destaque do projeto BR-319-MT ligação a Novo Araguaia, Rcz\$..... 15.000.000 (Quinze Milhões Cruzados Novos), acrescenta Rcz\$ 10.000.000 (Dez Milhões Cruzados Novos) da MA-106 Trecho Km 9 BR-316 a incluir-se onde couber para construção da estrada Km 9 BR-235-MT-170, Trecho Rio Papagaio/Rio Juruena numa extensão de 112,5 Km.

JUSTIFICATIVA

Esta estrada irá beneficiar os colonos que vieram de Sul do País, para expandirem a fronteira agrícola, a região a ser beneficiada pela estrada produz hoje 1 milhão oitocentas e vinte toneladas de grãos, e somente o município de Campo Novo dos Pareias 1 mil toneladas de grãos tal estrada reduzirá o custo da frete com, também incurrirá a distância aos portos de exportação em torno de 1.200 Km.

07/11/89

058-0054-4

PROJETO DE LEI NÚMERO PL-58/89

PÁGINA 1 DE 2

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO BRALDO TINOÇO

UF BA

PARTIDO PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

## EMENDA NOTIFICATIVA

1. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
2. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
3. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
4. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
5. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
6. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
7. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
8. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
9. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
10. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
11. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
12. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
13. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
14. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
15. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
16. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
17. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
18. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
19. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
20. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
21. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
22. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
23. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
24. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
25. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
26. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
27. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
28. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
29. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
30. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
31. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
32. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
33. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
34. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
35. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
36. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
37. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
38. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
39. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
40. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
41. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
42. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
43. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
44. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
45. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
46. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
47. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
48. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
49. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
50. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
51. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
52. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
53. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
54. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
55. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
56. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
57. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
58. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
59. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
60. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
61. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
62. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
63. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
64. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
65. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
66. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
67. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
68. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
69. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
70. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
71. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
72. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
73. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
74. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
75. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
76. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
77. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
78. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
79. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
80. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
81. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
82. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
83. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
84. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
85. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
86. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
87. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
88. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
89. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
90. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
91. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
92. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
93. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
94. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
95. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
96. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
97. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
98. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
99. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
100. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

## JUSTIFICATIVA

1. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
2. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
3. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
4. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
5. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
6. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
7. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
8. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
9. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
10. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
11. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
12. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
13. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
14. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
15. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
16. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
17. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
18. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
19. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
20. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
21. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
22. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
23. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
24. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
25. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
26. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
27. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
28. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
29. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
30. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
31. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
32. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
33. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
34. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
35. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
36. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
37. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
38. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
39. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
40. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
41. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
42. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
43. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
44. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
45. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
46. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
47. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
48. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
49. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
50. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
51. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
52. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
53. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
54. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
55. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
56. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
57. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
58. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
59. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
60. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
61. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
62. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
63. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
64. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
65. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
66. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
67. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
68. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
69. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
70. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
71. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
72. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
73. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
74. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
75. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
76. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
77. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
78. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
79. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
80. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
81. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
82. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
83. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
84. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
85. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
86. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
87. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
88. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
89. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
90. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
91. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
92. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
93. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
94. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
95. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
96. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
97. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
98. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
99. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
100. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

07/11/89

ASSINATURA

058-0055-2

PROJETO DE LEI NÚMERO 58/89

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA

UF TO

PARTIDO PDC

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Destaque-se do Projeto de Lei nº 58/89-CN, a favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, Código 27202.16885375.285 - construção e pavimentação de rodovias (BR-174/RR - Caracará - Boa Vista - marco BV8), o subprojeto:

"Construção de Ponte de Concreto sobre o Rio Tocantins (M. ranhão) no leito da estrada TO-343, na divisa entre os municípios de Palmarópolis e Paranaíba - 100m.  
VALOR: R\$ 20.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos)

## JUSTIFICATIVA

O município de Palmeirópolis e Paranaíba estão interligados pela rodovia TO-343, porém a travessia do Rio Tocantins nesse local (M. ranhão), ainda é feita em sistema precário de balsa, tornando-se um ponto sensível de estrangulamento.

Ambos municípios estão inseridos em região de expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal.

A ponte permitirá, pois, maior fluidez no tráfego da aludida rodovia.

PARLAMENTAR

07/11/89

ASSINATURA

058-0056-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89-CN

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEP. JOSÉ VIANA

UF RO

PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

## TEXTO

Inclus-se onde couber no Anexo II do PL 58/89-CN, do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, a importância de R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZADOS NOVOS), para pavimentação do Travessão que liga a BR-364 ao Nuar Estrela de Rondônia em Presidente Médici-RO, com uma extensão de 9 km.

## FONTE

27202.16885375.285 - BR 174/RR Caracará - Boa Vista marco BV8 .....1.000.000,

## JUSTIFICATIVA

Para que um Estado obtenha desenvolvimento é mister que haja rodovias interligando seus Municípios e para que isto ocorra também é necessário que estas rodovias estejam em perfeito estado de conservação para que se possibilite um maior escoamento dos produtos advindos desses Municípios.

A construção do Travessão que liga a BR-364 ao Nuar Estrela de Rondônia, se torna de vital importância pois que está localizado em região de vasta cultura que contribuirá não somente p/ o desenvolvimento do setor no Estado como também se constituirá em via de acesso para comercialização dos produtos agrícolas dos pequenos produtores.

PARLAMENTAR

07/11/89

ASSINATURA

058-0057-9

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 58/89-CN

PÁGINA  
01 de 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO JOSÉ VIANA UF RO PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

TEXTO

Inclua-se onde couber no Anexo II do PL 58/89-CN, do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, a importância de NCZ\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZADOS NOVOS), para a pavimentação do travessão que liga a BR-364 ao near Novo Riachuelo, em Presidente Médici-RO.

FONTE

2720016885371.922 - Projetos a cargos do Dep. Nacional - de Estradas e Rodagem.....1.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Presidente Médici se constitui hoje em um dos que mais se desenvolve no Estado de Rodônia, batendo recordes na safra agrícola a cada ano, pois possui solos com altas fertilidade e clima apropriado à produção de culturas de ciclo longo e ciclo curto. Mas para que esse desenvolvimento aumente a cada ano, torna-se mais que necessário a preservação e pavimentação da estrada que possibilita o escoamento de toda produção dessa rica região, até a sede do Município e posteriormente o Capital do Estado.

07/11/89

058-0058-7

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL NR 58/89, CN

PÁGINA  
01 de 02

EMENDA

AUTOR DEPUTADO VALDIR COLATTO UF SC PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Emenda Modificativa

Incluir no Anexo I do Projeto de Lei nº 58 de 1989, CN.

- 27.000 - Ministério dos Transportes
- 27.200 - Entidades Supervisionadas

TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA

- 27200.16885371.xxx - Alocação de recursos para obras de conservação da Rodovia BR. 282, trecho Itani - Ponte Serrada - Vergeão Km 436 a 472, extensão de 36 Km, Estado de Santa Catarina. Valor: NCZ\$ 1.000.000,00

DEDUZIR.

Anexo I do Projeto de Lei nº 58, mensagem nº 670/89.

- 27200.16885371922 - Projetos a cargo do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem. Valor: NCZ\$ 1.000.000,00

JUSTIFICATIVA

Este trecho da Br 282, já se tornou calamidade pública, uma vez que o tráfego está praticamente impossibilitado pelo estrago do asfalto, com buracos enormes, verdadeiras crateras. O Protesto dos usuários da BR 282, é plenamente justificável uma vez que o mesmo é palco de inúmeros acidentes com vítimas fatais como a colisão de um automóvel com uma carreta, vitimando dois jovens funcionários públicos do Estado.

Não havendo recursos para recuperação deste trecho a população irá interditar a rodovia pelos graves riscos de acidentes que ocorre constantemente.

06/11/89

058-0059-5

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL NR 58/89, CN

PÁGINA  
01 de 02

EMENDA

AUTOR DEPUTADO VALDIR COLATTO UF SC PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Emenda Modificativa

Incluir no Anexo I do Projeto de Lei nº 58 de 1989, CN.

- 27.000 - Ministério dos Transportes
- 27.200 - Entidades Supervisionadas

TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA

- 27200.16885371.xxx - Alocação de recursos financeiros para obras de construção e acabamento.

1. Cap# final - Trecho Xanxerê - Xaxim - Chapecó da rodovia BR 282 - Extensão de 3 Km.
  2. Construção do acesso Rodovia BR 282 à Sede do Município de Xaxim/SC Extensão- 900 m.
  3. Complementação do acesso Rodovia BR 282 à Sede do Município de Chapecó/SC - Trevo
  4. Sinalização horizontal/vertical da Rodovia BR 282, trecho Km 499 a 539, extensão de 40 Km.
  5. Serviços Complementares
- Valor: NCZ\$ 6.800.000,00

DEDUZIR.

Anexo I do Projeto de Lei nº 58, mensagem nº 670/89

- 27200.16885371922 - Projeto a cargo do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem. Valor: NCZ\$ 6.800.000,00

JUSTIFICATIVA

Esta região Oeste de Santa Catarina encontra-se numa posição estratégica de escoamento de produtos industrializados, grãos e insumos, e, restando com isto um fluxo de tráfego muito intenso, motivando a degra-

dação da malha viária, propiciando o risco de acidentes, com aumento da produção agrícola e derivados agroindustriais, se vê na necessidade de uma grande urgência e efetivação destas obras, pois que, temos certeza se refletirá na maior segurança da população desta região, diminuição dos custos de transporte, além de contribuir positivamente para o seu desenvolvimento.

07/11/89

058-0060-9

PROJETO DE LEI NÚMERO  
058/1989PÁGINA  
01 DE 01

EMENDA

AUTOR: SENADOR MÁRCIO LACERDA MT PMDB

EMENDA MODIFICATIVA

Projeto - BR 421 - Trecho BR 364/ KM 20  
Valor : NCz\$ 5.000.000,00

Projetos a serem cancelados: BR 364/RO/AC - Porto Velho /Rio Branco  
valor: NCz\$ 3.000.000,00

Duplicação e recuperação da malha ferroviária (extensão Sapucaia do Sul - São Lourenço)  
Valor: NCz\$ 2.000.000,00

JUSTIFICATIVA:

BR - 421 Obra em andamento, ligando a BR - 364 ao Interior passando por Ariquemes (150 mil habitantes), e atingindo uma população interior de mais ou menos 100 mil habitantes, e importante Rodovia de escoamento da produção agrícola da Região, Cacau, Café, Arroz, e etc.

6/11/89

058-0061-7

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL-58PÁGINA  
01 DE 01

EMENDA

AUTOR: SENADOR LOURENÇO MINEIS ROCHA MT PTB

DESTAQUE AO PL-58 DE 1989-CN

DESTAQUE DO PROJETO BR-364 RONDONIA-AC, PORTO VELHO E RIO BRANCO NCz\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS);

E INCLUA-SE ONDE COUBER PARA CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA MT-235/MT-170 Entroncamento, trecho Rio Papagaio/Rio Juruana 112,5Km.

JUSTIFICATIVA

ESTA OBRA ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA PELO 9º BEC E PERMITIRÁ A INCORPORAÇÃO DE 6 MILHÕES DE HECTARES PRÓPRIOS PARA A AGRICULTURA. NESTA REGIÃO SE DESENVOLVE HOJE INTENSA ATIVIDADE AGRÍCOLA, SENDO O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DOS PARECIS RESPONSÁVEL POR 10% DA PRODUÇÃO DE GRÃOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, E ENCURTARÁ O CAMINHO DA SAFRA PARA OS PORTOS DE EXPORTAÇÃO, VIABILIZANDO O CORREDOR DE EXPORTAÇÃO DA AMAZÔNIA ATRAVÉS DO PORTO DE PORTO VELHO, O QUE ECONOMIZARÁ DIVISAS PARA O PAÍS.

07/11/89

058-0062-5

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL - 58/89 - CNPÁGINA  
01 DE 01

EMENDA

AUTOR: Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS TO PDC

TEXTO

Alocar NCz\$ 20.000.000,00 ( vinte milhões de cruzados novos ) para a pavimentação da BR 235 (10 3/6) trecho COUTO MAGALHÃES - TO / COLMEIA - TO.

Fonte : 27202.16885371.486 - BR 364/RO/AC - PORTO VELHO - RIO BRANCO. NCz\$ 20.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

A pavimentação da BR 235, trecho COUTO MAGALHÃES-TO / COLMEIA - TO, integrada na malha viária do Tocantins, serve importante região agrícola do Estado, sendo fundamental para o escoamento da produção ao norte daquela unidade federativa.

Durante o período das chuvas, o transporte de cargas e passageiros sofre enorme prejuízo, decorrente das péssimas condições das vias de escoamento considerando-se, ainda as grandes distâncias entre os Municípios do Estado.

A vocação agrícola do Centro-norte, particularmente, do Tocantins, requer a implantação de uma malha viária que permita a expansão do setor e uma comercialização rápida e competitiva, à altura do seu potencial.

07/11/89

058-0063-3

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 58/81 - CNPÁGINA  
01 DE 01

EMENDA

AUTOR: Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS TO PDC

TEXTO

Alocar NCz\$ 10.000.000,00 ( Dez milhões de cruzados novos ) para a pavimentação da TO 596 Pedra de Amolar / até o entroncamento da BR 153.

Fonte: 27202.16885371.486 - BR 364 - RO/AC PORTO VELHO - RIO BRANCO NCZ\$ 10.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

A implantação e pavimentação dessa Rodovia é urgente e prioritária porque ela integrará à Rodovia Belém-Brasília e ao País os municípios de Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins, Sampaio, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Aragutins, Sítio Novo do Tocantins, São Miguel, Itaguatins e Tocantinópolis, todos integrantes da região do "Bico do Papagaio", isolado e extensa balsa de miséria, verdadeiro formigueiro humano, onde a fome cospoe solta e impune, penalizando homens, mulheres e crianças desde a mais tenra idade. A duração prevista para a obra é de 24 meses com extensão de 265 Km.

07/11/89

*Assinatura*

058-0044-1

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89-CN

PÁGINA  
01 DE 01

EMENDA

AUTOR  
LEVY DIAS

UF  
MS

PARTIDO  
PEI

TEXTO

Inclua-se no programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), constante dos anexos I e II do Projeto de Lei nº 58/89-CN, o seguinte:

- BR 262/MS - Trecho Aguas Claras - Três Lagoas  
NCZ\$ 10.000.000,00

FONTE DE RECURSOS:

27202.16885371.486 - BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco  
NCZ\$ 5.000.000,00

27202.16885375.293 - BR 174/RR - Caracará - Boa Vista - Marco 308  
NCZ\$ 5.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A BR 262-MS, que liga Vitória/ES à fronteira do Brasil com a Bolívia na cidade de Corumbá/MS está quase toda concluída. O trecho que liga a capital do Estado de Mato Grosso do Sul - Campo Grande a São Paulo - na cidade de Três Lagoas - num total de 330 quilômetros está com 300 km concluídos. Somente não está em uso a estrada pela falta de 60 km, aproximadamente, o que se constitui num verdadeiro absurdo. Daí a necessidade de alocação urgente de mais recursos, por se tratar de uma BR que liga MS a SP.

07/11/89

*Assinatura*

058-0045-0

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 58/1989

PÁGINA  
1 DE 1

EMENDA

AUTOR  
SENADOR ALUIZIO BEZERRA

UF  
AC

PARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber no Projeto-de-Lei nº 58, de 1989-CN

Construção e pavimentação da BR-364, trecho Alagoinha/Cruzeiro do Sul/Moa Azul/AC, no valor de NCZ\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzados novos).

Fonte: 27202.16885371.486 - BR-364/RO/AC - Porto Velho-Rio Branco  
- NCZ\$40.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Tratá-se de transferir parte de recursos de um trecho para outro da mesma rodovia (BR-364), onde existe maior gravidade.

Além desses recursos saldarem o trabalho neste trecho rodoviário, iniciados com recursos insuficientes do orçamento deste ano, resolve a situação dramática de cerca de dez mil trabalhadores rurais dos Projetos de Assentamentos Santa Luzia e São Pedro, isolados (pela lama) cada um pela distância de 30Km da cidade de Cruzeiro do Sul, perdendo anualmente quase toda a produção.

Além disso fica concluído um trecho de importância estratégica do corredor de exportação/importação-ATLÂNTICO/PACÍFICO, próximo da fronteira com o Peru.

07/11/89

058-0044-8

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89

PÁGINA  
1 DE 1

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO FILHO

UF  
MG

PARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescentar ao Projeto de Lei, no que se refere ao órgão MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ENTIDADES SUPERVISIONADAS A CARGO do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER para receber o Crédito Suplementar a seguir:

CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

SUPLEMENTAÇÃO - BR. 381 MG - TRECHO - TREVO DA KRUP (BETIM) - ITAQUARA  
SUB.TRECHO - BRUMADINHO - RIO MANSO NCZ\$. 10.000.000,00

FONTES DE RECURSOS

OS RECURSOS SERÃO ORIUNDOS DA DEDUÇÃO DO VALOR PROPOSTO PARA O PROJETO CÓDIGO 27202.16885371.486, PROJETO A CARGO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES:

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a dotar o referido segmento rodoviário de condições de trafegabilidade e segurança, reduzindo os custos operacionais e o número de acidentes através do melhoramento e restauração do pavimento.

Cumprе ressaltar que os serviços de restauração já foram concluídos para o segmento entre o km 0 (Divisão MA/PA) e o km 177,7, trecho contíguo. Os recursos aqui consignados visam a dar continuidade ao trecho em restauração (km 177,7 ao km 275,5).

Finalmente, alerta-se que na Região Amazônica a pluviometria somente permite a execução de serviços de pavimentação entre os meses de junho e dezembro. Assim, é de suma importância a continuidade dos serviços de restauração durante o corrente período de estiagem.

07/11/89  
DATA

058-0071-4

PL-58/89-CN

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
MARUÍCO FINEIUF  
PAPARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, no Anexo II do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o valor de NCZx 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzados novos), sob código apropriado, para o sub-projeto de construção e pavimentação da BR-116/277/PR, Trecho Contorno Leste de Curitiba, Sub-trecho Pinheirinho (Entroncamento do Contorno Sul de Curitiba) - Obelisco do Guatupé, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-174/RR - Caracará - Boa Vista - código 27202.16885375.285.

## JUSTIFICAÇÃO

Considerando a importância do Contorno Leste de Curitiba, que ordenará o tráfego urbano por tratar-se de importante ligação entre rodovias federais como a BR-116 e BR-364 (principais ligações entre o Norte e o Sul do País) e a BR-277 (única ligação entre o Oeste - regiões produtoras - e o Leste - Porto de Paranaguá), proporcionando substancial economia aos usuários e considerando enfim que nesse segmento rodoviário já foram investidos muitos recursos do Governo Federal desde 1977, tais como obras de arte especiais, sem nenhuma retorno até o presente momento, torna-se imperativa a alocação de novos recursos afim de que sejam concluídas as obras de implantação e pavimentação já iniciadas.

07/11/89  
DATA

058-0072-2

PL-58/89-CN

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
MARUÍCO FINEIUF  
PAPARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, no Anexo I do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o valor de NCZx 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzados novos), sob código apropriado, para o sub-projeto de construção e pavimentação da BR-116/277/PR, Trecho Contorno Leste de Curitiba, Sub-trecho Pinheirinho (Entroncamento do Contorno Sul de Curitiba) - Obelisco do Guatupé, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco - código 27202.16885371.466.

## JUSTIFICAÇÃO

Considerando a importância do Contorno Leste de Curitiba, que ordenará o tráfego urbano por tratar-se de importante ligação entre rodovias federais como a BR-116 e BR-364 (principais ligações entre o Norte e o Sul do País) e a BR-277 (única ligação entre o Oeste - regiões produtoras - e o Leste - Porto de Paranaguá), proporcionando substancial economia aos usuários e considerando enfim que nesse segmento rodoviário já foram investidos muitos recursos do Governo Federal desde 1977, tais como obras de arte especiais, sem nenhuma retorno até o presente momento, torna-se imperativa a alocação de novos recursos afim de que sejam concluídas as obras de implantação e pavimentação já iniciadas.

07/11/89  
DATA

058-0073-1

PL-58/89-CN

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
MAX WOSNOMANUF  
PAPARTIDO  
PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, no Anexo II, para a restauração e melhoramentos da BR-316 (Km 177,7 ao Km 275,5), sob código apropriado, a quantia de NCZx 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzados novos), a serem deduzidos do sub-projeto de código 27202.16885375.285 (BR-174/RR - Boa Vista - Caracará - Marco BVB).

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a dotar o referido segmento rodoviário de condições de trafegabilidade e segurança, reduzindo os custos operacionais e o número de acidentes através de melhoramento e restauração do pavimento.

Cumprе ressaltar que os serviços de restauração já foram concluídos para o segmento entre o km 0 (Divisão MA/PA) e o km 177,7, trecho contíguo. Os recursos aqui consignados visam a dar continuidade ao trecho em restauração (km 177,7 ao km 275,5).

Finalmente, alerta-se que na Região Amazônica a pluviometria somente permite a execução de serviços de pavimentação entre os meses de junho e dezembro. Assim, é de suma importância a continuidade dos serviços de restauração durante o corrente período de estiagem.

07/11/89  
DATA

058-0074-9

PL-58/89-CN

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
MAX WOSNOMANUF  
PAPARTIDO  
PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, no Anexo I do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o CREDITO SUPLEMENTAR de NCZx 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzados novos) para atender o sub-projeto de restauração e melhoramentos da BR-316 (Km 177,7 ao Km 275,5), sob código 27202.16885375.285, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco - código 27202.16885371.466.



BR. 364/RO/AC - PORTO VELHO - RIO BRANCO

NCZ\$ 10.000.000,00

JUSTIFICATIVAS

Estão alocadas para o BR.364/RO/AC neste projeto NCZ\$ 96.000.000,00. Os recursos destinados a este projeto proporcionarão a retomada das obras de construção e pavimentação da duplicação da BR/381 MG, em seguimento que é parte integrante da ligação da Capital do Estado de Minas Gerais e Região denominada "Sul de Minas" e desta ao Estado de São Paulo. Este seguimento é de fluxo de tráfego intenso, responsável pela perda de inúmeras vidas humanas diariamente. A sua duplicação permitirá condições satisfatórias de tráfego para atender ao atual fluxo, que é acima da capacidade da Via existente.

07/11/89

058-0067-4

PROJETO DE LEI NÚMERO 58, 1989 - CN PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO FILHO UF MG PARTIDO PMDB

EMENDA

SUPRIMIR do Anexo I no Código no 27202.16885371.486 -BR-364/RO/AC -Porto Velho - Rio Branco o valor de NCZ\$ 20.000.000,00

INCLUIR no anexo I no código no 27202.16885375.193 -BR-251/MG/Montes Claros - Vale das Canceleas.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma Rodovia cortando transversalmente o Estado de Minas Gerais, interligar com seus 323 Km de extensão, dos quais 65 concluídos e 258 em avançado estágio de execução, o Triângulo Mineiro e Nordeste de São Paulo a Rio - Bahia (BR-116).

Determinar um encurtamento de distância, da ordem de 500km, com consequente redução no custo do transporte do escoamento da produção do Nordeste Oriental para o Centro, Oeste e Sul do sul do país.

07/11/89

058-0068-4

PROJETO DE LEI NÚMERO 58/89-CN PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO FILHO UF MG PARTIDO PMDB

EMENDA MODIFICATIVA

INCLUIR-SE NO ANEXO I, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER, CÓDIGO 27202.1688537X.XXX, A IMPORTAN

CIA DE NCZ\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS), PARA APLICAÇÃO NO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR-342/MG - ARAQUAI-SALINAS, A SER DEDUZIDO DO CRÉDITO SUPLEMENTAR PROPOSTO PARA O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES-DNER, CÓDIGO 27202.16885371.486, ANEXO I.

JUSTIFICAÇÃO

O PROJETO BENEFICIA DIRETAMENTE AS CIDADES MINEIRAS DE ARAQUAI, CORO - MEL MURTA, RUBELITA E SALINAS. A REGIÃO É ESSENCIALMENTE AGRÍCOLA, COM PREDOMINÂNCIA DAS ATIVIDADES PECUÁRIAS E SEUS PRODUTOS DERIVADOS. AS CULTURAS SÃO DIVERSIFICADAS, SENDO PRODUZIDOS FEIJÃO, MANDIOCA, ARROZ, CANA DE AÇÚCAR COM O SUB-PRODUTO AGUARDENTE, ALÉM DE CAFÉ E MILHO. NA REGIÃO SÃO EXPLORADAS JAZIDAS DE LITIO E FELDSPATO. A EXECUÇÃO DESTA OBRA ATENDERÁ NÃO SÓ A DEMANDA DE TRANSPORTE GERADA PELA PRODUÇÃO DESCRITA, MAS TAMBÉM TERÁ SENSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA A MAIOR INTEGRAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONIA AO ESTADO DE MINAS GERAIS, BENEFICIANDO AS POPULAÇÕES DA REGIÃO, SABIDAMENTE SACRIFICADAS PELO ISOLAMENTO QUE CONVIVEM ATÉ ENTÃO.

07/11/89

058-0069-2

PROJETO DE LEI NÚMERO PL-58/89-CN PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR MANO MARTINS UF PA PARTIDO PMDB

Inclua-se, no Anexo II, para a restauração e melhoramentos da BR-010/PA - Divisa MA/PA - Belém Trecho Paragominas - Entroncamento BR-316 (Km 177,7 ao Km 275,3), sob código apropriado, a quantia de NCZ\$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhões de cruzados novos) a serem deduzidos do sub-projeto de código 27202.16885375.285 (BR-174/RR - Boa Vista - Caracará - Marco BVB).

JUSTIFICACAO

A presente emenda visa a dotar o referido segmento rodoviário de condições de trafegabilidade e segurança, reduzindo os custos operacionais e o número de acidentes através de melhoramento e restauração do pavimento.

Cumpra ressaltar que os serviços de restauração já foram concluídos para o segmento entre o Km 0 (Divisa MA/PA) e o Km 177,7, trecho contíguo. Os recursos aqui consignados visam a dar continuidade ao trecho em restauração (Km 177,7 ao Km 275,3).

Finalmente, alerte-se que na Região Amazonica a pluviometria somente permite a execução de serviços de pavimentação entre os meses de junho e dezembro. Assim, a obra suportará a continuidade dos serviços de restauração durante o corrente período de estíagem.

07/11/89

058-0070-4

PROJETO DE LEI NÚMERO PL-58/89-CN PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR MANO MARTINS UF PA PARTIDO PMDB

Inclua-se, no Anexo I do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o CRÉDITO SUPLEMENTAR de NCZ\$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhões de cruzados novos) para atender o sub-projeto de restauração e melhoramentos da BR-010/PA - Divisa MA/PA - Belém Trecho Paragominas - Entroncamento BR-316 (Km 177,7 ao Km 275,3) sob o código 27202.1688537X.XXX, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco - código 27202.16885371.486.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a dotar o referido segmento rodoviário de condições de trafegabilidade e segurança, reduzindo os custos operacionais e o número de acidentes através do melhoramento e restauração do pavimento;

Cumpra ressaltar que os serviços de restauração já foram concluídos para o segmento entre o km 0 (Divisa MA/PA) e o km 177,7, trecho contíguo. Os recursos aqui consignados visam a dar continuidade ao trecho em restauração (km 177,7 ao km 275,5).

Finalmente, alerte-se que na Região Amazônica a pluviometria somente permite a execução de serviços de pavimentação entre os meses de junho e dezembro. Assim, é de suma importância a continuidade dos serviços de restauração durante o corrente período de estiagem.

07/11/89

058-0075-7

PL 58/89-CN 01 DE 01

## EMENDA

MAX ROSENMAN

PL PL

Inclua-se, no Anexo II do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o valor de NCZs 16.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos), sob código apropriado, para o sub-projeto de construção e pavimentação da BR-116/277/PR, Trecho Contorno Leste de Curitiba - Sub-trecho Pinheirinho (Entroncamento do Contorno Sul de Curitiba) - Obelisco do Guatupê, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-174/RR - Caracará - Boa Vista - código 27202.16885375 265

## JUSTIFICAÇÃO

Considerando a importância do Contorno Leste de Curitiba, que ordenará o tráfego urbano por tratar-se de importante ligação entre rodovias federais como a BR-116 e BR-364 (principais ligações entre o Norte e o Sul do País) e a BR-277 (única ligação entre o Oeste - regiões produtoras - e o Leste - Porto de Paranaguá), propiciando substancial economia aos usuários e, considerando ainda que nesse segmento rodoviário já foram investidos muitos recursos do Governo Federal desde 1977, tais como obras de arte especiais, sem nenhum retorno até o presente momento, torna-se imperativa a alocação de novos recursos afim de que sejam concluídas as obras de implantação e pavimentação já iniciadas.

07/11/89

058-0076-5

PL 58/89-CN 01 DE 01

## EMENDA

MAX ROSENMAN

PL PL

Inclua-se, no Anexo I do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o valor de NCZs 16.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos), sob código apropriado, para o sub-projeto de construção e pavimentação da BR-116/277/PR, Trecho Contorno Leste de Curitiba - Sub-trecho Pinheirinho (Entroncamento do Contorno Sul de Curitiba) - Obelisco do Guatupê, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco - código 27202.16885371.486

## JUSTIFICAÇÃO

Considerando a importância do Contorno Leste de Curitiba, que ordenará o tráfego urbano por tratar-se de importante ligação entre rodovias federais como a BR-116 e BR-364 (principais ligações entre o Norte e o Sul do País) e a BR-277 (única ligação entre o Oeste - regiões produtoras - e o Leste - Porto de Paranaguá), propiciando substancial economia aos usuários e, considerando ainda que nesse segmento rodoviário já foram investidos muitos recursos do Governo Federal desde 1977, tais como obras de arte especiais, sem nenhum retorno até o presente momento, torna-se imperativa a alocação de novos recursos afim de que sejam concluídas as obras de implantação e pavimentação já iniciadas.

07/11/89

058-0077-3

PL 58/89-CN 01 DE 01

## EMENDA

DEP. BASÍLIO VILCANI

PL PL

Inclua-se no Anexo II do PL-58/89-CN, no Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o sub-projeto BR-156/AP - Macapá - Tartarugalzinho - código 27202.1688537X XXX, no valor de NCZs 16.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos) a serem deduzidos do sub-projeto sob código 27202.16885375 265 (BR-174/RR - Caracará - Boa Vista - Marco BVB).

## JUSTIFICAÇÃO

A Rodovia BR-156 constitui aspiração de todos os Governos e será de vital importância para o desenvolvimento socio-econômico do Estado do Amapá, pois uma vez consolidada e devidamente implantada será um grande fator de integração de áreas produtivas e de incorporação de novas áreas ao mercado consumidor de Macapá. Esse importante eixo econômico, ligando o Vale do Rio Jari ao Vale do Rio Oiapoque, atravessa todos os municípios de seu território, cortando terras férteis, áreas de mineração, região pesqueira dos lagos e áreas de inestimáveis recursos florestais.

06/11/89

058-0078-1

PL 58/89-CN 01 DE 01

## EMENDA

DEP. BASÍLIO VILCANI

PL PL

Inclua-se no Anexo I do PL-58/89-CN, no Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o sub-projeto BR-156/AP - Macapá - Tartarugalzinho - código 27202.1688537X XXX, no valor de NCZs 16.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos) a serem deduzidos do sub-projeto sob código 27202.16885371 486 (BR-364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco)

## JUSTIFICAÇÃO

A Rodovia BR-156 constitui aspiração de todos os Governos e será de vital importância para o desenvolvimento socio-econômico do Estado do Amapá, pois uma vez consolidada e devidamente implantada será um grande fator de integração de áreas produtivas e de incorporação de novas áreas ao mercado consumidor de Macapá. Esse

importante eixo econômico, ligando o Vale do Rio Jari ao Vale do Rio Oiapoque, atravessa todos os municípios de seu território, cortando terras férteis, áreas de mineração, região pesqueira dos lagos e áreas de inestimáveis recursos florestais

06/11/89

058-0079-0

PROJETO DE LEI NÚMERO 11-59/89-CN

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

Autor: Deputado José Roberto Villares

UF: PA

PARTIDO: PRN

TEXTO/JUSTIFICACAO

Inclua-se no Anexo II do PL nº 58/89-CN, no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o CRÉDITO ESPECIAL para atendimento do "ACESSO à ITAPOÁ - SC", no valor de R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzados novos), com código próprio, a ser deduzido do sub projeto 272021685375285 BR-174/RR Caracarái - Boa Vista - Marco EVS.

JUSTIFICATIVA

O referido "Acesso a Itapoá" antiga aspiração de paraenses e catarinenses, visa beneficiar uma população de 30.000 habitantes, cuja tendência é aumentar ano a ano em vista de inúmeras benfeitorias que estão sendo criadas naquele importante Município Catarinense. Esta ligação consolida a integração do litoral Norte de Santa Catarina com a BR-101/SC que liga o Brasil de Norte a Sul.

06/11/89

058-0080-3

PROJETO DE LEI NÚMERO PL-58/89-CN

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

Autor: Deputado José Roberto Villares

UF: PA

PARTIDO: PRN

TEXTO/JUSTIFICACAO

Inclua-se, no Anexo II do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o valor de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzados novos), sob código apropriado, para o sub-projeto de construção e pavimentação da BR-116/277/PR, Trecho Contorno Leste de Curitiba, Sub-trecho Pinheirinho (Entroncamento do Contorno Sul de Curitiba) - Obelisco do Guatupé, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-174/RR - Caracarái - Boa Vista - código 272021685375 285

JUSTIFICACAO

Considerando a importância do Contorno Leste de Curitiba, que ordenará o tráfego urbano por tratar-se de importante ligação entre rodovias federais como a BR-116 e BR-364 (principais ligações entre o Norte e o Sul do País) e a BR-277 (única ligação entre o Oeste - regiões produtoras - e o Leste - Porto de Paranaguá), propiciando substancial economia aos usuários e, considerando enfim que nesse segmento rodoviário já foram investidos muitos recursos do Governo Federal desde 1977, tais como obras de arte especiais, sem nenhum retorno até o presente momento, torna-se imperativa a alocação de novos recursos afim de que sejam concluídas as obras de implantação e pavimentação já iniciadas.

06/11/89

058-0081-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL-58/89-CN

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

Autor: Deputado José Roberto Villares

UF: PA

PARTIDO: PRN

TEXTO/JUSTIFICACAO

Inclua-se, no Anexo I do PL-58/89-CN, Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o valor de R\$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhões de cruzados novos), sob código apropriado, para o sub-projeto de construção e pavimentação da BR-116/277/PR, Trecho Contorno Leste de Curitiba, Sub-trecho Pinheirinho (Entroncamento do Contorno Sul de Curitiba) - Obelisco do Guatupé, a serem deduzidos do sub-projeto de construção e pavimentação da BR-364/RR/AC - Porto Velho - Rio Branco - código 272021685371 485

JUSTIFICACAO

Considerando a importância do Contorno Leste de Curitiba, que ordenará o tráfego urbano por tratar-se de importante ligação entre rodovias federais como a BR-116 e BR-364 (principais ligações entre o Norte e o Sul do País) e a BR-277 (única ligação entre o Oeste - regiões produtoras - e o Leste - Porto de Paranaguá), propiciando substancial economia aos usuários e, considerando enfim que nesse segmento rodoviário já foram investidos muitos recursos do Governo Federal desde 1977, tais como obras de arte especiais, sem nenhum retorno até o presente momento, torna-se imperativa a alocação de novos recursos afim de que sejam concluídas as obras de implantação e pavimentação já iniciadas.

06/11/89

058-0082-0

PROJETO DE LEI NÚMERO 58/89

PÁGINA 1 DE 1

EMENDA

Autor: DEPUTADO ANTONIO DE JESUS

UF: GO

PARTIDO: PMDB

TEXTO/JUSTIFICACAO

No PL 58/89, inclua-se onde couber, o seguinte:

GO 154 - ITAGUARU-URUANA..... 20.000.000

FONTE DE CANCELAMENTO:

BR 364/RO/AC - Porto Velho-Rio Branco..... 20.000.000

JUSTIFICATIVA

O trecho de 32 km entre Itaguaru e Uruana, permitirá o escoamento de produtos agrícolas desta fértil região, pois a rodovia interliga a BR 153 à BR 070.

31/10/89

Antonio de Jesus

058-0083-0

PROJETO DE LEI NÚMERO 58/89 PÁGINA 1 DE 1

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO ANTONIO DE JESUS UF GO PARTIDO PMDB

TEXTO JUSTIFICATIVA

Inclua-se onde couber, no PL 58/89, o seguinte:

BR 070 - NOVA TRINDADE-APARECIDA DO RIO CLARO 25.000.000.

FONTE DE CANCELAMENTO:

BR 364/RO/AC - Porto Velho-Rio Branco, que terá sua dotação diminuída em 25.000.000

## JUSTIFICATIVA

A BR 070, cobrindo os Estados de Mato Grosso e Goiás, é a via mais importante de interligação desses Estados com as demais regiões brasileiras. Dela depende o escoamento de sua grande safra agrícola e de sua produção de carne, essenciais nos Estados consumidores e nos Portos para exportação.

31/10/89 DATA Assinatura de Antonio de Jesus

058-0084-6

PROJETO DE LEI NÚMERO 058/89-CN PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO EDUARDO MOREIRA UF SC PARTIDO PMDB

TEXTO JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 058/89, o programa de trabalho abaixo:

27 000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL

PORTO DE LAGUNA - Retificação dos molhes da Barra de Laguna

VALOR: NCZ\$-1.000.000

ORIGEM DOS RECURSOS:

Projeto 27 000.16885371 A66 - BR 364/RO/AC - Porto Velho Rio Branco

a cargo do ONER

VALOR NCZ\$-1.000.000

## JUSTIFICACAO

Através do Porto de Laguna, em Santa Catarina, durante várias décadas, se fez o escoamento da produção de carvão mineral e parte da produção agrícola de Santa Catarina.

Na década de 50, em convênio com a Holanda, foi feita a dragagem do canal de acesso ao porto e construção dos molhes.

Por erro técnico, ou por sabotagem de outros interessados, construiu-se os molhes Sul com ângulo de fechamento, de modo que hoje apenas as embarcações pequenas têm acesso ao porto daquele município.

Nos últimos 10 anos, a Portobrás fez investimento na área física do porto, com a implantação de fábricas do gelo, armazéns e câmara frigorífica para mais de 800 toneladas, totalmente ociosos e deteriorados pela falta de uso, em função do difícil acesso por embarcações de maior porte.

Laguna faz parte da região de menor desenvolvimento sócio-econômico do Sul do Brasil, e tem em sua costa, um dos maiores índices de piscosidade de da costa brasileira.

Precisamos, com esse investimento, viabilizar o acesso ao porto já construído, e com isso permitir investimentos industriais na área de pesca, bem como dotar o porto de condições de atracagem para navios de grande porte.

Há interesse japonês de investimentos no município, na área de pesca, desde que o acesso ao porto seja possível.

São justificativas que por si só, determinam a importância de aprovação da emenda.

31/11/89 DATA Assinatura de Eduardo Moreira

058-0085-4

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89 PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO PAULO MINCARONE UF RS PARTIDO PTB

TEXTO JUSTIFICATIVA

BR 158/RS

INCLUA-SE NO PL 58/89, O SUBPROJETO BR 158/RS PALMEIRA/ESQUINA BOA VISTA, NO VALOR DE NCZ\$ 5.000.000,00(CINCO MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS).

DEDUZA-SE NO VALOR DE NCZ\$ 5.000.000,00(CINCO MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS), DO SUBPROJETO BR 364/RO/AC, PORTO VELHO/RIO BRANCO (ANEXO I PL 58/89).

## JUSTIFICATIVA

TRATA-SE DE OBRA DE RELEVANTE IMPORTANCIA, POR ISSO, ENTENDEMOS QUE OS RECURSOS DESTINADOS A BR 364/RO/AC, SÃO EXAGERADOS E PODEM SER REDUZIDOS NESTE VALOR, OBJETIVANDO A DAR ANDAMENTO EM OBRAS, TAMBEM IMPORANTE.

31/11/89 DATA Assinatura de Paulo Mincaroni

058-0086-2

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89 PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO PAULO MINCARONE UF RS PARTIDO PTB

TEXTO JUSTIFICATIVA

BR/480/RS

INCLUA-SE NO PL 58/89, O SUBPROJETO BR 480/RS, TRECHO BARÃO DE COTEGIPE/HERVAL GRANDE/RS, NO VALOR DE NCZ\$15.000.000,00(QUINZE MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS).

DEDUZA-SE NO VALOR DE NCZ\$15.000.000,00(QUINZE MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS) DO SUBPROJETO BR/364/RO/AC - PORTO VELHO/RIO BRANCO (ANEXO I PL 58/89).

## JUSTIFICATIVA

TRATA-SE DE OBRA DE RELEVANTE IMPORTANCIA, POR ISSO, CERTAMENTE QUE OS RECURSOS DESTINADOS A BR/364/RO/AC, SÃO EXAGERADOS E PODEM SER REDUZIDOS NESTE VALOR, OBJETIVANDO A DAR ANDAMENTO EM OBRAS TAMBEM IMPORTANCIA.

31/11/89 DATA Assinatura de Paulo Mincaroni

058-0087-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO: PAULO MINCARONE

UF RS

PARTIDO PTB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

BR 158/RS

INCLUA-SE NO PL 58/89, O SUBPROJETO BR 158/89 CONTORNO PALMEIRA DAS MISSOES, NO VALOR DE NCZ\$ 5.000.000,00(CINCO MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS).  
DEDUZA-SE NO VALOR NCZ\$ 5.000.000,00(CINCO MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS), DO SUBPROJETO BR 364/RO/AC, PORTO VELHO/RIO BRANCO (ANEXO I PL 58/89).

JUSTIFICATIVA

TRATA-SE DE OBRA DE RELEVANTE IMPORTANCIA, POR ISSO, ENTENDEMOS QUE OS RECURSOS DESTINADOS A BR/364/RO/AC, SÃO EXAGERADOS E PODEM SER REDUZIDOS NESTE VALOR, OBJETIVANDO A DAR CONTINUIDADE, EM OBRAS, TAMBÉM IMPORTANTE.

PARLAMENTAR

06/11/89

PAULO MINCARONE

058-0088-9

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO: PAULO MINCARONE

UF RS

PARTIDO PTB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

BR 470/RS

INCLUA-SE NO PL 58/89 O SUBPROJETO BR 470/RS NOVA PRATA/LAGOA VERMELHA, NO VALOR DE NCZ\$ 10.000.000,00(DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS).  
DEDUZA-SE NO VALOR DE NCZ\$ 10.000.000,00(DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS) DO SUBPROJETO BR 364/RO/AC PORTO VELHO/RIO BRANCO (ANEXO I PL 58/89).

JUSTIFICATIVA

TRATA-SE DE OBRA DE RELEVANTE IMPORTANCIA, POR ISSO, ENTENDEMOS QUE OS RECURSOS DESTINADOS A BR 364/RO/AC, SÃO EXAGERADOS E PODEM SER REDUZIDOS NESTE VALOR, OBJETIVANDO A DAR ANDAMENTO EM OBRAS, TAMBÉM IMPORTANTE.

PARLAMENTAR

06/11/89

PAULO MINCARONE

058-0087-7

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO: PAULO MINCARONE

UF RS

PARTIDO PTB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

BR 470/RS

INCLUA-SE NO PL 58/89, O SUBPROJETO BR 470/RS, PONTE SOBRE O RIO PELotas/RS, NO VALOR DE NCZ\$ 5.000.000,00(CINCO MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS).  
DEDUZA-SE NO VALOR DE NCZ\$ 5.000.000,00(CINCO MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS) DO SUBPROJETO BR 364/RO/AC-PORTO VELHO RIO BRANCO (ANEXO I PL 58/89).

JUSTIFICATIVA

TRATA-SE DE OBRA DE RELEVANTE IMPORTANCIA, POR ISSO, ENTENDEMOS QUE OS RECURSOS DESTINADOS A BR/364/RO/AC, SÃO EXAGERADOS E PODEM SER REDUZIDOS NESTE VALOR, OBJETIVANDO A DAR ANDAMENTO EM OBRAS, TAMBÉM IMPORTANTE.

PARLAMENTAR

06/11/89

PAULO MINCARONE

058-0090-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89

PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADO: PAULO MINCARONE

UF RS

PARTIDO PTB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

BR 101/RS

INCLUA-SE NO PL 58/89 O SUBPROJETO BR101/RS ESTRADA CAPIVARI/MOSTAROA/TAVARES, NO VALOR DE NCZ\$ 10.000.000,00(DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS).

DEDUZA-SE NO VALOR DE NCZ\$ 10.000.000,00(DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS) DO SUBPROJETO BR 364/RO/AC - PORTO VELHO RIO BRANCO (ANEXO I PL 58/89).

JUSTIFICATIVA:

TRATA-SE DE OBRA DE RELEVANTE IMPORTANCIA, POR ISSO, ENTENDEMOS QUE OS RECURSOS DESTINADOS A BR 364/RO/AC, SÃO EXAGERADOS E PODEM SER REDUZIDOS NESTE VALOR, OBJETIVANDO A DAR ANDAMENTO EM OBRAS TAMBÉM IMPORTANTE.

PARLAMENTAR

06/11/89

PAULO MINCARONE

058-0091-7	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89	01 DE 03

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Dep. JOSE SERRA	SP	PSDB

## EMENDA Supressiva

"Rejeitar, na íntegra, o Projeto de Lei supra citado."

## JUSTIFICAÇÃO

É imperiosa a rejeição total deste e dos demais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, solicitando a abertura de Créditos orçamentários suplementares e especiais porque:

(i) Deformam o financiamento do Governo Federal. Destinam o excesso observado na arrecadação de receitas próprias para a cobertura de outras despesas correntes e de capital - inclusive para o início de novos projetos - , ao mesmo tempo que "deixam a descoberto" gastos indispensáveis, como o pagamento de salários do funcionalismo e de aposentadorias e pensões da Previdência Social. É inconcebível a emissão de títulos públicos (para não dizer a emissão de moeda, face as adversidades conjunturais no mercado financeiro) para custear o funcionamento mínimo da máquina governamental, enquanto recursos tributários são deslocados para o financiamento de ações de expansão, inclusive um sem número de programas não prioritários e que sequer constam na Lei Orçamentária vigente.

(ii) Podem dar margem a dúvidas sobre a exatidão na administração pública. Dentre os créditos especiais, por exemplo, são identificados na área de transporte 129 programas de trabalho que não constam da programação original do Orçamento de 1989 (Lei Nº 7.715/89), nem da programação dos créditos adicionais já abertos. Por mais rápida que seja a tramitação na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário do Congresso e por mais breve que seja a sanção presidencial, pode-se dizer dos créditos especiais, nesta data, que é "fisicamente" impossível promover a licitação e o empenho das dotações, instalar Canteiros e cumprir uma parcela mínima do cronograma de obras ainda no exercício de 1989. Além disso, face a prática atual de atrasos no pagamento das obras já realizadas é provável que o efetivo desembolso só seja realizado na gestão do novo presidente.

(iii) A programação é incompatível com as Diretrizes Orçamentárias para 1990. Uma visão do conjunto de créditos adicionais revela expressivas contradições destes relativamente à orientação dada para 1990 pela LDO (Lei nº 7.800/89). Destacam-se: (a) a vedação para financiamento de despesas de custeio, dentre outras, através de dívidas mobiliárias; (b) o empenho até 15/03/90 de, no máximo, um sétimo da despesa orçada para o exercício; (c) a proibição para o início de obras novas enquanto não for aprovado o Orçamento; (d) a impossibilidade de assunção de encargos próprios dos estados e municípios; (e) a prioridade para projetos em andamento e ações de manutenção e conservação relativamente ao início de novos investimentos.

A rejeição de todas as solicitações de abertura de créditos em apreciação no congresso é necessária, antes de tudo para que seja feita uma reprogramação orçamentária, adequando as fontes de recursos à natureza das despesas. Recomenda o bom senso que o dinheiro certo, em caixa, atenda primeiro aos gastos com pessoal e ações mínimas do governo. Além disso, num quadro de séria escassez de recursos, não cabe o início de mais de uma centena de obras novas, quando é notória a deficiência na manutenção, conservação e restauração do patrimônio já existente.

Enfim, é imperiosa a aprovação desta emenda para que o Legislativo mantenha sua coerência nas decisões pertinentes às matérias orçamentárias, assegure a eficácia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990, não deixe espaço para questionamentos sobre a validade de ações governamentais iniciadas no final do exercício e do mandato, bem como colabore com o novo Presidente da República para que não encontre as

finanças públicas mais comprometidas do que já estão pelos efeitos da grave crise que assola a economia brasileira.

07/11/89	
DATA	
058-0092-7	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO ANTONIO FERREIRA	AL	PFL

## EMENDA MODIFICATIVA

## Suplementação - Anexo I

27.000 - Ministério dos Transportes

27.202 - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - ONER

Projeto - Construção da Estrada PB-128/PB - Tracho - Desterro/PB - Itapetim/PE .

NCz\$ 3.000.000,00

## Cancelamento - Anexo I

27.000 - Ministério dos Transportes

27.202 - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - ONER

27.202.16885371.486 - BR-364/RD/AC - Porto Velho- Rio Branco

NCz\$ 96.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma região de grande perspectiva agrícola, cujo crescimento vem sendo tolhido pela carencia de estradas.

A execução desta obra irá beneficiar tanto o Estado de Pernambuco, como o Estado da Paraíba, uma vez que esta estrada (trêcho) é na divisa de ambos.

07/11/89	
DATA	
058-0093-5	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL-58/89-CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado GEOVANI BORGES	AP	PRN

Inclua-se no Anexo I do PL-58/89-CN, no Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, o sub-projeto BR-156/AP - Macapa - Tartarugalzinho - código 27202.1688537X.XXX, no valor de NCz\$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhões de cruzados novos) a serem deduzidos do sub-projeto sob código 27202.16885371.486 (BR-364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco)

JUSTIFICACAO

A Rodovia BR-156 constitui aspiracao de todos os Governos e sera de vital importancia para o desenvolvimento socio-economico do Estado do Amapa, pois uma vez consolidada e devidamente implantada sera um grande fator de integracao de areas produtivas e de incorporacao de novas areas ao mercado consumidor de Macapa. Esse importante eixo economico, ligando o Vale do Rio Jari ao Vale do Rio Diapoque, atravessa todos os municipios de seu territorio, cortando terras férteis, areas de mineracao, regio pesqueira dos lagos e areas de inestimaveis recursos florestais.

07/11/89

058-0094-3

PL-58/89-CN

01 DE 01

EMENDA

Deputado GEOVANI BORGES

AP PRN

TEXTO/JUSTIFICACAO

Inclua-se no Anexo II do PL-58/89-CN, no Ministerio dos Transportes Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o sub-projeto BR-156/AP - Macapa - Tartarugalzinho, codigo 27202.1688537X.XXX, no valor de NCZ\$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhoes de cruzados novos), serem deduzidos do sub-projeto sob codigo 27202.16885375.285 (BR-174/RR - Caracaras - Boa Vista - Marco BVB).

JUSTIFICACAO

A Rodovia BR-156 constitui aspiracao de todos os Governos e sera de vital importancia para o desenvolvimento socio-economico do Estado do Amapa, pois uma vez consolidada e devidamente implantada sera um grande fator de integracao de areas produtivas e de incorporacao de novas areas ao mercado consumidor de Macapa. Esse importante eixo economico, ligando o Vale do Rio Jari ao Vale do Rio Diapoque, atravessa todos os municipios de seu territorio, cortando terras férteis, areas de mineracao, regio pesqueira dos lagos e areas de inestimaveis recursos florestais.

07/11/89

058-0095-1

58

1 DE 1

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO ERICO PEGORARO

RS PFL

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei nº 58, de 1989, Anexo II, subprojeto nº 27.200.16885371.922 - projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a "Melhoria nas condições viárias urbanas da cidade de Jaguarão", com dotação específica de NCZ\$ 1.500.000,00: - (um milhão e quinhentos mil cruzados), a serem retirados do subprojeto citado.

JUSTIFICACAO

Os recursos alocados nesta emenda serão empregados na construção de um terminal férreo-alfandegário na cidade de Jaguarão/RS. Ser virá também para construção de acesso de contorno à ponte Internacional Brasil/Uruguai, até o acesso do INFAZ - empresa de processamento alfandegário limítrofe à cidade de Jaguarão. Por essa linha férrea, se dá a passagem de 100 toneladas/mês - Uruguai/Brasil, de grãos. Hoje, esse transbordo se dá ao ar livre, em área não cercada e não fiscalizada. A área onde se faz esse trabalho se torna inviável em dias de chuva. Esses recursos possibilitarão a cobertura para transbordo, infra-estrutura de fechamento, calçamento e aquisição de balança. Possibilitará também que seja desviado de dentro da cidade o tráfego de caminhões, pois a RFFSA possui dois hectares próximo à cidade para se implantar esse terminal. Essa é a única passagem férrea Uruguai/Brasil. Essa obra realizar-se-á em conjunto pelos seguintes órgãos: DNER e RFFSA/RS.

07/11/89

058-0096-0

58

1 DE 1

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO ERICO PEGORARO

RS PFL

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei nº 58, de 1989, Anexo II, subprojeto nº 27.200.16885371.922 - projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a "Melhoria nas condições viárias urbanas da cidade de Pelotas/RS", com dotação específica de NCZ\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzados novos), a serem retirados do subprojeto citado.

JUSTIFICACAO

A Ponte do Retiro, município de Pelotas/RS, é a principal via de acesso do escoamento das safras advindas do Superporto de Rio Grande. Por essa ponte passam as riquezas da agricultura gaúcha e por onde passam 11 milhões de toneladas de mercadorias as mais diversas, movimentadas através de mil navios procedentes dos quatro cantos do mundo. Esta ponte deve estar em condições de suportar o intenso fluxo de caminhões e jantantas que trazem e levam produtos para o Porto e regiões vizinhas. Além disso, a Ponte do Retiro serve à população de Pelotas, estimada hoje em 300.000 habitantes. Por diversas vezes, o tráfego fora interrompido, ora em um sentido, ora em outro, atrasando e prejudicando o tráfego naquele local. Há, hoje, um estrangulamento naquela área. Com estes recursos, proporcionaremos as condições seguras de trafegabilidade, visando a duplicação, restauração e adequação da mesma à demanda de fluxo.

07/11/89

058-0097-8	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58	1 DE 1

## EMENDA MODIFICATIVA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO ERICO PEGORARO	RS	PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

## T E X T O

Inclua-se no Projeto de Lei nº 58, de 1989, Anexo II, subprojeto nº 27.200.16885371.922 - projetos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a "Melhoria das condições viárias urbanas da cidade de Pelotas/RS", com dotação específica de NCz\$ 1.750.000,00 - (um milhão, setecentos e cinquenta mil cruzados novos), a serem retirados do subprojeto citado.

## JUSTIFICATIVA

A Avenida Fernando Osório, na cidade de Pelotas/RS, se constitui na principal via de acesso ao centro da cidade para quem trafega pela BR-116, no sentido Porto Alegre/Pelotas e vice-versa. É uma antiga reivindicação da comunidade, dado o intenso tráfego de veículos, leves e pesados, que transportam cargas para as indústrias instaladas em suas margens. Essa duplicação visa desafogar e dar maior segurança ao fluxo de veículos naquele local. Destes recursos, o valor de NCz\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzados novos) serão destinados às obras de drenagem do canteiro central numa extensão de 4.440 metros em tubulação com 1,2 metros de diâmetro e cuja execução será realizada através de convênio entre DNOS e DNER/RS.

07/11/89	
058-0098-6	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
058/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO FILHO	MG	PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

## EMENDA MODIFICATIVA

Acrescentar ao Projeto de Lei, no que se refere ao ORÇAO - MINISTERIO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES SUPERVISORIAS - a cargo do DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para receber o crédito suplementar a seguir:

## CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

\*BR 259 - Trecho Governador Valadares/Aimorés no valor de NCz\$ 40.000.000,00

## FONTE DE RECURSO

Presidência da República - Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional - Entidades Supervisorias - Código 11500 09100351914 - no valor de NCz\$ 40.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

este trecho é de fluxo de tráfego intenso, responsável pela perda de inúmeras vidas humanas diariamente. A sua

melhoria permitirá condições satisfatórias de tráfego para atender o atual fluxo, que é acima da capacidade da via existente.

07/11/89	
058-0099-4	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PLN - 58/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado Wilson Campos	PE	PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Destaque-se no PLN-58/89, a quantia de NCz\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos), em favor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem/MT - Construção e Pavimentação de Rodovias - para as obras de construção do trecho da estrada Brejo da Madre de Deus/Jataúba, em Pernambuco.

Ponte: 27202.16885371.486: BR - 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco.

## JUSTIFICATIVA

A emenda visa alocar recursos financeiros para as obras de construção e pavimentação do trecho rodoviário, na PE-145/PE-160, ligando Brejo da Madre de Deus a Jataúba, no agreste setentrional de Pernambuco, articulando essa microrregião com as BRs 232 e 104 e facilitando o escoamento da produção hortigrangeira - a maior do Estado.

Milhares de pequenos, micros e médios agricultores poderão colocar seus produtos nos mercados consumidores a preços mais baixos, suportando a estrada um tráfego diário de quinze mil toneladas de cargas e de dez a quinze mil veículos de passageiros e cargas.

07/11/89	
058-0100-1	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PLN - 58/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado Wilson Campos	PE	PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Destaque-se no PLN-58/89, a quantia de NCz\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos), em favor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem/MT - Construção e Pavimentação de rodovias - para as obras iniciais de construção do trecho da estrada Brejo da Madre de Deus/Belo Jardim, com início na PE-145, na altura de Barra de Farias, em Pernambuco.

Ponte: 27202.16885371.486: BR - 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco.



**JUSTIFICATIVA**

A emenda visa alocar recursos financeiros para as obras de construção e pavimentação da ligação rodoviária entrocamento da PE-145 (altura de Barra de Farias), na extensão de 31 Km a Belo Jardim - agreste setentrional de Pernambuco - que permitirá o acesso desta cidade a Brejo da Madre de Deus e facilitando a articulação desse eixo de estradas com as BRs 232 e 104.

A microrregião será beneficiada nos aspectos econômico e social, vez que toda a produção hortigrangeira se escoará aos seus mercados consumidores na própria região até a região metropolitana, a custos mais baixos e em um período de tempo muito menor.

PARLAMENTAR

07/11/89

058-0101-0

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 58/89

PÁGINA  
01 DE 01

**EMENDA**

AUTOR

Deputado Wilson Campos

UF

PE

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se no PLN-58/89, a quantia de NCz\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos), em favor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem/MT - Construção e Pavimentação de Rodovias - para as obras iniciais de construção do trecho da estrada Jataúba/PE a Santana do Congo/PB.

Fonte: 27202.16885371.486: BR - 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco.

**JUSTIFICATIVA**

A emenda visa alocar recursos financeiros para as obras de construção e pavimentação do trecho rodoviário, ligando Jataúba/PE a Santana do Congo/PB, na extensão de 30 quilômetros, que contribuirá para completar a articulação econômica e social do agreste setentrional de Pernambuco com o estado da Paraíba, tendo por eixos principais as BRs 232 e 104.

A microrregião tem em Brejo da Madre de Deus o seu maior produtor de hortigrangeiros, objetivando a emenda beneficiar centenas de micros e pequenos produtores que, assim, teriam acesso a mercados consumidores mais dinâmicos e confiáveis.

PARLAMENTAR

07/11/89

058-0102-8

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN-58/89

PÁGINA  
01 DE 01

**EMENDA**

AUTOR

Deputado Wilson Campos

UF

PE

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se no PLN-58/89, a quantia de NCz\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos), em favor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem/MT - Construção e Pavimentação de Rodovias - para as obras iniciais de construção do trecho da estrada Brejo da Madre de Deus/Santa Cruz do Capibaribe, com início na PE-145 (altura de Agudinho), em Pernambuco.

agrem/MT - Construção e Pavimentação de Rodovias - para as obras iniciais de construção do trecho da estrada Brejo da Madre de Deus/Santa Cruz do Capibaribe, com início na PE-145 (altura de Agudinho), em Pernambuco.

Fonte: 27202.16885371.486: BR - 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco.

**JUSTIFICATIVA**

A emenda visa alocar recursos financeiros para as obras de construção e pavimentação do trecho rodoviário Agudinho, na PE-145, até Santa Cruz do Capibaribe, no agreste setentrional, em Pernambuco, completando o eixo de estradas beneficiando o maior centro produtor de hortigrangeiros do Estado.

Citado trecho é de 22 quilômetros e, quando de sua implantação, permitirá o tráfego diário de cerca de quinze mil toneladas de cargas e de dez mil veículos de cargas e de passageiros.

Beneficiará também, o polo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, integrando-se a microrregião com as BRs 104 e 232.

PARLAMENTAR

07/11/89

058-0103-6

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89

PÁGINA  
01 DE 01

**EMENDA**

AUTOR

DEPUTADO FEDERAL AULBURICO PINTO

UF

BA

PARTIDO

PMDB

TEXTO

Inclua-se, onde couber, no Anexo II, do PL 58/89-CN, a importância de NCz\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de cruzados novos), para a construção do trecho do Entrocamento de POSTO DA MATA, NA RR 101, a CARAVELAS-BARIA.

FONTE: 27202103853751.285 (Anexo II do PL 58/89-CN)

NCz\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de cruzados novos)

**JUSTIFICATIVA**

O desenvolvimento do município de CARAVELAS-BA, face a agricultura moderna, o turismo, a pecuária, encontra-se em estágio muito importante para o extremo-sul da Bahia, Norte do Espírito Santo, e caminhões de transporte, além do imenso número de pequenos veículos com outras cargas de transporte e passeio, tornam o asfaltamento deste trecho de muita importância para o avanço sócio-econômico do município e população, de forma essencial para o país.

PARLAMENTAR

07/11/89

058-0104-4

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO ULBURICO PINTO	BA	PMDB

## TEXTO

Inclua-se onde couber, no anexo II, do PL 58/89-CN a importância de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzados novos); para a construção do estacionamento na BR 101, no município de TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIA.

FONTE: 27.20210885375.285 (Anexo II do PL 58/89-CN)

NCZ\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de cruzados novos)

## JUSTIFICATIVA

Teixeira de Freitas vem crescendo de maneira rápida e desordenada, hoje com a população aproximada de 150. mil habitantes, tendo como principal malha rodoviária a BR 101, que corta o município num ponto muito crítico, que é o perímetro urbano.

Para dar maior segurança a esta comunidade, é preciso construir um entroncamento à margem da BR 101, pois assim, sera evitado muitos acidentes, os quais ocorrem com frequência. Sendo que a Prefeitura Municipal não dispõe de recursos, estamos reivindicando alocção de recursos para a construção deste entroncamento que será de grande valia para toda a população.

PARLAMENTAR

07/11/89

SIGNATURA

058-0105-2

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
58/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO ULBURICO PINTO	BA	PMDB

## TEXTO

Inclua-se onde couber, no Anexo II, do PL 58/89-CN a quantia de R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de cruzados novos), para a pavimentação do trecho que liga SANTA CRUZ CABRALIA a BELMONTÉ-BAHIA.

PONTE: 2720210885375.285 (Anexo II do PL 58/89-CN)

NCZ\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de cruzados novos).

## JUSTIFICATIVA

O município de Santa Cruz Cabralia na Bahia, com a sua importância histórica, no contexto político do Brasil, transformou-se,

juntamente com a cidade de BELMONTÉ, em grande pólo turístico e pesqueiro do país. O asfaltamento deste trecho e de extrema importância sócio econômica para a região e o país.

PARLAMENTAR

07/11/89

SIGNATURA

058-0106-1

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PLN-058/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se no PLN-058 de 23.10.89 (código 27.202.16885371486 BR-364 - Porto Velho / Rio Branco) a quantia de R\$ 28.000.000,00 (Vinte e oito milhões de cruzados novos), em favor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens DNER-MT, para as obras de construção da Ponte de IGAPÓ na BR 101 trecho NATAL - TOUROS.

## JUSTIFICAÇÃO

A construção de uma nova ponte sobre o rio Potengi, tornou-se de importância vital para o Estado do Rio Grande do Norte e da cidade de NATAL. A urbanização recente da margem esquerda do rio, onde nos últimos Governos foram construídos inúmeros conjuntos habitacionais, instalando-se ali, mais de 300.000 novos habitantes, determinando consequentemente um movimento diário de veículos nos dois sentidos da ponte de mais de 15.000 veículos, sem se levar em consideração o fluxo dos municípios das Regiões salinaes, litoral e baixa verde.

A alocação desses novos recursos embora não sendo suficientes aceleração das obras no ponto de conseguirmos chegar ao novo orçamento de 1990.

PARLAMENTAR

07/11/89

SIGNATURA

058-0107-9

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PLN-058/89	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se no PLN-58 de 23.10.89 (código 27.202.16885371.486 BR-364/RN-AC-Porto Velho / Rio Branco) a quantia de R\$

35.000.000,00 (Trinta e cinco milhões de cruzados Novos) para se rem alocadas nas obras da BR-226 - trecho Currais Novos - Fronteira do Ceará.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Emenda visa alocar recursos financeiros para as obras de pavimentação da BR-226 de Currais Novos - Fronteira do Ceará, incorporando-se o trecho Jucurutu-Patú, via Augusto Severo-Janduís, tendo em vista a quantia inicialmente alocada por não ser suficiente para atender esta obra que interliga duas regiões de significativa importância econômica para o Estado que atualmente é precariamente servida por rodovias.

07/11/89

PARLAMENTAR

058-0108-7

PROJETO DE LEI NÚMERO 58/89 PÁGINA 1 DE 2

**EMENDA**

AUTOR DEPUTADO ZIZA VALADARES UF MG PARTIDO PSDB

**TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se no PL 58/89 em Restauração de Rodovias o sub-projeto BR-040/MG, divisa GO/MG - divisa MG/RJ no valor de NCz\$ 15.000.000,00. Deduza-se o valor correspondente (NCz\$ 15.000.000,00) do sub-projeto BR-364/RO-AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I PL 58/89).

**JUSTIFICATIVA**

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RO-AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

PARLAMENTAR

07/11/89

**EMENDA**

AUTOR DEPUTADO ZIZA VALADARES UF MG PARTIDO PSDB

**TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se no PL 58/89 em Restauração de Rodovia o sub-projeto BR-040/MG - Divisa GO/MG - Km 0 até o Km 200 no valor de NCz\$ 5.000.000,00.

Deduza-se no valor de NCz\$ 5.000.000,00 do sub-projeto BR-364/RO-AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I PL 58/89).

**JUSTIFICATIVA**

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RO-AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

PARLAMENTAR

058-0110-9

PROJETO DE LEI NÚMERO 58/89 PÁGINA 1 DE 2

**EMENDA**

AUTOR DEPUTADO ZIZA VALADARES UF MG PARTIDO PSDB

**TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se no PL 58/89 o sub-projeto BR-251/MG - Trecho Unaí-Montes Claros no valor de NCz\$ 5.000.000,00.

Deduza-se o valor correspondente (NCz\$ 5.000.000,00) do sub-projeto BR-364/RO-AC - Porto Velho-Rio Branco (Anexo I PL 58/89).

JUSTIFICATIVA

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RO-AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

058-0112-5

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89PÁGINA  
1 DE 2

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ZIZA VALADARESUF  
MGPARTIDO  
PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 58/89 o sub-projeto BR 040/MG - Município de Contagem Viaduto ligando o Bairro São Sebastião ao Bairro Kennedy no valor de NCz\$ 5.000.000,00.

Deduza-se o valor correspondente (NCz\$ 5.000.000,00) do sub-projeto BR-364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I - PL 58/89)

058-0111-7

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89PÁGINA  
1 DE 2

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ZIZA VALADARESUF  
MGPARTIDO  
PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 58/89 o sub-projeto para construção do viaduto Benedita-Contagem MG no valor de NCz\$ 5.000.000,00

Deduza-se o valor correspondente de NCz\$ 5.000.000,00 do sub-projeto BR 364/RO/AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I PL 58/89).

JUSTIFICATIVA

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RO-AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

JUSTIFICATIVA

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RO-AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

058-0113-3

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89

PÁGINA  
1 DE 2

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ZIZA VALADARES

UF  
MG

PARTIDO  
PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 58/89 o sub-projeto para a construção de passarela sobre as linhas da Rede Ferroviária Federal, ligando a Estação do Metrô do Bairro Eldorado ao Conjunto Habitacional Água Branca, município de Contagem-MG no valor de NCz\$ 5.000.000,00.

Deduza-se o valor correspondente (NCz\$ 5.000.000,00) do sub-projeto BR-364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I PL 58/89)

JUSTIFICATIVA

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RD/AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

PARLAMENTAR

3/11/89

058-0114-1

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89

PÁGINA  
1 DE 2

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ZIZA VALADARES

UF  
MG

PARTIDO  
PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 58/89 o sub-projeto BR-040 /MG - Viaduto do Mutuca no valor de NCz\$ 15.000.000,00.

Deduza-se o valor correspondente (NCz\$ 15.000.000,00) do sub-projeto BR-364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I PL 58/89).

JUSTIFICATIVA

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RD/AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

PARLAMENTAR

3/11/89

PÁGINA

058-0115-0

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89

PÁGINA  
1 DE 2

EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO ZIZA VALADARES

UF  
MG

PARTIDO  
PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 58/89 o sub-projeto BR 120-MG Contorno no Município de Guanhães/MG no valor de NCz\$ 5.000.000,00.

Deduza-se o valor correspondente (NCz\$ 5.000.000,00) do sub-projeto BR-364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I PL 58/89)

JUSTIFICATIVA

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RD/AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

PARLAMENTAR

4/11/89

ASSINATURA

058-0116-8

PROJETO DE LEI NÚMERO  
58/89PÁGINA  
1 DE 2

## EMENDA

DEPUTADO ZIZA VALADARES

UF  
MGPARTIDO  
PSDB

TEXTO/JUSTIFICACÃO

Inclua-se no PL 58/89 o sub-projeto a construção e pavimentação do trecho Tiros - Matutina / MG no valor de NCz\$ 5.000.000,00.

Deduza-se o valor correspondente (NCz\$ 5.000.000,00) do sub-projeto BR-364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco (Anexo I PL 58/89)

## JUSTIFICATIVA

A obra proposta para o trecho é fundamental para a normalização do tráfego, evitando acidentes com vítimas fatais como tem ocorrido com frequência.

Por outro lado, a BR-364/RD-AC, além de estar sendo contemplada com o total dos recursos destinados ao transporte rodoviário constante do PL 58/89. A mesma BR-364, no PL 65/89, recebe um aporte de 240 milhões de cruzados novos.

Como estes recursos somente estarão disponíveis no mês de dezembro do corrente ano, parece-nos impossível a sua utilização dentro do exercício e, mesmo se desejarmos falar nas normas orçamentárias, para uso no próximo trimestre, devemos antes consultar o PL 58/89, pois lá encontraremos mais uma dotação no valor de 50 milhões de cruzados novos, que, corrigida, alcançará mais de duzentos milhões de cruzados novos.

Convenhamos que com a escassez de recursos com que se defronta o Governo em todos os setores, uma única obra, por mais importante que seja, não pode ser contemplada com a soma de mais de 500 milhões de cruzados novos para ser utilizada em apenas 4 meses.

PARLAMENTAR

4/11/89

ASSINATURA

058-0117-6

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 058/89-CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADA RITA CAMATAUF  
ESPARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICACÃO

Inclua-se Programa de trabalho do Ministério dos Transportes - Empresa de Transportes Urbanos de Porto Alegre S/A constante da Anexo I do Projeto de Lei Nº 58/89-CN o seguinte Projeto:

PROJETO: Construção de Ramal Ferroviário em Cachoeiro de Itapemirim - ES.

VALOR: NCz\$5.000.000 (cinco milhões de cruzados novos)

FONTE DE RECURSOS: 27208.16915727.037-Duplicação e recuperação da Malha Ferroviária.

VALOR: NCz\$ 5.000.000 (CINCO MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS)

## JUSTIFICACÃO

Cachoeiro de Itapemirim, detém, atualmente a condição de 4ª cidade mais populosa do Estado.

Um dos maiores problemas que a cidade enfrenta decorre da linha férrea que a divide, de um lado a outro. A trafegabilidade é intensa e vem trazendo, ao longo dos anos, sérias consequências a população que, ao atravessá-la corre inúmeros riscos, cotidianamente. Por outro lado, tal contingente de pessoas quando utilizam os acessos existentes percorrem grande distâncias várias vezes ao dia - acarretando congestionamentos nos corredores estruturais, e gerando desperdícios de combustível, tempo e outras materiais, o que já justifica a realização da obra.

Portanto, urge a transferência para a construção do ramal ferroviário pois, além de solucionar os problemas citados, atenderá os reclamos a muito reivindicados pela sociedade de Cachoeiro de Itapemirim.

PARLAMENTAR

4/11/89

ASSINATURA

058-0118-4

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 058/89-CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADA RITA CAMATAUF  
ESPARTIDO  
PMDB

TEXTO/JUSTIFICACÃO

Destaque-se do P/A 27202.16885371.486 (Anexo I)

PROJETO DE LEI Nº 58/89-CN a quantia de NCz\$ 10.000.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS) para restauração da BR 262/ES - Trecho Cessa/Domingos Martins/ES Km (7,1 ao Km 40,5).

## JUSTIFICACÃO

A presente Emenda visa permitir a continuação da obra de restauração da BR 262/ES trecho Cessa a Domingos Martins (Km 7,1 ao Km 40,5) trecho com alta densidade de tráfego, com vários "Pontos Negros" ao longo do seu percurso, servindo para atravessar diversos Municípios do Estado, ocorrendo vários acidentes fatais, grande parte da produção do Estado passa por este percurso, além de

servir de escoamento e abastecimento das necessidades dos Municípios do Sul do Estado como também do Estado do Rio de Janeiro e principalmente do Estado de Minas Gerais.

PARLAMENTAR

DATA 11/11/89

ASSINATURA

058-0119-2

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 058/89-CN PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADA RITA CAMATA UF ES PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estrada de Rodagem constante do Anexo I do Projeto de Lei nº 058/89-CN o seguinte Projeto.

PROJETO: Restauração da BR 262/ES - Alto Lage/Ceasa (Km 3,7 ao Km 7,1)  
 VALOR: R\$ 10.000.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS)  
 FONTE DE RECURSOS: 27202.1688534.486 - BR 364/RD/AC - Porto Velho, Rio Branco.  
 VALOR: R\$ 10.000.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de restauração do Trecho Rodoviário que liga Alto Lage a Ceasa (Km 3,7 ao Km 7,1) Trecho com alta densidade de tráfego, com vários "Pontos Negros" ao longo do seu percurso, servindo para atravessar 12 Bairros do Município de Carliacica/ES, ocorrendo vários acidentes fatais principalmente com a classe estudiantil. Grande parte da produção do Estado passa por este percurso, além de servir escoamento e abastecimento das necessidades dos Municípios do Sul do Estado como também do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

PARLAMENTAR

DATA 11/11/89

ASSINATURA

058-0120-6

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 058/89-CN PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADA RITA CAMATA UF ES PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem constante do anexo I do Projeto de Lei nº 058/89-CN o seguinte Projeto:

PROJETO: Implantação e pavimentação da BR 484/ES Trecho Itarana/Afonso Cláudio/ES.  
 VALOR: 10.000.000 (dez milhões de cruzados novos)

FONTE DE RECURSOS: 27202 - 16885371.486 - BR. 364/RD/AC  
 Porto Velho - Rio Branco

VALOR: 10.000.000 (dez milhões de cruzados novos)

JUSTIFICAÇÃO

A Rodovia BR 484, Trecho Itarana/Afonso Cláudio/ES, com 42 Km de extensão está em estado precário e na época das chuvas completamente interditada.

Um dos aspectos de maior importância da obra está no fato de que após a sua implantação efetiva haverá uma redução significativa na interligação ao Sul e Norte do País, através da BR 259 e BR 262.

Não se deve esquecer, contudo, é que a implantação desta rodovia irá permitir, via desenvolvimento aos Municípios já citados, uma melhoria das condições de vida da população desta região do Estado do Espírito Santo.

Sabidamente, agricultável e, principalmente produtora de café, além da manutenção permanente de um sistema de transporte coletivo e de carga intermunicipal e interestadual.

Projeto técnico aprovado pelo Departamento nacional de Estradas de Rodagem.

PARLAMENTAR

DATA 11/11/89

ASSINATURA

058-0121-4

PROJETO DE LEI NÚMERO P.L. nº 58/89-CN PÁGINA 01 DE 02

EMENDA

AUTOR DEPUTADO ROSÁRIO CONRGO NETO UF MS PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

DESTAQUE-SE DO PROJETO:

27202.16885371.486 - BR-364/RD/AC-PORTO VELHO-RIO BRANCO, a importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Cruzados novos) para construção da ponte sobre o Rio Aporé, ligando a MS-426 à GO-206, na divisa dos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás.

JUSTIFICATIVA:

Vide pág. 02/02.

A ponte sobre o rio Aporé na divisa entre os estados de MS e GO, faz a interligação de duas regiões com grande atividade e produção agropecuária. A ponte já está em fase final de construção, faltando ser feito o acabamento e obras finais para a sua conclusão. Considera-se prioritário a execução e conclusão final da obra para que permita maior segurança dos usuários e redução dos possíveis acidentes. A ponte representa uma grande conquista do povo da região de MS e de GO que estarão assim mais integrados e em melhores condições de escoar suas produções e melhorar os fluxos de comercialização de seus produtos.

Destaque-se do Projeto Atividade 27202.16885371.486 BR - 364/RD/AC - Porto Velho - Rio Branco, a importância de NCZ\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil cruzados novos) para serem aplicados na construção da Ponte sobre o Rio Urucua, no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de construção da Ponte sobre o Rio Urucua, vem beneficiar as 300 famílias de agricultores que residem no Distrito de São Vicente, ficando isolados da Sede. Todo o transporte é efetuado através de balsa, o que dificulta muito a escoação da safra e deslocamento de pessoal. Com isso, estaremos assegurando a essa comunidade uma melhoria na qualidade de vida, inclusive com incentivo para aumento da produção, face às condições que terão para transportar com mais facilidade.

07/11/89

058-0123-1

PROJETO DE LEI NÚMERO 58, de 1989 - CN

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

DEP. JESUALDO CAVALCANTI

PI

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

BR-135/PI-PONTE DE ACESSO SOBRE O RIO GURQUEIA, NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-PI (27202.16885375.204)

Elevar a dotação de NCZ\$ 3.000.000,00 para NCZ\$ 6.000.000,00.

FONTE: Redução, em igual valor, da dotação destinada ao código 27202.16885375.205.

JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Palmeira do Piauí está isolada da BR-135 por falta dessa ponte. A travessia é feita em condições precárias (pontão).

A urgência da obra está a exigir a suficiência de recursos, possibilitando a imediata conclusão da obra.

06/11/89

058-0124-9

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 58/89 - CN

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

MÁX ROSENMAN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 27202.16885371.486 - BR 364/RD/AC-Porto Velho - Rio Branco, a importância de NCZ\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil cruzados novos), para Projeto de Construção de uma Passarela, no Município de Jacarezinho, Estado de Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

No trecho da BR-153 KM 18, sentido Ourinhos-Jacarezinho, BR Transbrasiliana - localiza-se um Conjunto Habitacional, construído em regime de Mutirão, onde tem uma Creche e uma Indústria do lado oposto da BR.

O fato das crianças atravessarem esta perigosa Rodovia, para irem a Creche e escola, tem causado atropelamentos frequentes, quase sempre com vítimas fatais.

Os operários da Indústria, também atravessam esta perigosa Rodovia diariamente para trabalhar, muitos deles não voltam mais, pois são vítimas do violento trânsito que lhes rouba a vida.

A construção de uma Passarela para Pedestres, sobre a perigosa Rodovia, diminuirá o número de acidentes, e tranquilizará a comunidade no convívio com seus familiares, sem grandes riscos de perdê-los.

31/10/89

058-0125-7

PROJETO DE LEI NÚMERO PL nº 58/89

PÁGINA 01 DE 03

## EMENDA

DEPUTADO NEUTO DE CONTO

SC

PNDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se:

BR 282-SC TRECHO URBANO EM SÃO MIGUEL DO OESTE/SC - BR 163

NCZ\$ - 9.000.000,00

FONTE RECURSOS:

27.000 - MINISTERIOS DOS TRANSPORTES

27.208 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTR. RODAGEM

27.208.1688.5371.486 - BR 364/RD/AC

PORTO VELHO - RIO BRANCO

NCZ\$-9.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A construção da ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, na divisa do Brasil com a Argentina, ligando as localidades de San Pedro, na província Argentina de Misiones, com a de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, aumentará em muito o tráfego da BR 282.

Esta rodovia possui uma ligação com a BR 163 que cruza o perímetro urbano de São Miguel do Oeste/SC, e, em consequência aumentará acentuado aumento de veículos na área urbana da cidade.

Uma pista desta rodovia já se encontra implantada e recebe excessivo tráfego ocasionando prematuro desgaste da pista de rolamento e grande número de acidentes de trânsito.

A implantação do corredor de exportação via

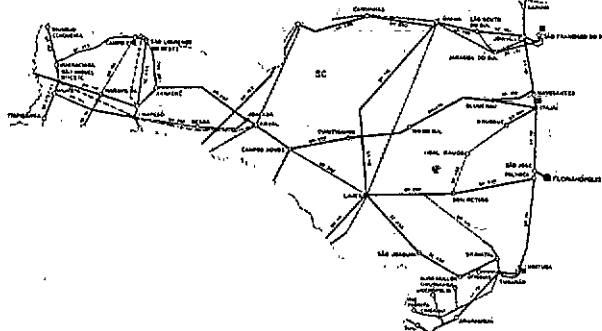


BR 282 melhorará, em muito, o comércio ao longo da Rodovia, mas também acrescerá o trânsito de veículos.

Ora os motoristas buscarão alternativas de locomoção e neste caso se encontram as estradas transversais.

De outra parte ocorrerá grande tráfego de veículos argentinos e paraguaios que por conveniência de distância buscarão movimentar-se em menor quilometragem propiciando, assim, maior número de carros - via Ponte Internacional Peperi-Guagú -, até São Miguel do Oeste e aí, buscando a BR 163 para no rumo norte tornar a atingir a Argentina, e o Paraguai, e no rumo sul, novamente a Argentina e o Uruguai.

Eis o mapa das rodovias na região catarinense:



Eis, pois, uma situação a ser equacionada com a construção da pista faltante da via de ligação da BR 282 com a BR 163 no trecho urbano em São Miguel do Oeste.

Ademais o repasse destes recursos para a Prefeitura Municipal ensejará um imediato equacionamento pela maior agilidade e rapidez, da Prefeitura Municipal, em executar a obra.

Finalmente permito-me afirmar que esta obra está no contexto da Carta Magna que no parágrafo único do artigo 4º estipula:

A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

*Publicadas no DCN (Seção II) de 17.11.89*

# PROJETO DE LEI Nº 59, DE 1989 (CN) MENSAGEM Nº 190, DE 1989-CN (Nº 671/89, NA ORIGEM)

## EMENDAS

057-0001-8

AUTOR DEP. Jairo Carneiro	UF BA	PARTE FPL
TÍTULO Inclui-se onde couber no Projeto de Lei nº 59/89-CN a importância de NCZ\$700.000,00 (setecentos mil cruzados novos) para atender a construção do prédio-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho no Município de Feira de Santana-Bahia, integrantes do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.		
FONTE DE RECURSO- 0910102040134.265-MANUTENÇÃO E APARELHAMENTO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS. Valor - NCZ\$700.000,00(setecentos mil cruzados novos).		
JUSTIFICAÇÃO O Município de Feira de Santana, Bahia, com 500.000 habitantes, e sede de uma região administrativa com influência sobre 22 outros municípios,		

possuía duas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, integrando-se à 5ª Região, sob a jurisdição do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, cujo do Trabalho, com sede em Salvador-BA. Atendendo a 22 Municípios, as Juntas referidas funcionam em instalações precárias, em um imóvel alugado, residencial, absolutamente inadequado para as finalidades específicas e próprias da prestação jurisdicional. Como de trata da Justiça e sua dignificação, atuando em condições que possibilitem ao cidadão o adequado acesso, e considerando tratar-se de um Município que é o maior e mais importante do interior baiano, seja como centro industrial, comercial e universitário, seja como um núcleo dos mais dinâmicos da economia do Estado e Região Nordeste, não é razoável admitir que este estado de coisas perdure. Por isso, e, louvado na clareza e alta compreensão do Eminentíssimo Relator deste Projeto, formulo a presente Emenda que objetiva assegurar recursos no valor de NCZ\$700.000,00 a serem aplicados na construção do prédio que deverá sediar, em condições adequadas, as Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Feira de Santana, Estado da Bahia, que tenho a honra de representar, além de, como filho, conhecer em profundidade as suas carências, a sua pujança, a sua força e os seus legítimos direitos. Faço assim este apelo ao Ilustre Relator, certo de merecer a sua digna acolhida e dos demais Eminentíssimos Membros desta Douta Comissão.

057-0002-6

AUTOR DEP. Jairo Carneiro	UF BA	PARTE FPL
TÍTULO Inclui-se no PL 59/89-CN o órgão JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, com a seguinte programação: - Construção do prédio-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento no Município de Feira de Santana-Bahia. Valor- NCZ\$700.000,00(setecentos mil cruzados novos) FONTE DE RECURSO- 0910102040134.265- MANUTENÇÃO E APARELHAMENTO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS. Valor-NCZ\$700.000,00(setecentos mil cruzados novos).		
JUSTIFICAÇÃO A Justiça do Trabalho em Feira de Santana-BA, por suas duas Juntas de Conciliação e Julgamento, funciona em prédio alugado, em condições precárias e instalações absolutamente inadequadas, por se tratar de casa residencial que não atende às necessidades essenciais da prestação jurisdicional e organização suficiente dos seus serviços. É este o quadro com que convivem servidores, Magistrados, Advogados, trabalhadores e empregadores que demandam a Justiça em um Município o maior e mais importante do interior baiano, com uma população de 500.000 habitantes, atuando a Justiça especializada em 22 municípios, que é a área de jurisdição correspondente. A nova Constituição se preocupa em situar a Justiça em um patamar de valorização e dignidade que nós, legisladores ordinários, que escrevemos o texto fundamental, temos o dever solene de preservar. Neste sentido, apresentei esta Emenda, secundando, uma outra de igual destinação, objetivando assegurar os recursos necessários à consecução desta obra reclamada por toda a população do Município e região de abrangência. A similitude das proposições se justifica no instante em que oferece ao critério e juízo do Ilustre Relator, em sua sensibilidade e alta compreensão, a faculdade de acolher a uma delas, em função do tratamento que melhor consultar na formulação da norma do ponto de vista orçamentário, optando pela fórmula aqui sugerida ou a indicada na outra Emenda, é o que espera o subscritor, convencido da pertinência e importância da providência que socorre um clamor também da valorosa classe dos Advogados trabalhistas e da Magistratura Especializada, pelo que confio na sua aprovação.		

057-0003-4

AUTOR DEPUTADO ASALMO ALMEIDA	UF RJ	PARTE FPL
TÍTULO destaque-SE do projeto nº 09101.02040134.265 - Manutenção e Aparelhamento dos Tribunais Regionais e Federais, a importância NCZ\$900.000,00 para a aquisição do prédio da Vara de Justiça Federal no município de Campos/RJ.		
JUSTIFICAÇÃO A Vara de Justiça Federal, criada desde outubro de 1987 com Juiz e Promotor já nomeados, até a data de hoje ainda não foi implantada, exclusivamente por falta de recursos para instalação de suas dependências físicas. Pela ausência dessa instituição, em Campos, os interessados precisam se deslocar por cerca de 300 km até o Rio de Janeiro, e mais de 14.000 processos estão aguardando julgamento na Justiça Civil Estadual, por falta da referida Vara de Justiça Federal.		

C 217-0004-22

Dep. JOSÉ SERRA	SP	PSDB
-----------------	----	------

Emenda Supressiva

"Rejeitar, na íntegra, o Projeto de Lei supra citado."

## JUSTIFICAÇÃO

É imperiosa a rejeição total deste e dos demais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional solicitando a abertura de Créditos orçamentários suplementares e especiais porque:

(I) Deformam o financiamento do governo Federal. Destinam o excesso observado na arrecadação de receitas próprias para a cobertura de outras despesas correntes e de capital - inclusive para o início de novos projetos - , ao mesmo tempo que "deixam a descoberto" gastos indispensáveis, como o pagamento de salários do funcionalismo e de aposentadorias e pensões da Previdência Social. É inconcebível a emissão de títulos públicos (para não dizer a emissão de moeda, face as adversidades conjunturais no mercado financeiro) para custear o funcionamento mínimo da máquina governamental, enquanto recursos tributários são deslocados para o financiamento de ações de expansão, inclusive um sem número de programas não prioritários e que sequer constam na Lei Orçamentária Vigente.

(II) Podem dar margem a dúvidas sobre a existência na administração pública. Dentre os créditos especiais, por exemplo, são identificados na área de transporte 129 programas de trabalho que não constam da programação original do Orçamento de 1989 (Lei Nº 7.711/89), nem da programação dos créditos adicionais já abertos. Por mais rápida que seja a tramitação na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário do Congresso e por mais breve que seja a sanção presidencial, põe-se em risco os créditos especiais, nesta data, que é fisicamente impossível

promover a licitação e o empenho das dotações, instalar Canteiros e cumprir uma parcela mínima do cronograma de obras ainda no exercício de 1989. Além disso, face a prática atual de atrasos no pagamento das obras já realizadas é provável que o efetivo desembolso só seja realizado na gestão do novo presidente.

(III) A programação é incompatível com as Diretrizes Orçamentárias para 1990. Uma visão do conjunto de créditos adicionais revela expressivas contradições destes relativamente à orientação dada para 1990 pela LDO (Lei Nº 7.600/89). Destacam-se: (a) a vedação para financiamento de despesas de custeio, dentre outras, através de dívidas mobiliárias; (b) o empenho até 15/03/90 de, no máximo, um sétimo da despesa orçada para o exercício; (c) a proibição para o início de obras novas enquanto não for aprovado o Orçamento; (d) a impossibilidade de assunção de encargos próprios dos estados e municípios; (e) a prioridade para projetos em andamento e ações de manutenção e conservação relativamente ao início de novos investimentos.

A rejeição de todas as solicitações de abertura de créditos em apreciação no congresso é necessária, antes de tudo para que seja feita uma reprogramação orçamentária, adequando as fontes de recursos à natureza das despesas. Recomenda o bom senso que o dinheiro certo, em caixa, atenda primeiro aos gastos com pessoal e ações mínimas do governo. Além disso, num quadro de séria escassez de recursos, não cabe o início de mais de uma centena de obras novas, quando é necessária a dedicação na manutenção, conservação e restauração do patrimônio já existente.

Enfim, é imperiosa a aprovação desta emenda para que o Legislativo mantenha sua coerência nas decisões pertinentes às matérias orçamentárias, assegure a eficácia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990; não deixe espaço para questionamentos sobre a validade de ações governamentais iniciadas no final do exercício e do mandato, bem como colabore com o novo Presidente da República para que não encontre as finanças públicas mais comprometidas do que já estão pelos efeitos da grave crise que assola a economia brasileira.

## PROJETO DE LEI Nº 60, DE 1989 (CN)

### MENSAGEM Nº 191, DE 1989-CN (Nº 672/89, NA ORIGEM)

## EMENDAS

C 217-0004-1

Dep. JOSÉ SERRA	AUTOR	SP	PSDB
-----------------	-------	----	------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Emenda Supressiva

"Rejeitar, na íntegra, o Projeto de Lei supra citado."

## JUSTIFICAÇÃO

É imperiosa a rejeição total deste e dos demais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional solicitando a abertura de Créditos orçamentários suplementares e especiais porque:

(I) Deformam o financiamento do governo Federal. Destinam o excesso observado na arrecadação de receitas próprias para a cobertura de outras despesas correntes e de capital - inclusive para o início de novos projetos - , ao mesmo tempo que "deixam a descoberto" gastos in-

dispensáveis, como o pagamento de salários do funcionalismo e de aposentadorias e pensões da Previdência Social. É inconcebível a emissão de títulos públicos (para não dizer a emissão de moeda, face as adversidades conjunturais no mercado financeiro) para custear o funcionamento mínimo da máquina governamental, enquanto recursos tributários são deslocados para o financiamento de ações de expansão, inclusive um sem número de programas não prioritários e que sequer constam na Lei Orçamentária vigente.

(ii) Podem dar margem a dúvidas sobre a existência na administração pública.

Dentre os créditos especiais, por exemplo, são identificados na área de transporte 129 programas de trabalho que não constam da programação original do Orçamento de 1989 (Lei Nº 7.715/89), nem da programação dos créditos adicionais já abertos. Por mais rápida que seja a tramitação na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário do Congresso e por mais breve que seja a sanção presidencial, pode-se dizer dos créditos especiais, nesta data, que é "fisicamente" impossível promover a licitação e o empenho das dotações, instalar canteiros e cumprir uma parcela mínima do cronograma de obras ainda no exercício de 1989. Além disso, face a prática atual de atrasos no pagamento das obras já realizadas é provável que o efetivo desembolso só seja realizado na gestão do novo presidente.

(iii) A programação é incompatível com as Diretrizes Orçamentárias para 1990. Uma visão do conjunto de créditos adicionais revela expressivas contradições destes relativamente à orientação dada para 1990 pela LDO (Lei nº 7.600/89). Destacam-se: (a) a vedação para financiamento de despesas de custeio, dentre outras, através de dívidas mobiliárias; (b) o empenho até 15/03/90 de, no máximo, um sétimo da despesa orçada para o exercício; (c) a proibição para o início de obras novas enquanto não for aprovado o Orçamento; (d) a impossibilidade de assunção de encargos próprios dos estados e municípios; (e) a prioridade para projetos em andamento e ações de manutenção e conservação relativamente ao início de novos investimentos.

A rejeição de todas as solicitações de abertura de créditos, em apreciação no congresso é necessária, antes de tudo para que seja feita uma reprogramação orçamentária, adequando as fontes de recursos e a natureza das despesas. Recomenda o bom senso que o dinheiro certo, em caixa, atenda primeiro aos gastos com pessoal e ações mínimas do governo. Além disso, num quadro de séria escassez de recursos, não cabe o início de mais de uma centena de obras novas, quando é necessária a estabilidade na manutenção, conservação e restauração do patrimônio já existente.

Enfim, é imperiosa a aprovação desta emenda para que o Legislativo mantenha sua coerência nas decisões pertinentes às matérias orçamentárias, assegure a eficácia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990, não deixe espaço para questionamentos sobre a validade de ações governamentais iniciadas no final do exercício e do mandato, bem como colabore com o novo Presidente da República para que não encontre as finanças públicas mais comprometidas do que já estão pelos efeitos da grave crise que assola a economia brasileira.

# PROJETO DE LEI Nº 61, DE 1989 (CN)

## MENSAGEM Nº 192, DE 1989-CN (Nº 673/89, NA ORIGEM)

### EMENDAS

061-0001-5

Dep. JOSÉ SERRA	AUTOR	UF SP	PARTIDO PSDB
-----------------	-------	----------	-----------------

#### TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

##### Emenda Supressiva

"Rejeitar, na íntegra, o Projeto de Lei supra citado."

##### JUSTIFICAÇÃO

É imperiosa a rejeição total deste e dos demais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional solicitando a abertura de Créditos orçamentários suplementares e especiais porque:

(i) Deformam o financiamento do governo federal. Destinam o excesso observado na arrecadação de receitas próprias para a cobertura de outras despesas correntes e de capital - inclusive para o início de novos projetos - , ao mesmo tempo que "deixam a descoberto" gastos indispensáveis, como o pagamento de salários do funcionalismo e de aposentadorias e pensões da Previdência Social. É inconcebível a emissão de títulos públicos (para não dizer a emissão de moeda, face as adversidades conjunturais no mercado financeiro) para custear o funcionamento mínimo da máquina governamental, enquanto recursos tributários são deslocados para o financiamento de ações de expansão, inclusive um sem número de programas não prioritários e que sequer constam na Lei Orçamentária Vigente.

(ii) Podem dar margem a dúvidas sobre a exatidão na administração pública. Dentre os créditos especiais, por exemplo, são identificados na área de transporte 129 programas de trabalho que não constam da programação original do Orçamento de 1989 (Lei Nº 7.715/89), nem da programação dos créditos adicionais já abertos. Por mais rápida que seja a tramitação na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário do Congresso e por mais breve que seja a sanção presidencial, pode-se dizer dos créditos especiais, nesta data, que é "fisicamente" impossível promover a licitação e o empenho das dotações, instalar Canteiros e cumprir uma parcela mínima do cronograma de obras ainda no exercício de 1989. Além disso, face à prática atual de atrasos no pagamento das obras já realizadas é provável que o efetivo desembolso só seja realizado na gestão do novo presidente.

(iii) A programação é incompatível com as Diretrizes Orçamentárias para 1990. Uma visão do conjunto de créditos adicionais revela expressivas contradições destes relativamente à orientação dada para 1990 pela LDO (Lei nº 7.600/89). Destacam-se: (a) a vedação para financiamento de despesas de custeio, dentre outras, através de dívidas mobiliárias; (b) o empenho até 15/03/90 de, no máximo, um sé-

timo da despesa orçada para o exercício; (c) a proibição para o início de obras novas enquanto não for aprovado o Orçamento; (d) a impossibilidade de assunção de encargos próprios dos estados e municípios; (e) a prioridade para projetos em andamento e ações de manutenção e conservação relativamente ao início de novos investimentos.

A rejeição de todas as solicitações de abertura de créditos em apreciação no congresso é necessária, antes de tudo para que seja feita uma reprogramação orçamentária, adequando as fontes de recursos e a natureza das despesas. Recomenda o bom senso que o dinheiro certo, em caixa, atenda primeiro aos gastos com pessoal e ações mínimas do governo. Além disso, num quadro de séria escassez de recursos, não cabe o início de mais de uma centena de obras novas, quando é necessária a regularidade na manutenção, conservação e restauração do patrimônio já existente.

Enfim, é imperiosa a aprovação desta emenda para que o Legislativo mantenha sua coerência nas decisões pertinentes às matérias orçamentárias, assegure a eficácia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990, não deixe espaço para questionamentos sobre a validade de ações governamentais iniciadas no final do exercício e do mandato, bem como colabore com o novo Presidente da República para que não encontre as finanças públicas mais comprometidas do que já estão pelos efeitos da grave crise que assola a economia brasileira.

Publicado no DCN(Seção II) de 17.11.89

# PROJETO DE LEI Nº 63, DE 1989 (CN)

## MENSAGEM Nº 194, DE 1989-CN (Nº 675/89, NA ORIGEM)

### EMENDAS

063-0001-4

JUSTIFICAÇÃO

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
63/1989	01 DE 01

#### EMENDA

SENADOR ALUIZIO SEZERA	AUTOR	UF	PARTE
		AC	PROB

Inclua-se onde couber no Projeto-de-Lei nº 63, de 1989-CN

O Projeto "Regularização do Pessoal Docente, com a respectiva criação do quadro de pessoal do Centro Universitário e de Pesquisa do Vale do Juruí, vinculado à Universidade Federal do Acre/AC, o valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos).

Fonte: Anexo I do PLa nº 63, de 1989-CN

24101.12724102.449-Execução da Política Externa R\$5.000.000,00

Este recurso visa dar melhor condição de funcionamento ao Centro Universitário e de Pesquisa Científica do Vale do Juruí, estabelecendo as condições para criação de seu quadro de pessoal, porquanto até esta data o Centro Universitário, com um ano de existência, precisa dar estabilidade ao seu corpo docente através do quadro de pessoal definitivo, que incluirá a criação de mais dois cursos e, consequentemente, o número de cargos de professores necessários ao seu funcionamento. A ideia da constituição do Centro Universitário e de Pesquisa Científica veio responder a um clamor nacional e internacional sobre a preservação da Amazônia diante do difícil binômio de armonização, desenvolvimento e preservação do meio ambiente. A opinião pública nacional e internacional mostrou que há uma necessidade inquestionável de preservar a Amazônia ao mesmo tempo que se controla o seu peculiar

desenvolvimento. E qual seria o procedimento apropriado? É justamente à base de critérios científicos, orientar o desenvolvimento.

07/11/89

PARLAMENTAR

ASSINATURA

063-0002-2

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 63/1989PÁGINA  
1 DE 1

## EMENDA

SENADOR ALUIZIO BEZERRA

UP

AC

PND8

Inclua-se onde couber no Projeto-de-Lei nº 63, de 1989-CN

A atividade "manutenção dos cursos universitários" do Centro Universitário e Pesquisa do Vale do Juruá, vinculado à Universidade Federal do Acre/AC, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos)

Fonte: Anexo I do PLNº 63,1989-CN

11106.03090402.009 - Coordenação e Planejamento 5.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A manutenção dos cursos universitários e de pesquisa científica para orientar o desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente, base fundamental para a preservação da Amazônia, necessita de recursos especiais e urgentes, razão pela qual formulamos a modesta emenda.

07/11/89

PARLAMENTAR

ASSINATURA

063-0003-1

PROJETO DE LEI NÚMERO  
63/89 - CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

LUCIA VÂNIA

UP

CO

PND8

## EMENDA MODIFICATIVA

Suplementação: Escola do Servidor Público de Goiás  
R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados novos)

Cancelamento: Projeto: 11106.03090402.203  
Programação e Acompanhamento do Orçamento  
R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados novos)

## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de oferecer recursos à Escola do Servidor Público de Goiás, que visa ao aprimoramento do servidor público sob todos os seus aspectos, seja a nível de chefia, seja a níveis inferiores. Tal preparação torna-se absolutamente necessária quando se procura dar ao serviço público a qualidade que a ele tem faltado, exatamente por não haver uma escola específica para tal fim.

6/11/89

PARLAMENTAR

ASSINATURA

063-0004-9

PROJETO DE LEI NÚMERO  
63/89 - CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

LUCIA VÂNIA

UP

CO

PND8

Inclua-se, onde couber, no PL. 63/89 - CN (Anexo I), a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos) para atender parte da Dívida da União junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado de Goiás, conforme CMN - voto 340/87

## FONTES:

- 11106.03090402.009 (Anexo I) - R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos)
- 11106.03090402.203 (Anexo I) - R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos)

## JUSTIFICAÇÃO

Visa a corrigir injustiça que a União cometeu com o Estado de Goiás, pois através do voto BCB 944/87, o Banco Central do Brasil concordou com a renegociação da dívida da COMPAY/GO com a BD/GO. Como o Banco do Brasil não efetivou a operação, urge apresentar solução em vista ao saneamento do próprio PD/GO.

6/11/89

Lucia Vânia

063-0005-7

PROJETO DE LEI NÚMERO  
63/89PÁGINA  
01 DE 03

## EMENDA

Dep. JOSÉ SERRA

UP

SP

PS08

## Emenda Supressiva

"Rejeitar, na íntegra, o Projeto de Lei supra citado."

## JUSTIFICAÇÃO

É imperiosa a rejeição total deste e dos demais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional solicitando a abertura de Créditos orçamentários suplementares e especiais porque:

(i) Deformam o financiamento do governo federal. Destinam o excesso observado na arrecadação de receitas próprias para a cobertura de outras despesas correntes e de capital - inclusive para o início de novos projetos - , ao mesmo tempo que "deixam a descoberto" gastos indispensáveis, como o pagamento de salários do funcionalismo e de aposentadorias e pensões da Previdência Social. É inconcebível a emissão de títulos públicos (para não dizer a emissão de moeda) face às adversidades conjunturais no mercado financeiro para custear o funcionamento mínimo da máquina governamental, enquanto recursos tributários são deslocados para o financiamento de ações de expansão, inclusive um sem número de programas não prioritários e que sequer constam na Lei Orçamentária Vigente.

(ii) Podem dar margem a dúvidas sobre a existência da administração pública. Entre os créditos especiais, por exemplo, são identificados na área de transporte 129 programas de trabalho que não constam da programação original do Orçamento de 1989 (Lei Nº 7.712/89), nem da programação dos créditos adicionais já alocados. Por mais rápida que seja a tramitação na Comissão Mista de Trabalho e no Plenário do Congresso e por mais breve que seja a sanção presidencial, pode-se dizer dos créditos especiais, nesta data, que é fisicamente impossível.

promover a liquidação e o empenho das dotações, instalar Canteiros e cumprir uma parcela mínima do cronograma de obras ainda no exercício de 1989. Além disso, face a prática atual de atrasos no pagamento das obras já realizadas é provável que o efetivo desembolso só seja realizado na gestão do novo presidente.

(iii) A programação é incompatível com as Diretrizes Orçamentárias para 1990. Uma visão do conjunto de créditos adicionais revela expressivas contradições destes relativamente à orientação dada para 1990 pela LDO (Lei nº 7.800/89). Destacam-se: (a) a vedação para financiamento de despesas de custeio, dentre outras, através de dívidas mobiliárias; (b) o empenho até 15/03/90 de, no máximo, um sétimo da despesa orçada para o exercício; (c) a proibição para o início de obras novas enquanto não for aprovado o Orçamento; (d) a impossibilidade de assunção de encargos próprios dos estados e municípios; (e) a prioridade para projetos em andamento e ações de manutenção e conservação relativamente ao início de novos investimentos.

A rejeição de todas as solicitações de abertura de créditos em apreciação no congresso é necessária, antes de tudo para que seja feita uma reprogramação orçamentária, adequando as fontes de recursos à natureza das despesas. Recomenda o bom senso que o dinheiro certo, em caixa, atenda primeiro aos gastos com pessoal e ações mínimas do governo. Além disso, num quadro de séria escassez de recursos, não cabe o início de mais de uma centena de obras novas, quando é notória a debilidade na manutenção, conservação e restauração do patrimônio já existente.

Enfim, é imperiosa a aprovação desta emenda para que o Legislativo mantenha sua coerência nas decisões pertinentes às matérias orçamentárias, assegure a eficácia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990, não deixe espaço para questionamentos sobre a validade de ações governamentais iniciadas no final do exercício e do mandato, bem como colabore com o novo Presidente da República para que não encontre as finanças públicas mais comprometidas do que já estão pelos efeitos da grave crise que assola a economia brasileira.

07/11/89

043-0004-3

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 63/89 CN PÁGINA 01 de 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS		ES	PSDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>Inclui-se onde couber, no programa de trabalho da Secretaria de Planejamento e Coordenação, anexo I, o seguinte projeto:</p> <p>Mercado Comunitário para produtos Hortifrutigranjeiros, no Município de São Mateus/ES.</p> <p>FONTE DE RECURSOS</p> <p>1106.03090402.009 - Coordenação do Planejamento, no valor de NCZ\$ 12.600.000,00.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A cidade de São Mateus, não possui um Horto-mercado para atender os cidadãos da sede do município e com isso deixam de ganhar o pão de cada dia necessário para sua sobrevivência.</p>			
PARLAMENTAR			
06/11/89			

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS		ES	PSDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>Inclui-se onde couber, no programa de trabalho da Secretaria de Planejamento e Coordenação, anexo I, o seguinte projeto:</p> <p>Saneamento básico da cidade de Vila Velha/ES, no valor de 7.000.000,00 (sete milhões de cruzados novos).</p> <p>FONTE DE RECURSOS</p> <p>1106.03090402.009 - Coordenação do Planejamento, no valor de NCZ\$ 12.600.000,00.</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A cidade de Vila Velha é chamada de "CIDADE DO MOSQUITO" devido a grande quantidade de insetos por m³, pois a cidade tem 50 Kms de esgoto a céu aberto.</p> <p>Assim sendo, esta obra é de grande valor para a população.</p>			
PARLAMENTAR			
07/11/89			

043-0008-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 63/89 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEP. ROSE DE FREITAS		ES	PSDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>Inclui-se onde couber no programa de trabalho da Secretaria de Planejamento e Coordenação, Anexo I, o seguinte projeto:</p> <p>USINA DE LIXO NA CIDADE DE VILA VELHA/ES no valor de NCZ\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzados novos).</p> <p>FONTE DE RECURSOS</p> <p>1106.03090402.009-coordenação do planejamento NCZ\$ 12.600.000,00</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A cidade de Vila Velha é chamada de "CIDADE DO MOSQUITO" devido a grande quantidade de insetos por m³, pois a cidade tem 80 Kms. de esgoto à céu aberto e com isso todo lixo é depositado nessas valas.</p> <p>Assim sendo, esta obra é de grande valor para a população.</p>			
PARLAMENTAR			
07/11/89			

(\*\*\*) PROJETO DE LEI  
Nº 65, DE 1989 (CN)

MENSAGEM Nº 197, DE 1989-CN  
(Nº 689/89, na origem)

EMENDAS

(\*\*\*) Serão publicadas no Suplemento "C" à presente edição.

## **PROJETO DE LEI Nº 66, DE 1989 (CN)**

**MENSAGEM  
Nº 198, DE 1989-CN  
(Nº 690/89, NA ORIGEM)**

## **EMENDAS**



INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FURTADO LEITE	CE	PFL

## TEXTO

Inclua-se, onde couber, importância de NCz\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos), para desapropriação de Imóveis Rurais no Estado do Ceará.

FONTE: 13210.04130661.247 - Desapropriações e Indenizações de Imóveis.

VALOR: 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se a presente proposição pela real importância e necessidade de assentamento de famílias em áreas rurais não exploradas no Estado do Ceará.

31/10/89	ASSINATURA
	<i>[Assinatura]</i>

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
LÚCIA VÂNIA	GO	PMDB

## TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados novos) para atender ao assentamento de trabalhadores rurais, nos municípios abaixo relacionados, no Estado de Goiás:

- |                 |                     |
|-----------------|---------------------|
| 1) Niquelândia  | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 2) Abadiânia    | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 3) Itapirepe    | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 4) Silvânia     | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 5) Fazenda Nova | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 6) Goiás        | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 7) Jataí        | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 8) Formosa      | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 9) Aragarças    | NCz\$ 2.000.000,00  |
| 10) Cristalina  | NCz\$ 2.000.000,00  |
| TOTAL           | NCz\$ 20.000.000,00 |

- Todas com Ato de Criação e respectivas Portarias.

## JUSTIFICAÇÃO

O Assentamento de Trabalhadores Rurais torna-se importante na medida em que estrutura de forma mais organizada a vida do homem no campo, a posse e uso da terra e que atenda aos princípios de aumento da produtividade e melhoria do bem-estar das populações rurais.

Com a necessária destinação de recursos para o seu assentamento, o trabalhador rural contará com o respaldo necessário à sua definitiva fixação, não sentindo necessidade de se mudar para as grandes cidades, na ilusão de ali encontrar um meio de vida melhor.

11/11/89	ASSINATURA
	<i>[Assinatura]</i>

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
PAULO SIDNEY	TO	PMDB

## TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto 1321004130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais a importância de NCz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados novos) para atender ao assentamento de trabalhadores rurais, no município de Araguaína-TO.

- Já conta com Ato de criação e respectiva Portaria.

## JUSTIFICAÇÃO

A destinação de recursos para o Assentamento de Trabalhadores Rurais justifica-se pela sua finalidade de definir o processo de transformação das relações da propriedade, impedindo o êxodo rural, que cria sérios problemas sociais nas cidades grandes, transformando o homem do campo em verdadeiro pária da sociedade. Visando ainda ao aumento da oferta de alimentos, e matérias primas pelo trabalhador assentado e criando, inclusive, novos empregos no campo, fator de atração para que os trabalhadores rurais não sintam necessidade de deixar o seu meio, acreditando encontrar uma vida melhor nas grandes metrópoles.

01/11/89	ASSINATURA
	<i>[Assinatura]</i>

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			66-24	01 DE 02

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ABIGAIL FEITOSA	BA	PSB

## TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

A importância de NCz\$ 2.000.000,00 para a Fazenda Regional da Escola de Medicina Veterinária em Entre-Rios na Bahia.

FONTE de recursos: 13210.04130663.030

## JUSTIFICATIVA

A Fazenda Regional de Entre-Rios, localizada no município de mesmo nome, estando cerca de 140Km da Salvador/Bahia, encontra-se sob a Responsabilidade da Universidade Federal da Bahia e Administração de Escola de Medicina Veterinária.

Projeta-se para aquela fazenda que dispõe de 36 hectares de área já agricultável a instalação de um polo de difusão de tecnologia e conhecimentos que possa levar ao homem do campo as formas alternativas de produção agropecuária de maneira que se permita a melhoria da produção de alimentos, carentes na região, assim como a sua fixação ao campo sentindo este o aumento de sua produtividade.

O Polo de Desenvolvimento Agropecuário pode oferecer a toda a Região e, em seguida, ao Estado da Bahia, opções de produção agrícola e pecuária, com a orientação técnica respaldada pelos profissionais da Universidade Federal da Bahia, desde o conhecimento dos componentes do solo, escolha de culturas, manejo, melhoramento animal, inseminação artificial, técnicas de controle a pragas e profilaxia.

Independente do ponto de vista de produção de insumos básicos, a Fazenda através da Universidade Federal da Bahia levará para a Região todos as áreas profissionais indispensáveis ao desenvolvimento regional e o bem da comunidade, tais como os Serviços prestados pela Unidade de Medicina, Odontologia, Farmácia, etc... além de funcionar como um centro de estudos e pesquisas, já que o trabalho de extensão está implícito no atendimento à Comunidade.

O Projeto do Polo de Desenvolvimento Agropecuário prevê a médio prazo, a produção de alimentos básicos, dentro de padrões de qualidade que servirão não só para elevar o padrão daqueles produzidos regionalmente, mas também, para o abastecimento das unidades da própria Universidade, como exemplo: Hospital das Clínicas, Maternidade Clémério de Oliveira e o próprio Restaurante Universitário, representando desta forma significativa diminuição dos custos de manutenção destes centros.

O projeto que já conta com profissionais residentes no local dispõe de toda a vanguarda técnica da Universidade Federal da Bahia que considerando a sua distância, permite fácil deslocamento e assistência necessária ao bom andamento das ações a serem desenvolvidas.

Destaque-se que existem cerca de aproximadamente 30 famílias residentes nos limites das propriedades, que carecem de um atendimento do nível proposto para a melhoria do padrão de vida, hoje, bem abaixo do julgado satisfatório para a Região.

A Implantação do Polo de Desenvolvimento Agropecuário de Entre-Rios, funcionaria também para aumentar a oferta de emprego da mão de obra rural.

DANDO ÊNFASE AO PROGRAMA DE ASENTAMENTO DE TRABA-  
INHADORES RURAIS DO ESTADO DA BAHIA  
VALOR: R\$ 48.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

TRATA-SE DE UM PROGRAMA DE ALTO CUSTO SOCIAL QUE CARECE URGENTE DA EXECUÇÃO DE OBRAS, COM O OBJETIVO DE IMPLANTAR A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DA BAHIA, REDUZINDO ASSIM OS CONFLITOS SOCIAIS HOJE EXISTENTES E DANDO CONDIÇÕES AO HOMEM DE FIXANDO-SE, PODER PRODUIR. ESTE PROJETO VISA A EXECUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CERCA DE 1000 KM DE ESTRADA E IMPLANTAÇÃO DE 30 (TRINTA E OITO) CASAS DE FÁBRICA, 6 (SEIS) POSTOS DE SAÚDE, 12 (DOZE) ESCOLAS, 27 (VINTE E SETE) CENTROS COMUNITÁRIOS E 3 (TRES) ARMAZÉNS.

OS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS SÃO: ALCOBACA, ANGICAL, BOA VISTA DO TUPIM, BOM JESUS DA LAPA, CALOCIRAO GRANDE, ANDARAÍ, CANAVIEIRAS, ITACARE, ITAMARA-JU, MARAU, MACONILIO SOUZA, MONTE SANTO, PRADO, QUIJINGUE, SANTA LUZ, SANTA CRUZ CABRALHA, SANTA RITA DE CÁSSIA, UNA, VITÓRIA DA CONQUISTA, XIQUE-XIQUE, BARRA L MENEZES, GUIMARÃES, NO ESTADO DA BAHIA.

PARLAMENTAR

07/11/89

DATA

ASSINATURA

066-0005-2

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

03 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADA ARIGAIL FEITOSA

UF

BA

PERÍODO

PSR

TEXTUAL/JUSTIFICATIVA

Inclua-se onde couber.

A importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados novos) no Projeto de Lei nº 66 de 1989 - C. N.

Fonte de recursos: 13210.041.30671.410

## JUSTIFICATIVA

A União das Associações Sento Sé é composta por pequenos produtores agrícolas que trabalham à margem do lago de Sobradinho, no município de Sento Sé na Bahia, com pesca, cultura de subsistência e notadamente com cebola. Há necessidade de melhorar nos equipamentos comunitários.

PARLAMENTAR  
Ariqail Feitosa

SOLICITA

066-0005-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

66/89

PÁGINA

1 DE 1

## EMENDA

AUTOR

Ariqail Feitosa

UF

BA

PERÍODO

PMDB

TEXTUAL/JUSTIFICATIVA

## EMENDA ADITIVA

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PROJETO 13210.041.0663.030  
CONTINENTE NO ANEXO 1, O SEGUINTE DESCRITOR:

PARLAMENTAR

Ariqail Feitosa

066-0007-7

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ARIQUIL FELTOSA	BA	PSB

TEMA/JUSTIFICATIVA

Inclua-se onde couber,

A importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos) para Associação Agrícola São Joaquim Ltda, no Município de Sobradinho na Bahia.

Fonte de recursos: 13210.04130663.030

JUSTIFICATIVA

A Associação Agrícola São Joaquim Ltda, é composta dos trabalhadores, que trabalham na barragem de Sobradinho na Bahia e acobalados as obras, foram assentados na área. Desenvolvem ações com pesca mas como caiu muito a produtividade da área, trabalham muito agora com cebola. Estão atualmente com sérias dificuldades porque a cebola caiu muito de preço e os pequenos produtores necessitam de apoio na continuarem na lavoura, evitando o êxodo rural.

066-0008-5

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL Nº 66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. CHAGAS DUARTE	RR	P.D.T

TEMA

Destaque-se do Projeto NS 13210.04130671.410 - Projeto de Colonização - Valor: R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzeiros Novos) para o município de São Luiz do Anauá.

JUSTIFICATIVA

Este recurso destina-se a implementar a organização Social dos projetos de Colonização, a cargo do Governo municipal de São Luiz do Anauá, que vem apoiando a exploração agrícola e promovendo a infraestrutura física com extrema dificuldades, dada a falta de recursos financeiros.

06/11/89

Chagas Duarte

066-0007-3

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL Nº 66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. CHAGAS DUARTE	RR	P.D.T

TEMA/JUSTIFICATIVA

TEXTO

Destaque-se do Projeto NS 13210.04130671.410 - Projeto de Colonização - Valor: R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzeiros Novos) para o município de Mucujai.

JUSTIFICATIVA

Este recurso destina-se a implementar a Organização Social dos Projetos de Colonização, a cargo do Governo municipal de Mucujai, que vem apoiando a exploração agrícola e promovendo a infraestrutura física com extremas dificuldades, dada a falta de recursos financeiros.

066-0010-7

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL Nº 66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. CHAGAS DUARTE	RR	P.D.T

TEMA

Destaque-se do Projeto NS 13210.04130671.410 - Projeto de Colonização - Valor: R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzeiros Novos) para o município de Caracará.

JUSTIFICATIVA

Este recurso destina-se a implementar a Organização Social dos Projetos de Colonização, a cargo do governo municipal de Caracará, que vem apoiando a exploração agrícola e promovendo a infraestrutura física com extremas dificuldades, dada a falta de recursos financeiros.

06/11/89

Chagas Duarte

066-0011-5

INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 66/89-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------	---	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEP. CHAGAS DUARTE	UF RR	PARTIDO P.D.T
-----------------------------	----------	------------------

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

## TEXTO

Destaque-se do projeto Nº 13210.04130671.410 - Projeto de Colonização - Valor: NCz\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzados Novos) para o município de Bonfim.

## JUSTIFICAÇÃO

Este recurso destina-se a implementar a Organização Social dos Projetos de Colonização, a cargo do Governo municipal de Bonfim, que vem apoiando a exploração agrícola e promovendo a infra-estrutura física com extremas dificuldades, dado a falta de recursos financeiros.

06/11/89

PARLAMENTAR  
Chagas Duarte  
ASSINATURA

066-0012-3

INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 66/89-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------	---	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEP. CHAGAS DUARTE	UF RR	PARTIDO P.D.T
-----------------------------	----------	------------------

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

## TEXTO

Destaque-se do projeto Nº 13210.04130671.410 - Projeto de Colonização - Valor: NCz\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzados Novos) para o município de Normandia.

## JUSTIFICAÇÃO

Este recurso destina-se a implementar a Organização Social dos Projetos de Colonização, a cargo do Governo municipal de Normandia, que vem apoiando a exploração agrícola e promovendo a infra-estrutura física com extremas dificuldades, dado a falta de recursos financeiros.

06/11/89

PARLAMENTAR  
Chagas Duarte  
ASSINATURA

066-0013-1

INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------	--------------------------------------	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEP. CHAGAS DUARTE	UF RR	PARTIDO P.D.T
-----------------------------	----------	------------------

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

## TEXTO

Destaque-se do Projeto Nº 13210.04130671.410 - Projeto de Colonização - Valor: NCz\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzados Novos) para o município de São João da Baliza.

## JUSTIFICAÇÃO

Este recurso destina-se a implementar a Organização Social dos Projetos de Colonização, a cargo do Governo municipal de São João da Baliza, que vem apoiando a exploração agrícola e promovendo a infra-estrutura física com extremas dificuldades, dado a falta de recursos financeiros.

06/11/89

PARLAMENTAR  
Chagas Duarte  
ASSINATURA

066-0014-0

INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO 66/89	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------	--------------------------------	--------------------

## EMENDA

AUTOR Deputado FELIPE MENDES	UF PE	PARTIDO PDS
---------------------------------	----------	----------------

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

## DESTAQUE-SE no Projeto

13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

o valor de NCz\$5.000.000,00 para os subprojetos de assentamento SÃO BENEDITO, ALMECEGAS, BARREIRO DO OTÁVIO, BONSUCESSO, LONTRA, PALMEIRA E CARAÍBAS, no Estado do Piauí.

## JUSTIFICAÇÃO

No último subprojeto de suplementação de recursos para assentamento de trabalhadores rurais, pelo INCRA, o Piauí ficou excluído juntamente com dois outros Estados.

Quer-se, com esta emenda, corrigir a falta de recursos específicos para o Piauí, ensejando, neste PL 66, viabilizar a execução daqueles subprojetos de assentamento, que irão beneficiar um total de 401 famílias, em 23.326 hectares.

06/11/89

PARLAMENTAR  
Felipe Mendes  
ASSINATURA

		066-0015-8	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89	1 de 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTE
SIMÃO SESSIM	RJ	PFL

13.000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
 13.208 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO  
 PROJETO: - 13.208.13764581.309  
 OBRA: - CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DO VALE DO SÃO JOÃO - RJ  
 VALOR: - NCz\$ 5.000.000,00  
 ORIGEM DOS RECURSOS: Proveniente do cancelamento parcial dos recursos alocados ao projeto em epígrafe, código 13210.  
 04130663.030-Assentamento de Trabalhadores Rurais.

JUSTIFICATIVA

As obras para regularização do Rio São João consistem nos serviços de dragagem de canais que permitam a irrigação e o controle de enchentes no vale, bem como de complementação e manutenção da barragem do Rio São João, cujo manancial é utilizado para o abastecimento de água na Região dos Lagos, no Norte do Estado do Rio.

Por terem se esgotados os recursos para tais serviços, impõe-se a paralisação dos mesmos, o que seria catastrófico em face das proximidades das chuvas, além dos riscos de rompimento do maciço da barragem, que não pode dispensar os serviços de manutenção e operação das comportas. A suspensão dos serviços de dragagem poderá proporcionar a inundação do vale, com sérios riscos de prejuízo na agricultura, principalmente na cultura do arroz, a mais desenvolvida do Estado do Rio.

PARLAMENTAR	
DATA	ASSINATURA
02/11/89	

ETIQUETA	
066-0016-6	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR
	66/89
	1 de 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTE
SIMÃO SESSIM	RJ	PFL

13.000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
 13.208 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO  
 PROJETO: 13.208.13764581.311  
 OBRA: CONTROLE DE ENCHENTE E RECUPERAÇÃO DA REGIÃO SERRANA E BAIXADA FLUMINENSE.  
 VALOR: NCz\$ 6.500.000,00  
 ORIGEM DOS RECURSOS: Proveniente do cancelamento parcial dos recursos alocados ao projeto em epígrafe, código 13210.  
 04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.

JUSTIFICATIVA

As obras em andamento, dragagem de canais de drenagem nas áreas irrigadas no fundo da Baía de Guanabara, estão na iminência de paralisação por insuficiência dos recursos alocados para o ano em curso. O referido projeto abrange ainda obras de proteção contra enchentes nos municípios de Teresópolis, Petrópolis e Nilópolis, todas em fase de conclusão e que, pelas proximidades das chuvas, não poderão ser paralisadas, sob pena de riscos imprevisíveis, face a grande pluviosidade verificada na região.

PARLAMENTAR	
DATA	ASSINATURA
02/11/89	

ETIQUETA	
066-0017-4	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR
	PL 66/89 - CN
	01 de 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTE
RENATO CIANINO	SC	PMDBS

Inclui-se no Anexo I, do PL 66 de 1989 - CN, em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS - para o CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DO VALE DO ITAJAI/SC, o valor de NCz\$ 45 000 000,00 (Quarenta e cinco milhões de cruzeiros novos) a serem deduzidos do sub-projeto sob o código 13210.04130663.030

JUSTIFICATIVA

O Vale do Itajaí vem sofrendo, periodicamente, inundações com consequências catastróficas para toda a população ribeirinha e para vários centros industriais ao longo do vale, em especial para a região da cidade de Blumenau.

Várias obras de contenção estão sendo executadas no Vale do Itajaí para proteger das inundações as regiões mais atingidas pelas cheias.

A Barragem Norte é a principal destas obras de controle de enchentes e recuperação do Vale do Itajaí e encontra-se, atualmente, em fase final de construção. Sua finalidade principal é a contenção de águas do Rio Mercúrio para proteger de inundações toda a região do Vale do Itajaí a jusante da barragem, incluindo a cidade de Blumenau, dentre outras, além de permitir a manutenção de extensas varzeas ribeirinhas para expansão agropecuária.

Tendo em vista o início dos trabalhos e a consequente falta de recursos, em função da reserva de contenção imposta pelo Executivo ao orçamento inicialmente previsto e a aceleração do processo inflacionário, faz-se mister a garantia de um mínimo de recursos, para a conclusão dos serviços já iniciados, através da redistribuição dos recursos destinados através deste Projeto de Lei ao Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

PARLAMENTAR	
DATA	ASSINATURA
02/11/89	

066-0018-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO RENATO VIANNA	SC	PNDB

## TERMO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se onde couber:

13.000 - Ministério da Agricultura

13.208 - Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Projeto: 13.208.1376.4581.306 - Controle de Enchentes e recuperação do Vale do Itajaí -SC.

Obra: Dragagem e retificação e alargamento do Rio Itajaí-Açu nos Municípios de Blumenau, Gaspar, Brusque e Itajaí. População beneficiada (pessoas) 600.000. Valor - NCZ\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos).

Origem dos Recursos: Mediante cancelamento parcial de recursos alocados ao projeto nº 13210.0413.0663.030, Assentamento de Trabalhadores Rurais.

## JUSTIFICATIVA

Visa a presente emenda ao PL nº 66/89 - CN, alocar recursos para continuação de obras no Vale do Itajaí-Açu.

Tais obras visam eliminar as graves enchentes sofridas pela população local e, se encontram praticamente paralizadas por falta de recursos e preocupam de sobremaneira a população da região.

Esperamos contar com o apoio dos ilustres companheiros da Comissão Mista de Orçamento, pois a aprovação desta, ensejará a continuação de obras de fundamental importância para o sofrido povo do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

7/11/89	ASSINATURA
---------	------------

## ETIQUETA

066-0019-1

INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01
---------------------	----------

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. JOSE VIANA	RO	PNDB

## TEXTO

Inclua-se no Programa de Trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária o seguinte projeto.

Desapropriação dos Imóveis Rurais do Município de Pimenta Buena-RO.

Valor: NCZ\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZADOS NOVOS).

## FONTES DE RECURSOS

13210.04130661-247 - Desapropriação e Indenização de Imóveis 1.200.000,

## JUSTIFICATIVA

A infinita rixa entre proprietários de terras e posseiros, nunca será finalizada a menos que, ambas as partes saiam vitoriosas, pois a situação na região merece toda acolhida por ter se tornado bastante delicada e mesmo perigosa, no que diz respeito às diversas vidas humanas que se entranham no caso.

É preciso que aja mobilização total com repasse de recursos para impedir uma tragédia maior entre colonos e proprietários.

07/11/89	ASSINATURA
----------	------------

## ETIQUETA

066-0020-4

INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01
---------------------	----------

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. JOSE VIANA	RO	PNDB

## TEXTO

Inclua-se onde couber do PL 66/89-CN, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a importância de NCZ\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZADOS NOVOS), para o assentamento de colonos no Município de Espigão d'Oeste-RO.

## FONTE

13210.04130663.028 - Regularização Fundiária 500.000,

## JUSTIFICATIVA

No caso em epígrafe, necessário se faz que o INCRA proceda ao assentamento dos diversos colonos e respectivas famílias nas terras desapropriadas, que se encontram localizadas no Município de Espigão d'Oeste-RO, evitando com isto, que a situação entre proprietários e posseiros se agrave e se torne geradora de discordâncias que poderam vir a causar mais conflitos.

Ao ser efetivado o imediato assentamento pelo INCRA creio estar cessado qualquer ato de desavença entre as partes, restituindo a paz, devida à região.

07/11/89	ASSINATURA
----------	------------

066-0021-2

INSTRUÇÕES NO VERSO	DOC. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/1989	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
RONALDO ARAGÃO	RO	PMDB

PROJETO A SER SUPLEMENTADO:

- Estradas vicinais - Trecho: Vale do Jamarý  
Valor: NCZ\$ 2.000,00  
- Estradas vicinais - Trecho: PAD - Marechal Dutra  
Valor: NCZ\$ 2.500,00  
- Estradas vicinais - Trecho: PAB - Buriti  
Valor: NCZ\$ 7.000,00  
PROJETO A SER CANCELADO:  
Assentamento de trabalhadores rurais  
Processo nº: 13210.04130671.410  
Valor: NCZ\$ 11.500,00

**JUSTIFICATIVA**

Definir o processo de transformação das relações da propriedade contribuindo para diminuir o êxodo rural, possibilitando o aumento da oferta de alimentos e matérias primas e criação de novos empregos no campo em Rondônia.

7/11/89

066-0022-1

INSTRUÇÕES NO VERSO	DOC. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL nº 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ	SE	PFL

Destaque-se a importância de NCZ\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzados novos) do PL nº 66/89 - CN, Anexo I, 13210 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Código - 13210.04130212.008 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos prestar apoio logístico as Atividades Fila - , para apoio financeiro a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE.

**JUSTIFICACAO**

Entidade com 160 Associações filiadas, formando 26 Comitês, com 73 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com 33 Colônias de Assentamento, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE tenta eliminar a insegurança, a incerteza e a ignorância do trabalhador rural do nosso Estado, levando o conhecimento e esse trabalhador dos seus direitos, deveres e a assistência. Por isso pedimos o apoio aos Nobres Pares para aprovar esta emenda.

07/11/89

066-0023-9

INSTRUÇÕES NO VERSO	DOC. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL nº 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ	SE	PFL

Destaque-se a importância de NCZ\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzados novos) do PL nº 66/89 - CN, Anexo I, 13210 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Código - 13210.04130662.717 - Assistência Social ao Trabalhador Rural, para apoio ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabalana/SE.

**JUSTIFICACAO**

O agreste nordestino tem moldado por longos anos o caráter, a personalidade do trabalhador rural. Este homem que trabalha incansavelmente para a terra e pela terra, vem sentindo as dificuldades e as incertezas que a vida lhe premia, depois de tanto sofrimento. Sabemos o que ocorre no agreste, problemas e mais problemas, não somos omisso. Temos que auxiliar-lo na modernização, na utilização de novas técnicas, a trabalhar seguro, a assisti-lo de forma clara e cristalina. Ao contribuímos para o Sindicato, estamos realizando de uma forma única, todo o objetivo que traçamos. O Sindicato é o responsável em dar assistência necessária ao seu associado, desde que tenha condições para isso. Estamos dando uma parte dessa condição.

07/11/89

066-0024-7

INSTRUÇÕES NO VERSO	DOC. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ TEIXEIRA	MA	PFL

**TEXTO**

No Anexo I, do Projeto de Lei nº 66, de 1989, código 13210-04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, destaque-se, da dotação orçamentária global prevista, os recursos necessários para:

- Construção e Melhoria de Estradas Vicinais, em convênio com o Governo do Estado do Maranhão, nas regiões de Santa Luzia e Barra do Corda - NCZ\$ 12.000,00.

**JUSTIFICACAO**

No final de 1988 foi celebrado, entre o então MIRAD e o Governo do Estado do Maranhão, termo aditivo no valor de NCZ\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos), a convênio já firmado, com o objetivo de construir estradas vicinais para acesso às áreas de assentamento no Estado.

Ocorre, no entanto, que até a presente data só foram liberados e aplicados NCZ\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil cruzados novos), fato que motivou a paralização de diversas obras prioritárias indicadas pelo INCRA, em particular no que se refere às regiões de Barra do Corda e Santa Luzia. Acresce, ainda, que o recrudescimento da inflação tornou irrisório os valores alocados ao convênio, em relação às metas estabelecidas, acarretando, com isso, situação calamitosa para os colonos dos projetos de assentamento.

Assim, sendo, torna-se necessária uma suplementação mínima de NCZ\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzados novos), a fim de possibilitar a inserção dos colonos no processo de produção e, desta forma, possibilitar sua fixação no campo em condições dignas de vida.

7/11/89  
DATA  
ASSINATURA

ETIQUETA  
066-0025-3  
INSTRUÇÕES NO VERSO  
COD. PARLAMENTAR  
PROJETO DE LEI NÚMERO  
66/89 - CN  
PÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADA MYRIAM PORTELLA  
PI  
PDS  
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

DESTAQUE-SE DO PL 66/89 - CN, PA 13210.04130663.028 - regularização Fundiária - A importância de NCZ\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzados novos), para melhorar as condições socio-econômicas dos produtores de baixa renda através do acesso à propriedade rural, bem como promover ações discriminatórias e arrecadação de terras, dando regularização às ocupações existentes no Estado do Piauí.

## JUSTIFICAÇÃO

A ocupação irregular de terras é um problema sério no país, do qual o Piauí não escapa. Lá, também, se faz necessária a ação governamental para regularizá-la, em benefício dos produtores rurais de baixa renda, sem o que estarão impossibilitados de prestar a sua valiosa contribuição à economia do país.

Trata-se de medida do maior alcance social, razão de ser desta proposição.

03/11/89  
DATA  
ASSINATURA

066-0026-3  
INSTRUÇÕES NO VERSO  
COD. PARLAMENTAR  
PROJETO DE LEI NÚMERO  
66/89 - CN  
PÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADA MYRIAM PORTELLA  
PI  
PDS  
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

DESTAQUE-SE DO PL 66/89 - CN, PA 13210.04130671420, projeto de colonização, do Ministério da Agricultura, a importância de NCZ\$ 3.000,00 (três mil cruzados novos), para aplicação na organização social do Núcleo Colônia de Burgueia, no município de Eliseu Martins, Estado do Piauí, apoio do e exploração agrícola e promovendo a complementação da infra-estrutura física.

## JUSTIFICAÇÃO

O mencionado Núcleo de Colonização pertence ao INCRA, embora funcionando com certa precariedade, por falta dos recursos financeiros indispensáveis. Localizado no vale do rio Burgueia, região ubérrima, das mais ricas do Estado do Piauí, merece reviver tempos de outora, quando sua atividade funcionou plenamente, com os melhores resultados. O aumento da produção na região e o consequente aumento da renda dos colonos, trarão desenvolvimento para a área e melhor qualidade de vida para todos.

07/11/89  
DATA  
ASSINATURA

ETIQUETA  
066-0027-1  
INSTRUÇÕES NO VERSO  
COD. PARLAMENTAR  
PROJETO DE LEI NÚMERO  
66/89 - CN  
PÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADA MYRIAM PORTELLA  
PI  
PDS  
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

DESTAQUE-SE DO PL 66/89, PA 13210.04130663.030 - assentamento de trabalhadores rurais do Ministério da Agricultura, a importância de NCZ\$ 12.000,00 (doze mil cruzados novos), para definir o processo de transformação das relações da propriedade, contribuindo para diminuir o êxodo rural, possibilitando o aumento da oferta de alimento e matérias primas e criação de novos empregos no campo, no Estado do Piauí.

## JUSTIFICAÇÃO

O assentamento do trabalhador no campo é imprescindível, não só como meio de aumento de produção de alimentos, como medida inadiável para resolver o problema da inchação das cidades. No caso, no Piauí não foge à regra dos demais estados da Federação. Impõem-se medidas urgentes. É o objetivo da presente emenda.

03/11/89  
DATA  
ASSINATURA



ESTRUTA	
066-0020-0	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL-66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP. BASÍLIO VILLANI	PR	PRN

TEXT/JUSTIFICACAO
<p>Inclua-se no Anexo I do PL-66 de 1989-CN, em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, sob código apropriado, o valor de NCz\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzados novos) para o CONTROLE DE ENCHENTES E ABASTECIMENTO DE AGUA DE CURITIBA/PR - Barragem do Passauna, valor este a ser deduzido do sub-projeto de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos sob código 13210.04130663.030.</p> <p><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A Região Metropolitana de Curitiba-Pr tem sofrido nos últimos anos uma grande deficiência no abastecimento de água, com ocorrência de racionamento e cortes de fornecimento nos períodos de estiagem, bem como inundações nas épocas de chuvas.</p> <p>A Barragem do Passauna foi projetada com a finalidade não só de proteger a Região Metropolitana de Curitiba de inundações, no período das chuvas, como também de aumentar em mais de 50% a capacidade do sistema atual de água de Curitiba.</p> <p>A construção desta barragem, que já sofreu VÁRIOS ATRASOS EM SEU CRONOGRAMA POR FALTA DE RECURSOS, encontra-se em fase final de execução e será de grande importância para as necessidades atuais de Curitiba.</p>

06/11/89	ASSINATURA
----------	------------

ESTRUTA	
066-0029-8	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL-66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
MAX WISENMANNN	PR	PL

TEXT/JUSTIFICACAO
<p>Inclua-se no Anexo I do PL-66 de 1989-CN, em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, sob código apropriado, o valor de NCz\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzados novos) para o CONTROLE DE ENCHENTES E ABASTECIMENTO DE AGUA DE CURITIBA/PR - Barragem do Passauna, valor este a ser deduzido do sub-projeto de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos sob código 13210.04130663.030.</p> <p><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A Região Metropolitana de Curitiba-Pr tem sofrido nos últimos anos uma grande deficiência no abastecimento de água, com ocorrência de racionamento e cortes de fornecimento nos períodos de estiagem, bem como inundações nas épocas de chuvas.</p> <p>A Barragem do Passauna foi projetada com a finalidade não só de proteger a Região Metropolitana de Curitiba de inundações, no período das chuvas, como também de aumentar em mais de 50% a capacidade do sistema atual de água de Curitiba.</p> <p>A construção desta barragem, que já sofreu VÁRIOS ATRASOS EM SEU CRONOGRAMA POR FALTA DE RECURSOS, encontra-se em fase final de execução e será de grande importância para as necessidades atuais de Curitiba.</p>

07/11/89	ASSINATURA
----------	------------

ESTRUTA	
066-0030-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL-66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
MAX WISENMANNN	PR	PL

TEXT/JUSTIFICACAO
<p>Inclua-se no Anexo I, do PL 66 de 1989 - CN, em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS - para o CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DO VALE DO ITAJAI/SC, o valor de NCz\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzados novos) a serem deduzidos do sub-projeto sob o código 13210.04130663.030.</p> <p><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>O Vale do Itajaí vem sofrendo, periodicamente, inundações com consequências catastróficas para toda a população ribeirinha e para vários centros industriais ao longo do vale, em especial para a região da cidade de Blumenau.</p> <p>Várias obras de contenção estão sendo executadas no Vale do Itajaí para proteger das inundações as regiões mais atingidas pelas cheias.</p> <p>A Barragem Norte é a principal destas obras de controle de enchentes e recuperação do Vale do Itajaí e encontra-se, atualmente, em fase final de construção. Sua finalidade principal é a contenção de águas do Rio Hercílio para proteger de inundações toda a região do Vale do Itajaí, a jusante da barragem, incluindo a cidade de Blumenau, dentre outras, além de permitir a manutenção de extensas varzeas ribeirinhas para expansão agropecuária.</p> <p>Tendo em vista o início dos trabalhos e a consequente falta de recursos, em função da reserva de contenção imposta pelo Executivo ao orçamento inicialmente previsto e a aceleração do processo inflacionário, faz-se mister a garantia de um mínimo de recursos, para a conclusão dos serviços já iniciados, através de redirecionamento dos recursos destinados através deste Projeto de Lei ao Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).</p>

07/11/89	ASSINATURA
----------	------------

ESTRUTA	
066-0031-0	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
OSCARO Jairo Carmeiro	BA	PFL

TEXT/JUSTIFICACAO
<p><b>TEXTO</b></p> <p>Inclua-se no PL 66/89-CN o Orçamento do Ministério do Interior, com a seguinte programação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria Habitacional no Município de Baixa Grande-BA Valor NCz\$ 600.000,00 (Seiscentos mil cruzados novos).</li> <li>- Melhoria Habitacional no Município de Várzea da Rocha-BA Valor NCz\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil cruzados novos).</li> </ul> <p><b>TOTAL: NCz\$ 1.000.000,00</b></p> <p><b>FONTE DE RECURSO:</b></p> <p>13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais. Valor NCz\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzados novos).</p> <p><b>JUSTIFICACAO:</b></p> <p>A erradicação de habitações sub-humanas, nas regiões mais pobres do país, é um dever da consciência cristã e um desafio à capacidade dos governantes deste país, em</p>

demonstração de que a vida com o mínimo de dignidade tem relevância e importância social e política em uma sociedade organizada e moderna. Neste país, a economia do mundo, os cidadãos vivem em palhoças, mocambos e palafitas, nas casas de taipa do nordeste, em degradante situação de profunda injustiça. Em Baixa Grande e Várzea da Rocha, dois Municípios da região do polígono das secas, voltados basicamente para a economia primária, o quadro é estereotípico na zona rural, no que concerne ao tipo do abrigo ou moradia de sua gente. Em razão disso e para minimizar o sofrimento deste povo, formulo a presente proposição que visa alocar recursos no valor global de NCZ\$1.000.000,00 para melhoria habitacional na zona rural destes dois municípios, em valores parciais consignados na parte superior desta proposição. Esta proposição também está sendo oferecida em outros termos, para permitir a viabilização que melhor aprouver ao juízo e entendimento do Senhor Ilustre Relator, para quem se dirige este apelo verdadeiro pela manifestação da sua indispensável acolhida, e dos demais eminentes Membros desta Doute Comissão.

07/11/82

066-0032-8

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89-CN

PÁGINA

01

DE 01

EMENDA

DEF. JAIRO CARREIRO

UF

BA

PARTIDO

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 66/89-CN a importância de NCZ\$600.000,00 (seiscentos mil cruzados novos) para melhoria habitacional na zona rural do Município de Baixa Grande-Bahia.

FONTE DE RECURSO- 13210.04130663.030 -ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Valor- NCZ\$600.000,00(seiscentos mil cruzados novos).

**JUSTIFICAÇÃO**

O Município de Baixa Grande, Bahia, situado na região do polígono das secas, com 35.000 habitantes, e sua população dedicada predominantemente à atividade rural, micro e pequenos produtores rurais, enfrentando toda a sorte de adversidades, de ordem físico-climáticas, sem dispor de água em qualidade que sirva ao consumo humano, sendo com reflexos inevitáveis em sua saúde, é este Município núcleo de concentração de habitações consideradas sub-humanas, as denominadas casas de taipa, sujeitas às suas famílias às intempéries, à doença e ao mal de chagas. Para socorrer estas populações pobres e carentes do meio rural de Baixa Grande, é imperioso ouvir o clamor e o apelo que se contém nesta proposição que propugna a alocação de recursos no valor de NCZ\$600.000,00 a serem aplicados na melhoria habitacional das moradias do trabalhador rural, do homem do campo, marginalizado dos frutos e benefícios auferidos nas cidades e nos grandes centros. Confio na sensibilidade do Ilustre Relator e espero merecer a sua acolhida e esta Emenda que tenho a honra de subcrever a sua consideração e dos demais Eminentes Membros desta Doute Comissão.

07/11/82

066-0033-6	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

DEF. JAIRO CARREIRO

UF

BA

PARTIDO

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 66/89-CN a importância de NCZ\$400.000,00 (quatrocentos mil cruzados novos) para melhoria habitacional na zona rural do Município de Várzea da Rocha-Bahia.

FONTE DE RECURSO - 13210.04130663.030 -ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Valor - NCZ\$400.000,00(quatrocentos mil cruzados novos).

**JUSTIFICAÇÃO**

Vivendo a mesma sorte do Município de Baixa Grande, na Bahia, município vizinho e com as mesmas características, com população de 25.000 habitantes, encontra-se o Município de Várzea da Rocha, comunidade essencialmente rural, de minifúndios, de lavradores, de uma sorte sofrida do semiárido nordestino, que não tem água para beber, salvo a acumulada das chuvas que não são abundantes, pelo contrário, rarefeitas e incertas. Esta penúria que é o estado em que vivem estes habitantes do sertão baiano se reflete na carência enfrentada na educação, na saúde, na falta de escolas de centros de saúde, muito menos maternidades nem hospitais, nas condições precárias da habitação, e em tantos outros fatores que tornam distante o horizonte de dignificação da criatura humana nesta altura do século. Em razão disso, formulo nesta proposição apelo ao sentido da destinação de verba a ser aplicada na melhoria habitacional da casa de palhoça, da modestíssima chiqueira em que se abriga o trabalhador rural, o pequeno agricultor, o roseiro, o homem do campo de Várzea da Rocha, desassistido, injustiçado. Pleiteio com esta Emenda que com o apoio e solidariedade do Ilustre Relator seja destacada uma verba de NCZ\$400.000,00 em favor do Município, para o fim especificado, por ser imperioso e atender a um reclamo de justiça da consciência humana e cristã.

07/11/82

066-0034-4	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 66/89-CN	01 DE 01

EMENDA

Deputada ABIGAIL FEITOSA

UF

BA

PARTIDO

PSB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber a importância de NCZ\$ 3.000.000,00 para o projeto de Construção de uma feira coberta para atender os trabalhadores rurais assentados no município de Jiquiriçá-Ba.

FONTE DE RECURSOS: 1321004130663.030 (Anexo I)-PL 66/89-CN  
NCZ\$ 3.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A construção da cidade feira coberta no município de Jiquiriçá, atenderá também a vários municípios vizinhos.

O projeto visa o apoio municipal para a comercialização dos produtos agrícolas que se originam na região.

7/11/89

Abigail Feitosa

066-0035-2

INSTRUÇÕES NO VERSO

COO. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 66/89-CN

PÁGINA  
01 DE 01

EMENDA

Deputada ABIGAIL FEITOSA

BA

PSB

Inclua-se onde couber a importância de Rcz\$ 3.000.000,00 para o projeto de Construção de uma feira aberta para atender os trabalhadores rurais assentados no município de Medeiros Neto-BA.

Fonte de Recursos: 13210.04130663.030 (Anexo I) PL 66/89-CN  
Rcz\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A construção da citada feira coberta no município de Medeiros Neto, atenderá também a vários municípios vizinhos.

O projeto visa o apoio municipal para a comercialização dos produtos agrícolas que se originam na região.

7/11/89

Abigail Feitosa

066-0036-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO 66/89-CN	PÁGINA 01 DE 02

EMENDA

DEPUTADO MAURO MIRANDA

GO

PMDB

Inclua-se, onde couber, no PL 66/89-CN a importância de Rcz\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzados novos) para atender à Eletificação Rural em Projetos de Assentamentos Agrários em Goiás, através das Centrais Elétricas de Goiás S/A:

FONTES: 1321004130663030 - PL- 66/89-CN - Rcz\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzados novos)  
1321004130671-410 - PL-66/89-CN - Rcz\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos)  
1321004130661-247 - PL-66/89-CN - Rcz\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos)

JUSTIFICAÇÃO:

O Estado de Goiás constitui-se numa das poucas áreas do País dotadas de excepcional potencial agropecuário, ainda em processo de ocupação econômica.

Essa ocupação caracteriza-se, fundamentalmente, pela incorporação de novos espaços e/ou pelas mudanças tecnológicas empregadas ao processo produtivo.

A modernização da agropecuária e a incorporação de novos espaços têm efeito sobre a estrutura fundiária e as condições de absorção de mão-de-obra, acentuando o acesso à terra e na redução do nível de emprego e constituindo numa dimensão relevante da questão agrária, cuja solução deve passar, necessariamente, por mudanças na organização e gestão do estado de Goiás.

A reforma agrária não se completa com o acesso dos trabalhadores à terra e requer, com curso de outras áreas ou programas de Governo, notadamente aqueles que relacionam com o apoio à produção (crédito, assistência técnica, armazenamento, eletrificação rural, etc), ao bem-estar (educação, saúde, habitação, etc), ao abastecimento de insumos e à comercialização da produção.

Dentro desse contexto, os Governos Federal (INCRA) e Goiás (IDAGCO) vem desenvolvendo grandes esforços no sentido de viabilizar o progresso sócio-econômico dos trabalhadores rurais e suas famílias ocupantes de glebas nos 15 (quinze) Projetos de Assentamento existentes em Goiás.

Com o destaque, busca-se efetivar o atendimento energético nos referidos projetos para diminuir o êxodo rural e possibilitando o aumento de oferta de alimentos e matérias-primas e criação de novos empregos no campo.

8/11/89

Mauro Miranda

066-0037-9

INSTRUÇÕES NO VERSO	COO. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 02

EMENDA

Deputado Federal Marcos Queiroz

PE

PMDB

INCLUA-SE ONDE COUBER

a importância de Rcz\$ 1.500.000,00 (uma milhão e quinhentos mil cruzados novos) para a Prefeitura Municipal de CAPOEIRAS -PE, para ser aplicado na construção da Feira-Parque de Exposição de Animais, no Município de Capoeiras (PE).

FONTE- 13210.04090242.016

JUSTIFICAÇÃO

A Feira-Parque de Exposição de Animais de Capoeiras (PE), trata-se da 2ª maior Feira de Animais do Estado de Pernambuco.

A Feira-Parque, ora mencionada, recebe Pecuáristas (Compradores e Expositores) de cinco estados brasileiros: Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Paraíba e Bahia, além de pecuaristas de 73 Municípios Pernambucanos.

Nessa Feira-Parque, vem funcionando em área urbana do Município. Local inadequado para o comércio de animais, haja vista, os transtornos que estão experimentando, devido a sua localização. Na área onde se encontra instalada, atualmente, a Feira-Parque, o fluxo de veículos leves e Pesados é muito grande, além de pedestres, que por ali circulam, em função das Casas Comerciais, Bancos, Entidades Sociais, Religiosas e Órgãos do Governo Municipal, concentrarem-se nas proximidades da mencionada Feira-parque.

Viabilizado o recurso pleiteado, a Feira-Parque, será transferida para uma área rural de 50.000 m², que se encontra desapropriada pela Prefeitura Municipal, para a instalação permanente da Feira-Parque de Exposição de Animais de Capoeiras (PE), responsável por 60% da arrecadação econômica do Município.

(NL)

03/11/89

PARLAMENTAR  
 Deputado Federal  
 Lúcia Vânia

066-0038-7

INSTRUÇÕES NO VERSO	CO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89 - CN	01 de 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTE
LÚCIA VÂNIA	GO	PMDB

Destaque-se do PL. 66/89-CN (Anexo I) no Projeto 1321004130661.247 - Desapropriações e Indenizações de Imóveis a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos) para atender a desapropriação em municípios do Estado de Goiás.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de alocar recursos para atender a desapropriações e indenizações de imóveis nos municípios de: Luziânia, Mineiros, Roraimópolis, Brasília, Formoso, Cavalcante, Goiás, Itapirapuã, Serranópolis, Jataí, Caiapônia, Trombas, Pilar de Goiás, Niquelândia, Morrinhos, Paranaíba, Monte Alegre de Goiás, Joviânia, São Miguel de Araguaia, Portelândia, Bom Jardim de Goiás, Barro Alto e Itajá.

Tais municípios têm necessidade de contar com um número de imóveis sem, no entanto, poder arcar com as despesas para desapropriações e indenizações dos mesmos, razão pela qual apresenta-se a presente emenda.

7/11/89

PARLAMENTAR  
 Deputado Federal  
 Lúcia Vânia

066-0039-5

INSTRUÇÕES NO VERSO	CO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89 - CN	01 de 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTE
LÚCIA VÂNIA	GO	PMDB

Destaque-se do PL. 66/89 - CN (Anexo I) na Atividade 1321004130662.717 - Assistência Social ao Trabalhador Rural, a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) para atender à manutenção dos acampados, no Estado de Goiás.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de destinar recursos que forneçam respaldo financeiro a acampados no município de Goiás, Estado de Goiás, num total de 65 famílias na Fazenda Matada Europa e 34 famílias na Fazenda Vereda Bonita, o que constitui número considerável de pessoas que passam por situação de extrema penúria, razão pela qual pretende-se oferecer-lhes assistência de toda a ordem, o que é da maior justiça.

7/11/89

PARLAMENTAR  
 Deputado Federal  
 Lúcia Vânia

066-0040-9

INSTRUÇÕES NO VERSO	CO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89	01 de 03

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTE
Dep. JOSÉ SERRA	SP	PSDB

## Emenda Supressiva

"Rejeitar, na íntegra, o Projeto de Lei supra citado."

JUSTIFICAÇÃO

É imperiosa a rejeição total deste e dos demais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional solicitando a abertura de créditos orçamentários suplementares e especiais porque:

(1) Deformam o financiamento do governo Federal. Destinam o excesso observado na arrecadação de receitas próprias para a cobertura de outras despesas correntes e de capital - inclusive para o início de novos projetos - , ao mesmo tempo que "deixam a descoberto" gastos indispensáveis, como o pagamento de salários do funcionalismo e de aposentadorias e pensões da Previdência Social. É inconcebível a emissão de títulos públicos (para não dizer a emissão de moeda, face as adversidades conjunturais no mercado financeiro) para custear o funcionamento mínimo da máquina governamental, enquanto recursos tributários são deslocados para o financiamento de ações de expansão, inclusive um sem número de programas não prioritários e que sequer constam na Lei Orçamentária Vigente.

(ii) Podem dar margem a dúvidas sobre a existência na administração pública. Dentre os créditos especiais, por exemplo, são identificados na área de transporte 129 programas de trabalho que não constam da programação original do Orçamento de 1989 (Lei Nº 7.715/89), nem da programação dos créditos adicionais já abertos. Por mais rápida que seja a tramitação na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário do Congresso e por mais breve que seja a sanção presidencial, pode-se dizer dos créditos especiais, nesta data, que é "físicamente" impossível promover a licitação e o empenho das dotações, instalar Canteiros e cumprir uma parcela mínima do cronograma de obras ainda no exercício de 1989. Além disso, face a prática atual de atrasos no pagamento das obras já realizadas é provável que o efetivo desembolso só seja realizado na gestão do novo presidente.

(iii) A programação é incompatível com as Diretrizes Orçamentárias para 1990. Uma visão do conjunto de créditos adicionais revela expressivas contradições destes relativamente à orientação dada para 1990 pela LDO (Lei Nº 7.600/89). Destacam-se: (a) a vedação para financiamento de despesas de custeio, dentre outras, através de dívidas mobiliárias; (b) o empenho até 15/03/90 de, no máximo, um sétimo da despesa orçada para o exercício; (c) a proibição para o início de obras novas enquanto não for aprovado o Orçamento; (d) a impossibilidade de assunção de encargos próprios dos estados e municípios; (e) a prioridade para projetos em andamento e ações de manutenção e conservação relativamente ao início de novos investimentos.

A rejeição de todas as solicitações de abertura de créditos em apreciação no congresso é necessária, antes de tudo para que seja feita uma reprogramação orçamentária, adequando as fontes de recursos à natureza das despesas. Recomenda o bom senso que o dinheiro certo, em caixa, atenda primeiro aos gastos com pessoal e ações mínimas do governo. Além disso, num quadro de séria escassez de recursos, não cabe o início de mais de uma centena de obras novas, quando é notória a necessidade na manutenção, conservação e restauração do patrimônio já existente.

Enfim, é imperiosa a aprovação desta emenda para que o Legislativo mantenha sua coerência nas decisões pertinentes às matérias orçamentárias, assegure a eficácia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990, não deixe espaço para questionamentos sobre a validade de ações governamentais iniciadas no final do exercício e do mandato, bem como colabore com o novo Presidente da República para que não encontre as finanças públicas mais comprometidas do que já estão pelos efeitos da grave crise que assola a economia brasileira.

07/11/89

# JUSTIFICATIVA

Esta obra tem como objetivo, proporcionar melhores condições econômicas-sociais, incentivando a fixação do homem no campo, tendo como consequência a descentralização urbana, evitando o êxodo do rural, indo de encontro à atual política governamental.

A região é compreendida de minifúndios, terras estas doadas pelo Governo aos brasileiros que residiam no Paraguai. Esse retorno foi motivado pela nova política de Reforma Agrária adotada pelo País e é composta, também, por Pequenos proprietários que adquiriram suas terras através da "SOMECOM", que é uma sociedade colonizadora, portanto, podemos dizer que a comunidade é composta de colonizadores e sem-terras, hoje proprietários graças ao apoio e incentivo do Governo.

Para que possamos fixar esses pequenos proprietários no campo, é necessário pelo menos, uma infraestrutura básica e a Energia Elétrica é parte desse incentivo, melhorando, dessa forma, o bem-estar da comunidade.

## Objetivo:

Fornecimento de Energia Elétrica a 763 unidades consumidas nas rurais.

População Beneficiada: 2.289 pessoas

As principais atividades produtivas agropecuárias a serem beneficiadas com o projeto são:

- Plantação de arroz, feijão, milho, soja, mandioca, mandioca, algodão, criação de bovinos, equinos, suínos e caprinos.

06/11/89

066-0041-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

066-0041-7

66/89 - CN

01 de 02

## EMENDA

Deputado Manoel Moreira

SP

PMDB

## Inclui-se onde couber:

No PL 66/89 - CN, (Anexo I) a importância de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos) para atender a Eletrificação Rural da Gleba Novo Horizonte (assentamento), no Município de Iviporã, em convênio com a EMERSUL de Mato Grosso do Sul.

FONTE: 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais (Anexo I)  
R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos).

066-0042-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

066-0042-5

66/89

01 de 01

## EMENDA

DEPUTADO ANTONIO FERREIRA

AL

PFL

## TEXTO

INCLUI-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA o seguinte projeto: R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de Cruzados Novos), para assentamento de trabalhadores rurais, em convênio com o ITERAL/AL, beneficiar uma área de 22.000 hectares de terra acomodando 1.200 famílias, assegurando melhores condições de vida ao homem do campo.

FONTE: 13210.04130663.030 - R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O Estado de Alagoas que passa hoje por grave tensão social, conta com mais de 5.000 famílias sem terras, com áreas em litígio da ordem de 30.000 hectares de terras, pretende promover o assentamento inicial de 1.200 famílias, assegurando melhores condições de vida ao homem do campo, diminuindo assim o estado de pobreza absoluta que impera nas regiões menos favorecidas do Estado de Alagoas.

PARLAMENTAR

07 / 11 / 89

DATA

ASSINATURA

ETIQUETA

066-0043-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

COO. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO  
66/89PÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

DEPUTADO ANTONIO FERREIRA

UF

AL

PARTIDO

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA o seguinte projeto: Noz\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Cruzados Novos) para serviços administrativos em convênio com o ITERAL, AL, realizar a ampliação dos projetos fundiários das cidades de PENEDE E UNIRO DOS PALMARES - AL.

FONTE: 13210.04130212.008 - Noz\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Cruzados Novos)

JUSTIFICATIVA

O Estado de Alagoas que conta hoje com mais de 5.000 famílias sem terras, com áreas em litígio de aproximadamente 30.000 hec, pretende promover o assentamento inicial de 1.200 famílias, beneficiando uma área de 22 mil hec, assegurando melhores condições de vida ao homem do campo, diminuindo assim a tensão social que ora aflige o Estado de Alagoas.

PARLAMENTAR

07 / 11 / 89

DATA

ASSINATURA

ETIQUETA

66-0043-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

COO. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO  
66/89PÁGINA  
1 DE 1

## EMENDA

AUTOR

ERICO PEGORARO

UF

RS

PARTIDO

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

## EMENDA ADITIVA

Abre crédito especial para o projeto SANEAMENTO RURAL NA LAGOA MIRIM - JAGUARÃO/RS, no valor de Noz\$ 1.000.000,00 (Projeto de Lei nº 66 - 1989/CN, art. 1º, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ser diminuído em igual valor:  
13210.04130671.410 - PROJETO DE COLONIZAÇÃO

## JUSTIFICATIVA:

A dragagem dos Arroios Juncal, Grande e Bretanha, possibilitará a incorporação de 4.000 ha de terras ao processo produtivo, permitindo a produção anual de 400.000 sacas de arroz.

Descrição da obra: Dragagem e alargamento das calhas dos Arroios Juncal, Grande e Bretanha, numa extensão de 400.000 m³. Área Recuperada - 4.000 ha.

PARLAMENTAR

06 / 11 / 89

DATA

ASSINATURA

ETIQUETA

066-0045-0

INSTRUÇÕES NO VERSO

COO. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO  
66/89PÁGINA  
1 DE 1

## EMENDA

AUTOR

Erico Pegoraro

UF

RS

PARTIDO

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

## EMENDA ADITIVA

Abre crédito especial para o projeto SANEAMENTO AMBIENTAL EM SANTA MARIA/RS no valor de Noz\$ 1.500.000,00 (Projeto de Lei nº 66-1989 CN, art. 1º, Anexo I - Ministério do Interior - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter o seu valor diminuído na mesma quantia  
13210.04130671.410 - PROJETO DE COLONIZAÇÃO

## JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Maria ocupa uma área de 3.462km², com uma população de 200.000 hab.. A situação geográfica do município é estratégica, posicionando-se no centro geográfico do Estado RS.

O Arroio Cadena é o principal dreno da cidade de Santa Maria, sendo constituído por diversos afluentes, que coletam as águas pluviais desde as áreas altas da sede municipal. Está este Arroio grandemente erodido e assoreado, provocando grandes inundações. A presente emenda visa dotar o DNOS de recursos que permitam a inadiável canalização do Arroio, num trecho inicial de 300 m em concreto armado, com taludes de contenção enleivados.

PARLAMENTAR

06 / 11 / 89

DATA

ASSINATURA

066-0046-3

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89	1 DE 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
ERICO PEGORARO	RS	PFL

Emenda Aditiva:

Abre crédito especial para o projeto Saneamento Urbano nas cidades de Jaguarão e Pedro Osório/RS, no valor de R\$ 1.000.000,00 (Projeto de Lei nº 66 - 1989-CN, art. 1º, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)

Projeto que deverá ter o seu valor diminuído na mesma quantia: 13210.04130571.410 - Projeto de Colonização

JUSTIFICATIVA:

JAGUARÃO

A cidade de Jaguarão, localizada na região sul do Estado RS, sofre periodicamente inundações por efeito de extravasamentos do Rio Jaguarão e de seus arroios contíguos, com sérios prejuízos à população residente, à economia local e aos equipamentos urbanos. Para solucionar estes problemas, foram identificados os cursos de água e serem canalizados, necessitando-se todavia da elaboração de estudos e projetos que definam as obras de proteção contra inundações contra cheias do Rio Jaguarão. Um dos cursos d'água já identificados e com projeto já elaborado pelo DNOS é a Sanga Nova. A canalização dessa sanga será executada com revestimento em concreto armado, numa extensão de 470 m.l.

PEDRO OSÓRIO

A cidade de Pedro Osório localizada na região sul do Estado RS, sofre periodicamente inundações, que acarretam problemas e prejuízos materiais e sanitários à sua população. Para solucionar tal problema, há necessidade de execução da canalização da Sanga Pedro Osório, entre as Avenidas José Bonifácio e Arlindo Pasqualine, que deverá ser canalizada em alvenaria de pedra, numa extensão de 1.000 m.l., em seção de 1,6 x 1,2 m.

06/11/89

066-0047-6

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL nº 66, de 1989	01 DE 02

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO ERICO PEGORARO	RS	PFL

EMENDA:

"Destaque-se do Projeto de Lei nº 66, de 1989-CN, a importância de R\$17.000.000,00 (Dezessete Milhões de Cruzados Novos), em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Superintendência do RS, com a finalidade de assentar trabalhadores rurais e prestar assistência social a este trabalhador."

PROJETO QUE TERÁ SEU VALOR DIMINUÍDO NA MESMA QUANTIA: 13210.04130665.030 - R\$17.000.000,00

JUSTIFICACAO

A emenda que ora propomos, visa entre outros objetivos o de atender ao agricultor de maneira a interromper na origem o círculo vicioso gerador de conflitos.

O Rio Grande do Sul suporta hoje, a estatística de que tem localizada em seu território, o maior acampamento de sem-terra do nosso País.

As tensões ligadas ao meio rural no Estado do Rio Grande do Sul têm se agravado nos últimos anos, fato este indiscutível, que, inclusive, dispensa palavras demonstrações estatísticas dadas as inúmeras manifestações e conflitos envolvendo acampamentos e invasões.

Devido a estes conflitos, há um contingente populacional às margens das condições mínimas de sobrevivência, e por outro lado inchando os polos urbanos de forma tal que, os setores secundário e terciário da economia não estão aptos de absorver de forma racional e equilibrada.

De forma imediata, estes recursos serão um paliativo, que assista as centenas de acampados, que vivem sem as mínimas condições que se apregoa a seres humanos.

Após estas medidas paliativas, cremos que, uma ação mais abrangente se faz necessária, ou seja, atender as verdadeiras aspirações do pequeno produtor, que há tempo carece de uma ação efetiva, integrando-o definitivamente no processo produtivo com imediato resultado de desenvolvimento econômico e social para o nosso Estado e para todo o Brasil, acabando com os séculos conflitos que perseguem os trabalhadores rurais de nosso País.

07/11/89

066-0048-4

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89	1 DE 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
ERICO PEGORARO	RS	PFL

EMENDA ADITIVA:

Abre crédito especial para o projeto ESTAÇÃO DE PISCICULTURA NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - RS, no valor de R\$800.000,00 (Projeto de Lei nº 66/89 - CN, art. 1º, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter o seu valor diminuído na mesma quantia: 13210.04090242.016 - Manutenção do Serviço de Processamento de dados.

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Católica de Pelotas, vem já de algum tempo instalando em seu Campus uma Estação de Piscicultura, que objetiva não só os aspectos didáticos, próprios de sua atividade, como também a difusão da cultura piscícola entre aqueles pequenos proprietários rurais, que por suas condições econômicas, necessitam de reforço produtivo em sua alimentação e de suas famílias, com possibilidade ainda de venda a terceiros de eventuais excedentes.

A política da Universidade vem sendo a de distribuição gratuita aos agricultores dos alevinos produzidos, arcando a mesma com os custos elevados de tão meritório procedimento.

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento, por sua vez, já mantém com a Universidade Federal de Santa Maria/RS um Convênio objetivando a instalação de uma Estação de Piscicultura no Campus daquela Universidade, aqui assistidos por técnicos húngaros na matéria, dentro do acordo de Cooperação Internacional Brasil/Hungria.

Faz-se reatado, vislumbra-se agora a possibilidade de celebração de um Convênio entre o DNOS e a Universidade Católica de Pelotas, com os mesmos objetivos daquele acima descrito e que também contaria com a colaboração, presentemente viável, dos técnicos húngaros.

Por essa razão propõe-se a presente emenda, que visa dotar o DNOS de recursos que viabilizem a sua necessária participação no projeto da Universidade e que consistiriam na execução de obras básicas para Estação de Piscicultura, como sejam: construção de galpões, construção de tanques, redes de abastecimento d'água, equipamentos, etc.

06/11/89

066-0049-5

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		66/89	1 DE 1

066-0049-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COB. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
66/89	1 DE 1

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
ERICO PEGORARO	RS	PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

## EMENDA ADITIVA:

Abre crédito especial para o Projeto CONTROLE DE ENCHENTES EM CACHOEIRINHA/RS, no valor de NCZ\$ 2.000.000,00 (Projeto de Lei nº 66, de 1989-CN, art. 1º-Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter o seu valor diminuído na mesma quantia:  
13210.04090242.016 - Manutenção do serviço de processamento de dados.

## JUSTIFICATIVA:

Proteção contra inundações provocadas pelo Rio Gravataí e que atinge a periferia da cidade de Cachoeirinha, zona de vilas populares e área industrial. A área a ser protegida é de 410 ha e beneficiará diretamente uma população de 30.000 habitantes.

O projeto encontra justificativa em aspectos sócio-econômicos, já que atualmente são atingidas populações de baixa renda, muitas indústrias e os equipamentos urbanos existentes na área alagável. Considera-se ainda os aspectos de saúde pública decorrentes das inundações e que proporcionam elevados riscos de transmissão de doenças de veiculação hídrica.

O sistema projetado, constituído por diques, valas, coletores, condutos de drenagem e estação de bombeamento é o mais adequado técnica e economicamente. Uma vez que as inundações são causadas não somente pelo aumento da vazão do Rio Gravataí, como por refluxo das águas do estuário do Guaíba, Rio situado a jusante. Já foi executado grande parte do dique e trecho do conduto forçado, estando programadas a curto prazo as seguintes obras:

- Início da instalação de bombeamento.
- Início da execução do 2º trecho do conduto forçado - 700 m
- Execução de coletores pluviais - 500 m
- Serviços de manutenção.

06/11/89	DATA
066-0050-6	

066-0050-6	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COB. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
66/89	1 DE 1

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
ERICO PEGORARO	RS	PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

## EMENDA ADITIVA:

Abre crédito especial para o Projeto CONTROLE DE ENCHENTES DE ALVORADA/RS, no valor de NCZ\$ 1.800.000,00 (Projeto de Lei nº 66 - de 1989-CN, art. 1º, Anexo I, Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter o seu valor diminuído na mesma quantia:  
13210.04130212.008 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos

## JUSTIFICATIVA:

Proteção contra inundações provocadas pelo Rio Gravataí e que atingem as zonas periféricas da cidade de Alvorada, onde se localizam essencialmente vilas populares. A área a ser protegida é de 400 ha, beneficiando uma população de 30.000 habitantes. A execução do projeto pretende propiciar benefícios sociais e de saúde pública da população, constituída em sua maioria, por pessoas de baixa renda.

O sistema projetado e constituído por diques, valas e canais de drenagem e instalação de bombeamento, mais adequado a conter as inundações decorrentes do extravasamento do Rio Gravataí propriamente dito, bem como o refluxo proveniente das águas do estuário do Rio Guaíba, situado logo à jusante.

- Para 1989 estão programadas as seguintes obras:
- Continuação da execução dos diques - 2.000 m.l.
  - Início da instalação de bombeamento
  - Dragagem do canal de acumulação
  - Preve-se também a manutenção de obras prontas

06/11/89	DATA
066-0051-4	

066-0051-4	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COB. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 66/89 CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se onde couber, no programa de trabalho do Ministério da Agricultura, o seguinte projeto:

Desapropriação e indenizações de imóveis no município de Nova Venécia/ES para assentamento de 150 famílias na área de 275 Ha no valor de NCZ\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados novos).

## FONTES DE RECURSOS

13210.04130.661247 - Desapropriação e indenização de imóveis - no valor de NCZ\$ 47.520.000,00.

## JUSTIFICATIVA

Como é de conhecimento nacional, a invasão de terras tornou-se muito sério. No Estado do Espírito Santo a situação a cada dia aumenta, e com isso é necessário o assentamento destas famílias "SEM TERRA" para que se acabe com toda violência.

06/11/89	DATA
066-0052-2	

066-0052-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COB. PARLAMENTAR
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 66/89 CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se onde couber, no programa de trabalho do Ministério da Agricultura, o seguinte projeto:

Desapropriação e indenizações de imóveis no Município de Pedro Canário/ES para assentamento de 25 famílias, no valor de NCZ\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados novos).

## FONTES DE RECURSOS

13210.04130.661247 - Desapropriação e indenização de imóveis no valor de NCZ\$ 47.520.000,00.

## JUSTIFICATIVA

Como é de conhecimento nacional, a invasão de terras tornou-se muito sério. No Estado do Espírito Santo a situação a cada dia aumenta, e com isso é necessário o assentamento destas famílias "SEM TERRA" para que se acabe com toda a violência.

06/11/89	DATA
066-0053-4	



066-0053-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

INCLUI-SE ONDE COUBER, AO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, O SEGUINTE PROJETO:

ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS NO MUNICIPIO DE NOVA VENECIA (18 FAMILIAS), NO VALOR DE NCZ\$ 2.000.000,00(Dois Milhões de Cruzados Novos).

FONTE DE RECURSO:13210.04100660.030-ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES VALOR NCZ\$ 112.320.000

**JUSTIFICACAO**

Como é de conhecimento nacional, a invasão de terras tornou-se muito sério. No Estado do Espírito Santo a situação a cada dia aumenta, e com isso é necessário o assentamento destas famílias "SEM TERRA" para que se acabe com toda violência.

07/11/89	066-0054-9
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICACAO**

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e miséria humana.

07/11/89	
----------	--

066-0055-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICACAO**

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e miséria humana.

07/11/89	066-0056-5
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Corinto, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICACAO**

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e miséria humana.

07/11/89	
----------	--

066-0037-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

PL 66/89 - CN 01 DE 01

## EMENDA

DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Casa Grande, Estado de Minas Gerais.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

PARLAMENTAR

07/11/89

066-0053-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

PL 66/89 - CN 01 DE 1

## EMENDA

DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Itaverava, Estado de Minas Gerais.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

PARLAMENTAR

07/11/89

066-0039-0

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

PL 66/89 - CN 01 DE 1

## EMENDA

DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Catas Altas de Noruega, Estado de Minas Gerais.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

PARLAMENTAR

07/11/89

066-0040-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

PL 66/89 - CN 01 DE 1

## EMENDA

DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

PARLAMENTAR

07/11/89

066-0061-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

PL 66/89 - CN 01 DE 1

## EMENDA

DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Itaguara, Estado de Minas Gerais.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

PARLAMENTAR

07/11/89

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA		MG	PMDB

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICAÇÃO**

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à degradação humana.

PARLAMENTAR		DATA
<i>Sanção</i>		07/11/89

ESTADO

07/11/89

ESTADO

066-0063-8

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA		MG	PMDB

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Brás Pires, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICAÇÃO**

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à degradação humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA		MG	PMDB

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Buritis, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR		DATA
<i>Sanção</i>		07/11/89

ESTADO

07/11/89

ESTADO

066-0065-4

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA		MG	PMDB

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Formoso, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

066-0066-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Corinto, Estado de Minas Gerais.		
JUSTIFICAÇÃO O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.		

PARLAMENTAR 8/11/89 DATA 066-0066-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Monjolos, Estado de Minas Gerais.		
JUSTIFICAÇÃO O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.		
PARLAMENTAR 8/11/89 DATA 066-0066-1		

066-0068-9	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Rubelita, Estado de Minas Gerais.		
JUSTIFICAÇÃO O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.		

PARLAMENTAR 8/11/89 DATA 066-0068-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Cristália, Estado de Minas Gerais.		
JUSTIFICAÇÃO O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.		
PARLAMENTAR 8/11/89 DATA 066-0068-7		

INSTRUÇÕES NO VERSO		EDS. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB

**JUSTIFICACAO**

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICACAO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana, em que são submetidos.

8/11/89	ASSINATURA	ETIQUETA
---------	------------	----------

INSTRUÇÕES NO VERSO		EDS. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB

**JUSTIFICACAO**

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Riacho dos Machados, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICACAO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana, em que são submetidos.

8/11/89	ASSINATURA	ETIQUETA
---------	------------	----------

INSTRUÇÕES NO VERSO		EDS. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MARCOS LIMA	MG	PMDB

**JUSTIFICACAO**

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil

cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Mato Verde, Estado de Minas Gerais.

**JUSTIFICACAO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana, em que são submetidos.

8/11/89	ASSINATURA	ETIQUETA
---------	------------	----------

INSTRUÇÕES NO VERSO		EDS. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

**JUSTIFICACAO**

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Matinhos, Estado do Paraná.

**JUSTIFICACAO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana, em que são submetidos.

8/11/89	ASSINATURA	ETIQUETA
---------	------------	----------

INSTRUÇÕES NO VERSO		EDS. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 de 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

**JUSTIFICACAO**

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Munhoz de Melo, Estado do Paraná.

**JUSTIFICACAO**

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, expostos a miséria humana.

066-0075-1			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL 66/89 - CN	01 DE 01

ENDA

DEPUTADO MAX ROSENMANN	AUTOR	UF	PARTIDO
		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

projeto de eletrificação rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

PARLAMENTAR			
07/11/89			
DATA			
066-0076-0			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		36/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO MAX ROSENMANN	AUTOR	UF	PARTIDO
		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER - a importância de NCZ\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzados novos), para atender a conclusão dos serviços de restauração na BR-376 - Trecho Paranaíba - Maringá, sub-trecho Castelo Branco-Maringá - KM-133,7 ao KM-161,2.

FONTE: 27.202.16885382.645 - NCZ\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzados novos).

JUSTIFICATIVA

Trata-se de serviços prioritários de conclusão de restauração no sub-trecho em questão, o qual faz parte do programa de restauração em execução com a cooperação financeira do Banco Mundial. Este segmento rodoviário apresenta um nível de tráfego na ordem de 10.000 veículos diários com origem de tráfego em Dourados - MT Sul e também de conexão com o sistema rodoviário Estadual do Estado de São Paulo, com tráfego predominante de exportação através do Porto de Paranaguá.

O estágio final de execução dos serviços permitirá que elas sejam concluídas contratualmente até 28/11/89, desde que seja alocado ao referido segmento a dotação de NCZ\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzados novos), necessária para a conclusão imediata dos serviços de restauração.

EMENDA DO PROJETO DE LEI Nº 36/89 - CN.

PARLAMENTAR			
08/11/89			
DATA			
ASSINATURA			

066-0077-0			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO MAX ROSENMANN	AUTOR	UF	PARTIDO
		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Ibatí, estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR			
08/11/89			
DATA			
ASSINATURA			
ETIQUETA			
066-0078-0			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO MAX ROSENMANN	AUTOR	UF	PARTIDO
		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Santo Inácio, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR			
08/11/89			
DATA			
ASSINATURA			

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Santa Fé, Estado do Paraná.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR		DATA	ASSINATURA
		08/11/89	<i>Max Rosenhann</i>

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR		DATA	ASSINATURA
		08/11/89	<i>Max Rosenhann</i>

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MAX ROSENHANN		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Balsa Nova, Estado do Paraná.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR		DATA	ASSINATURA
		08/11/89	<i>Max Rosenhann</i>

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN		PR	PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR		DATA	ASSINATURA
		08/11/89	<i>Max Rosenhann</i>

044-0083-2

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENEMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Altônia, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

PARLAMENTAR

08/11/89

ASSINATURA

UF

PARTIDO

066-0084-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENEMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Antonio Olinto, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

PARLAMENTAR

08/11/89

ASSINATURA

UF

PARTIDO

066-0085-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENEMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Adrianópolis, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

PARLAMENTAR

08/11/89

ASSINATURA

ETIQUETA

066-0086-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENEMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Aracruz, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

PARLAMENTAR

08/11/89

ASSINATURA

ETIQUETA

066-0087-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENEMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

PARLAMENTAR

08/11/89

ASSINATURA



INSTRUÇÕES NO VERSO		066-0088-3	
DEB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA	
	PL 66/89 - CN	01 DE 01	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Nova Fátima, estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		066-0089-1	
DEB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA	
	PL 66/89 - CN	01 DE 01	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Ribeirão do Pinhal, estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		066-0090-5	
DEB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA	
	PL 66/89 - CN	01 DE 01	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Parangá, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		066-0091-3	
DEB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA	
	PL 66/89 - CN	01 DE 01	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		066-0092-1	
DEB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA	
	PL 66/89 - CN	01 DE 01	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Pinhal, estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

PARLAMENTAR	07/11/89
-------------	----------

INSTRUÇÕES NO VERSO		COG. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENEMANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COG. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENEMANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Santo Inácio, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COG. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENEMANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COG. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENEMANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Tomazina, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COG. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENEMANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à miséria humana.

PARLAMENTAR	07/11/89
-------------	----------

INSTRUÇÕES NO VERSO		DOE PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à degradação humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		DOE PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Prudentópolis, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à degradação humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		DOE PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Porto Vitória, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à degradação humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		DOE PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Palmas, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à degradação humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		DOE PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros dos novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Palmas, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento da mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, há vista, a marginalização e miséria humana que são submetidos.

08/11/89  
 [Assinatura]  
 [Assinatura]

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO MAX ROSENEMANN	UF PR	PARTIDO PL
----------------------------------	----------	---------------

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO MAX ROSENEMANN	UF PR	PARTIDO PL
----------------------------------	----------	---------------

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Fm. baldios Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Uraí, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miserabilidade humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO MAX ROSENEMANN	UF PR	PARTIDO PL
----------------------------------	----------	---------------

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Porto Vitória, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO MAX ROSENEMANN	UF PR	PARTIDO PL
----------------------------------	----------	---------------

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Pinaíão, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO MAX ROSENEMANN	UF PR	PARTIDO PMDB
----------------------------------	----------	-----------------

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
-------------	------------

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES DE IMÓVEIS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZADOS NOVOS) PARA SEREM APLICADOS EM OBRAS DE IRRIGAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GUAPIRAMA, ESTADO DO PARANÁ.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES DE IMÓVEIS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZADOS NOVOS) PARA SEREM APLICADOS EM OBRAS DE IRRIGAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES DE IMÓVEIS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZADOS NOVOS) PARA SEREM APLICADOS EM OBRAS DE IRRIGAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GENERAL CERNEIRO, ESTADO DO PARANÁ.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES DE IMÓVEIS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZADOS NOVOS) PARA SEREM APLICADOS EM OBRAS DE IRRIGAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE JABOTI, ESTADO DO PARANÁ.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES DE IMÓVEIS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZADOS NOVOS) PARA SEREM APLICADOS EM OBRAS DE IRRIGAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÍ, ESTADO DO PARANÁ.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

08/11/89

ETIQUETA

066-0113-8

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Munhoz de Mello, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

ETIQUETA

066-0114-6

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Guapirama, estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

ETIQUETA

066-0115-4

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de General Carneiro, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

ETIQUETA

066-0116-2

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Jaboti, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

ETIQUETA

066-0117-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 66/89 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO MAX ROSENMANN

PR

PL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Ibiti, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

07/11/89

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENMAN		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Planalto, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENMAN		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Bocaiúva do Sul, estado Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENMAN		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Clevelandia, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENMAN		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Planalto, estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENMAN		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miséria humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR	
08/11/89	<i>[Assinatura]</i>

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENMAN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZS 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Uraí, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENMAN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZS 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENMAN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZS 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Tomazina, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENMAN	PR	P

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZS 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COO. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	------------------	--	--------------------

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENMAN	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZS 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana, em que são submetidos.

11/11/89  
DATA



INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Prudentópolis, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Campo Largo, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, conseqüentemente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miserabilidade humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MAX ROSENHANN	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENHANN	PR	PL

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Nova Fátima, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

CS, 11/89

*[Assinatura]*

ESTRUTURA	
066-0133-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN.
	PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO		
Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Mandirituba, Estado do Paraná.		

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

ESTRUTURA	
066-0134-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN.
	PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO		
Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.		

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

ESTRUTURA	
066-0135-9	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN.
	PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO		
Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.		

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

ESTRUTURA	
066-0136-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN.
	PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO		
Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Quatro Barras, Estado do Paraná.		

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

ESTRUTURA	
066-0137-5	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO PL 66/89 - CN.
	PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL MAX ROSENTHAL	PR	PL
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO		
Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.		

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana em que são submetidos.

PARLAMENTAR	DATA	ASSINATURA
	18/11/89	

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENTHAL		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Colombo, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENTHAL		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Castro, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENTHAL		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130661.247 - Desapropriações e indenizações de imóveis, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em obras de irrigação de pequenas propriedades rurais no Município de Morretes, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Irrigação em pequenas propriedades rurais, visa atender o desenvolvimento da agricultura e aumento da produtividade. Com isso estaremos assegurando uma melhoria na qualidade de vida, com o aumento de mão-de-obra e renda familiar. O fator principal é a fixação do homem no campo para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que se levantam diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, haja vista, a marginalização e miserabilidade humana que são submetidos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	

EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENTHAL		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Castro, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com o aumento da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miserabilidade humana.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 66/89 - CN		01 DE 01	


EMENDA

AUTOR		UF		PARTIDO	
DEPUTADO MAX ROSENTHAL		PR		PL	

Destaque-se do Projeto Atividade 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzados novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Altônia, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com o aumento da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miserabilidade humana.

PARLAMENTAR	
05/11/89	

INSTRUÇÕES NO VERSO		EDB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL 66/89 - CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAX ROSENTHAL	PR	PL

DESTAQUE-SE DO PROJETO ATIVIDADE 13210.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZ\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para serem aplicados em Projeto de eletrificação rural no Município de Antonio Olinto, Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Eletrificação Rural, assegura as comunidades rurais uma melhoria na qualidade de vida. Com isso, estaremos gerando oportunidades de aumento da mão-de-obra, com consequente da produção agrícola, e, o mais importante a fixação do homem no campo, para evitar o êxodo rural, causador das inúmeras favelas que são levantadas diariamente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, transformando-se em problemas sociais graves, quase incontroláveis, em função do número de pessoas que ficam marginalizados, exposta a miséria e à degradação humana.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
18/11/89	<i>[Assinatura]</i>

Publicado no DCN (Seção II) de 17- 11-89

## PROJETO DE LEI Nº 67, DE 1989 (CN)

### MENSAGEM Nº 200, DE 1989-CN (Nº 704/89, NA ORIGEM)

## EMENDAS

067-0001-2

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO EQUIVALDO MOTA	PB	PMDB

INCLUA-SE, ONDE COUBER:

RECURSOS NO VALOR DE NCZ\$ 80.000.000,00 ( oitenta milhões de cruzeiros novos), destinados ao incremento do turismo na região do Planalto da Borborema, em Campina Grande-PB.

FONTE DE RECURSOS: FINANCIAMENTO EM CARTEIRA C/ BANCOS DE DESENVOLVIMENTO.  
CODIGO: 31905.1165343.080

## JUSTIFICAÇÃO

O desenvolvimento do potencial turístico da região do Planalto da Borborema, vasta área polarizada pela cidade de Campina Grande, que reúne mais de cinquenta municípios, no es-

tado da Paraíba, depende da ação do Governo e de órgãos externos, para o incentivo e o incremento da atividade, na área.

O desenvolvimento do turismo nesta vasta região proporcionará grandes benefícios à população local e oferecerá atrações diversas aos visitantes, de outros centros

067-0002-1

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO DELTO BRAZ	GO	PMDB

18.102 - CONSTRUÇÃO DISTRITO INDUSTRIAL / LUZIANIA-GO  
VALOR - NCZ\$ 20.000.000,00 ( vinte milhões de cruzeiros novos)  
FONTE - 31.205.11105.752631 - OPERAÇÃO REDE NACIONAL DE METROLOGIA.

## JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o ritmo crescente e o alto índice de produtividade na cidade de Luziânia, sem que ali exista um local apropriado e definido para centralização de exposição, seleção, e aprimoramento de seus produtos agropecuários e industriais, torna-se necessário alocar recursos, de tal ordem a atender aos parâmetros de um governo atuante : programar para melhor distribuir.

Luziânia, já se destaca no cenário goiano como o celeiro de grãos, ( haja visto a industrialização da soja, em forma de óleo, com indústrias instaladas em Luziânia); com a seleção de sua pecuária, com a extração de minérios, dentre outras formas de economia.

Ao acima exposto, Luziânia reivindica não sem razão, a Construção do Distrito Industrial, atendendo assim ao desenvolvimento deste município e de regiões circunvizinhas.

067-0003-7

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO DELTO BRAZ	GO	PMDB

18.102 - CONSTRUÇÃO DISTRITO INDUSTRIAL DE PLANALTINA/GO  
VALOR - NCZ\$ 9.000.000,00 ( nove milhões de cruzeiros novos)  
FONTE - 31205.11105.752631 - OPERAÇÃO REDE NACIONAL DE METROLOGIA.

## JUSTIFICATIVA

Planaltina de Goiás, município que circunda do Distrito Federal, e que dele já faz parte pelo abastecimento de grãos, produtos pecuários, somente leite, necessita seja alocado recursos na ordem acima, a fim de propiciar a Construção do Distrito Industrial, atendendo assim uma reivindicação da classe produtora, no sentido de centralizar seus produtos, e não buscar em municípios vizinhos seu aprimoramento, seu armazenamento, suas técnicas.

Planaltina já com seus 30 anos de existência, prima pela qualidade de seus rebanhos, sua seleção de grãos, seu comércio em franca atividade, e que pela curta distância ( 06 kms ) que separa este município do Distrito Federal, pleiteia seja liberada verbas com o fim acima especificado, ampliando assim a visão no campo industrial no município, buscando com este novo dado a permanência de seus produtos no próprio município e o aprimoramento pela seleção, armazenamento e técnicas.

067-0004-7

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO DELIO BRAZ		GO	PMDB
TÍTULO/JUSTIFICATIVA			
18 102	- CONSTRUÇÃO DISTRITO INDUSTRIAL DE CRISTALINA - GO.		
VALOR	- NCZ\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzados novos)		
FONTE	- 31205.111037.52631 - OPERAÇÃO REDE NACIONAL DE METRO		
JUSTIFICATIVA			
<p>Cristalina, município goiano que desponta no cenário agrícola como grande produtora de grãos e pecuária, paralela a suas riquezas minerais, necessita para ampliar seu programa de atendimento às indústrias da Construção do Distrito Industrial, cujo suporte financeiro, de obrigação do Governo Federal, faz-se mister.</p> <p>A contribuição do município de Cristalina ao Distrito Federal é de grande porte, desde a distribuição de leite ao produto industrializado, pelo que por si só já se justifica a solicitação dos recursos acima, será ampliada pelos benefícios a outros empreendimentos de municípios vizinhos, numa só proposição - melhor centralização de recursos para melhor distribuir.</p>			

A área localiza-se a 3 Km do povoado Ribeira e deve ser preservada pois é um dos mananciais de abastecimento de água de Itabalana. Apresenta cachoeiras encrustadas em rochas cristalinas e piscinas naturais, relevo de aspecto montanhoso, com vales escarpados em forma de canyon.

O referido projeto recomenda o asfaltamento da estrada que liga Ribeira a BR-235/SE, aproximadamente 12 kms.

Assim estaria criada uma nova rota de turismo em Sergipe, interligando atrações, de beleza natural a atrações históricas, devido a proximidade da região com as cidades de Laranjeiras e São Cristóvão.

O programa previsto para o Parque da Ribeira inclui, numa área de 874.156,90 m<sup>2</sup>, estacionamento para 100 veículos, bar e restaurante, sanitários, posto de saúde, parque infantil, 02 quadras de esporte, área de camping para até 100 barracas, churrasqueiras, residência para administrador, arborização ornamental de 20.000,00 m<sup>2</sup>.

067-0007-1

AUTOR		UF	PARTIDO
Deputado VICTOR FONTANA		SC	PFL
TÍTULO/JUSTIFICATIVA			
<p>Destaque-se, PL 67/89-CN (Anexo III) da Atividade 3120411653632.625 - Promoção do Turismo no Brasil, a importância de NCZ\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados novos), para atender recuperação e urbanização de praias no município de Píçarras-SC.</p>			

067-0005-5

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO DELIO BRAZ		GO	PMDB
TÍTULO/JUSTIFICATIVA			
18 102	- CONSTRUÇÃO DISTRITO INDUSTRIAL SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO - GOIAS.		
VALOR	- NCZ\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzados novos)		
FONTE	- 31205.11103.752631 - OPERAÇÃO REDE NACIONAL DE METROLOGIA		
JUSTIFICATIVA			
<p>Santo Antônio do Descoberto, ontem cidade - dormitório, hoje é uma cidade com suas reais implantações: comércio, indústrias, escolas profissionais, agropecuária e grãos.</p> <p>A Construção do Distrito Industrial de Santo Antônio do Descoberto promoverá a centralização de sua produção, ensejando assim um incremento técnico - agrícola, desde a centralização de recursos até a seleção natural das técnicas de plantio, seleção, armazenamento, evitando assim que o produtor, o técnico, o industrial busque outros centros, para atender aos seus propósitos mercantis.</p> <p>A obra acima além de prioritária, será o marco inicial de um município que sempre lutou com seus próprios recursos e que a Construção deste Distrito garantirá a propriedade de suas ações no ramo industrial e agropecuário.</p>			

JUSTIFICATIVA

A administração do Município de Píçarras-SC, busca a solução dos problemas, na luta de melhoramentos e atenção ao turismo, tem como objetivo executar obras imprescindíveis à população turística nacional, uma vez que fatos conhecidos tem desmotivado a vinda ao Brasil dos estrangeiros.

067-0006-0

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO PAUL LAMIM		PI	PFL
TÍTULO/JUSTIFICATIVA			
<p>Destaque-se do Anexo II, código 31.204.11653.632.625 - Promoção de Turismo Interno, a importância de NCZ\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados novos), para Infra-Estrutura do Polo Turístico do Litoral do Piauí.</p>			
JUSTIFICATIVA			
<p>O Piauí é o segundo mais pobre estado da federação brasileira, não obstante dispor de razoável potencial de recursos naturais, que podem e devem ser aproveitados em benefício de seu povo.</p> <p>Nesse contexto se impõe a oportunidade de desenvolvimento da indústria do turismo, já reconhecida com altamente geradora de emprego e renda.</p> <p>Os recursos objetos desta proposta são imprescindíveis, à execução de facilidades de infra-estrutura do polo turístico, do litoral, como também constituirão meios eficazes de viabilização da implantação da ZPE (Zona de Processamento de Exportação) do Piauí.</p>			

067-0006-3

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSE QUEIROZ		SE	PFL
TÍTULO/JUSTIFICATIVA			
<p>Inclua-se onde couber no PL nº 67/89 - CN a importância de NCZ\$ 30.000.000 (Trinta milhões de cruzados novos) para implantação do Parque Turístico da Ribeira no município de Itabalana/SE.</p>			
<p>Fonte: Financiamentos em Carteira com Bancos de Desenvolvimento (Anexo IV).</p> <p>Valor: NCZ\$ 30.000.000 (Trinta milhões de cruzados novos).</p>			
JUSTIFICATIVA			
<p>A implantação do Parque da Ribeira, cujo projeto já foi desenvolvido em 1982 pela então Secretaria de Estado do Planejamento/SE, é proposta do Plano Diretor do município de Itabalana/SE.</p>			

067-0009-3

AUTOR		UF	PARTIDO
Deputado Federal Sérgio Spada		PR	PMDB
TÍTULO/JUSTIFICATIVA			
<p>TEXTO - Destaques-se a importância de NCZ\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzados novos) para ser aplicado na obra de construção do Foz de Entrada, no Município de Foz do Iguaçu (PR).</p>			
<p>FONTE - 31906.11650212.782 - Administração do Fundo Geral de Turismo (Empreendimentos Turísticos)</p>			

**JUSTIFICACAO** - Esta obra de grande importância turística para Foz do Iguaçu, trata-se de um empreendimento de médio porte, que servirá como local de informações turísticas e para demais atividades inerentes ao turismo local.

Foz do Iguaçu, é um dos maiores redutos turísticos deste País. Nele se pratica a essência do turismo quase onítrico e psicocêntrico, em função da infra-estrutura altamente montada para receber seus turistas de todos os rincões do mundo. Seus pontos turísticos, se concentram em dois alvos de contemplação (par, que são as Cataratas do Iguaçu (lado brasileiro e lado argentino) e Hidrelétrica de Itaipu Binacional, além do forte comércio argentino e paraguaio.

Foz do Iguaçu, possui hoje uma população fixa de aproximadamente 300.000 habitantes e uma flutuante de aproximadamente 2.000.000.

O turismo em Foz do Iguaçu, é atividade responsável por 80% da arrecadação econômica do município.

Por fim, o turismo em Foz do Iguaçu é uma atividade que tem gerado novas fontes de trabalho, haja vista, o leque de perspectiva de trabalho que a mesma oferece, não somente pela atividade em si, mas pela sua essência. Pois o turismo é um dos verdadeiros instrumentos de humanização pelo cultivo dos autênticos valores e tradições que herdamos da história, que quando bem orientado, contribui eficazmente na superação dos preconceitos entre os homens, reduz as distâncias entre os povos e facilita o recíproco conhecimento entre as Nações de culturas diversas, criando novas fontes de trabalho, enriquecendo a convivência humana e promovendo a solidariedade universal e a paz mundial. Tem como finalidade específica, transformar-se num poderoso e eficaz meio de conhecimento, cultivo e preservação dos valores e tradições que herdamos, restituindo a sensibilidade para o belo, favorecendo a formação pessoal da mente humana, elevando o espírito até a contemplação das criações artísticas e das maravilhas da natureza, humanizando o homem todo de seu ser pessoal, comunitário e universal.

Fazer turismo é abrir-se aos povos com suas histórias, culturas e civilizações, bem como, abrir-se a toda a criação e ao próprio Criador, descobrindo a mais bela dimensão do homem que é ser irmão da humanidade e senhor do universo.

067-0010-1

AUTOR	UF	PARTE
LUCIA VÂNIA	GO	PMDS

TÍTULO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se, onde couber, NO PL. 67/89 - CN, a importância de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos) para a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, para remodelação e equipamentos.

FONTE DE RECURSOS:

- 1) 31203.11630952.619 - Manutenção da Rede Armazenadora: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados novos).

- 2) 31205.11103752.631 - Operação da Rede Nacional de Metrologia: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados novos).

**JUSTIFICACAO**

Trata-se de alocar recursos para a Junta Comercial do Estado de Goiás-JUCEG, com a finalidade de se proceder à reforma de suas instalações e compra de equipamentos que a tornem condizente a desempenhar o importante papel que lhe cabe numa sociedade que passa por intenso crescimento e que tem no comércio um de seus grandes fatores de desenvolvimento.

067-0011-0

AUTOR	UF	PARTE
DEPUTADO ANTONIO FERREIRA	AL	PFL

TÍTULO/JUSTIFICATIVA

**TEXTO**

INCLUI-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO- FUNDO GERAL DE TURISMO o seguinte projeto: R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZADOS NOVOS) destinados a reforma e ampliação do teatro e das igrejas e pontos turísticos da cidade de Penedo- AL, em convênio com a prefeitura local.

FONTE: R\$ 1.000.000,00 (UM milhão de Cruzados Novos)  
31906.11653643.080 -

**JUSTIFICATIVA**

A Cidade de Penedo, Estado de Alagoas é um dos recantos turísticos mais antigos e um dos mais bonitos de Alagoas e do Brasil, infelizmente a falta de recursos municipais e estaduais está levando ao desmoronamento os principais pontos turísticos da cidade.

Criado em 12 de abril de 1636, Penedo é uma das três primeiras cidades de Alagoas, tem uma história rica e tradições que mantêm ao lado de seu magnífico conjunto arquitetônico holandês. Está localizada às margens do Rio São Francisco.

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

1 — ATA DA 176ª SESSÃO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

*Submetendo à deliberação do Senado Federal à escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

— Nº 290/89 (nº 765/89, na origem), referente a escolha do Sr. Lindolfo Leopoldo Collor, Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

— N<sup>os</sup> 291 a 293/89 (n<sup>os</sup> 768 a 770/89, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

— N<sup>os</sup> 294 a 296/89 (n<sup>os</sup> 772 a 774/89, na origem), de agradecimentos de comunicações.

**1.2.1 — Discurso do Expediente**  
**SENADOR JARBAS PASSARINHO —**  
Análise da eleição presidencial.

### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 36, de 1989 (n<sup>o</sup> 112/89, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Imperatriz Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Lei da Câmara n<sup>o</sup> 48, de 1989 (n<sup>o</sup> 2.014/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9<sup>a</sup> Região, cria a função de Corregedor Regional e cargos em comissão e de provimento efetivo no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9<sup>a</sup> Região, e dá outras providências. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 328, de 1989 — Complementar, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, que estabelece normas gerais aplicáveis ao Imposto sobre Transmissão Intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição — ITBI-IV. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 332, de 1989, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que revoga os arts. 51, 151 e 157 do Código Eleitoral, que determinam medidas sanitárias nos títulos eleitorais de portadores de hanseníase. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Lei do DF n<sup>o</sup> 72, de 1989, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que cria, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os cargos de natureza especial que menciona e dá outras providências. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Lei da Câmara n<sup>o</sup> 91, de 1986 (n<sup>o</sup> 1.894/83, na Casa de origem), que torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Resolução n<sup>o</sup> 74, de 1989, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal, que dispõe sobre a remuneração do Vice-Governador do Distrito Federal e dá

outras providências. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Resolução n<sup>o</sup> 75, de 1989, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 2.006.188 Bônus do Tesouro Nacional, junto à Caixa Econômica Federal. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Resolução n<sup>o</sup> 76, de 1989 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n<sup>o</sup> 274, de 1989), que autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 55.600.000,00 (cinquenta e cinco milhões e seiscentos mil dólares americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Resolução n<sup>o</sup> 77, de 1989 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n<sup>o</sup> 275, de 1989), que autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE a ultimar aditivo contratual à operação de crédito externo, firmada em 12 de outubro de 1978, junto a um consórcio de bancos franceses, com vistas a possibilitar a aquisição de equipamentos de origem francesa para a ampliação da Central Termoeletrica Presidente Médici, no Rio Grande do Sul. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Proposta de Emenda à Constituição n<sup>o</sup> 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6<sup>o</sup> do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Proposta de Emenda à Constituição n<sup>o</sup> 2, de 1989, de autoria do Senador Olavo Pires e outros Senhores Senadores, que modifica o § 3<sup>o</sup> do art. 4<sup>o</sup> do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Proposta de Emenda à Constituição n<sup>o</sup> 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Veto total apostado ao Projeto de Lei do DF n<sup>o</sup> 54, de 1989, que reestrutura a categoria funcional de Assistente Jurídico do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei n<sup>o</sup> 5.920, de 1973, fixa a sua retribuição, e dá outras providências. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 34, de 1989 (n<sup>o</sup> 73/89, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do convênio de cooperação para a realização de obras previstas no estudo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, e do seu protocolo anexo correspondente ao financiamento de obras para o ano de 1988, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 26 de abril de 1988. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 35, de 1989 (n<sup>o</sup> 74/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de cooperação econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 33, de 1989 (n<sup>o</sup> 64/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo que cria uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 39, de 1989 (n<sup>o</sup> 63/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, em 6 de julho de 1988. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

Proposta de Emenda à Constituição n<sup>o</sup> 4, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Peres, que acrescenta um § 6<sup>o</sup> ao art. 5<sup>o</sup> do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Apreciação adiada por falta de quorum.*

### 1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 362/89.

### 1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

### 2 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 156<sup>a</sup> Sessão, realizada em 19-10-89.

### 3 — MESA DIRETORA (Relação dos Membros)

### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos Membros)

### 5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES (Relação dos Membros)

# Ata da 176ª Sessão, em 16 de novembro de 1989

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

### Presidência do Sr. Nelson Carneiro.

ÀS 14 HORAS e 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Nelson Carneiro — Severo Gomes — Pompeu de Sousa.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— A lista de presença acusa o comparecimento de cinco Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### Mensagem

#### DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

#### MENSAGEM Nº 290, DE 1989 (Nº 765/89, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 52 (item IV) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Lindolfo Leopoldo Collor, Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia nos termos do artigo 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Lindolfo Leopoldo Collor, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 13 de novembro de 1989. — José Sarney.

#### INFORMAÇÃO

##### Curriculum Vitae

Embaixador Lindolfo Leopoldo Collor  
Porto Alegre/RS, 7 de junho de 1931.

Filho de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor

e

Hermínia de Souza e Silva Collor.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr.

"Master of Arts" (Política), Universidade de Nova Iorque.

Professor de Política Internacional no CPCD, Curso Especial ao IRBr, 1963.

À disposição da Presidência da República, 1971/73.

Curso de Altos Estudos Políticos e Estratégicos, ESG, 1986.

Consul de Terceira Classe, 10 de dezembro de 1954.

Segundo-Secretário, merecimento, 9 de junho de 1960.

Primeiro-Secretário, merecimento, 27 de julho de 1965.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 10 de novembro de 1975.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1956.

Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1963.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Planejamento Político, 1963.

Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, 1974.

Inspetor-Geral-Adjunto do Serviço Exterior, 1987.

México, Terceiro-Secretário, 1957/59.

Buenos Aires, Terceiro-Secretário, 1959/60.

Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1960.

Quito, Segundo-Secretário, 1960/62.

Quito, Encarregado de Negócios, 1961 e

1962.

Bangkok, Segundo Secretário, 1964/65.

Bangkok, Encarregado de Negócios, 1964.

Bangkok, Primeiro-Secretário, 1965.

Bonn, Primeiro-Secretário, 1965/67.

Bonn, Encarregado de Negócios, 1966.

Rabat, Primeiro-Secretário, 1966.

Moscou, Primeiro-Secretário, 1967/70.

Nova Iorque, ONU, Conselheiro, 1974/75.

Georgetown, Encarregado de Negócios,

1976.

Bogotá, Ministro-Conselheiro, 1976/78.

Bogotá, Encarregado de Negócios, 1978.

Chicago, Cônsul-Geral, 1978/80.

Dar-es-Salaam, Embaixador, 1981/85.

Dacar, Embaixador, 1988/89.

Comissão de Elaboração das Instruções para a Delegação do Brasil a XI Sessão da Assembleia Geral da ONU, Nova Iorque, 1956 (membro).

Missão Especial às solenidades da posse do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, 1958 (membro).

Seção Brasileira na Reunião da Comissão Mista Brasil-Equador, 1963 (membro).

À disposição da missão Especial da Polônia às solenidades da posse do Presidente da República, 1956.

Festival Internacional de Cinema, Mar del Plata, 1960 (representante).

Comissão de Exame do Financiamento à Exportação de Material Ferroviário para a Argentina, 1963 (representante do MRE).

Reunião da Junta Executiva, Fundo Internacional de Socorro à Infância, Bangkok, 1964 (representante).

Reunião da Comissão Mista Cultural Brasil-Bélgica, Bruxelas, 1974 (membro).

Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, Panamá, 1975 (membro).

Assembleia Preparatória da Federação Interamericana do Algodão, Bogotá, Colômbia, 1978 (chefe).

Medalha do Pacificador, Brasil.

Medalha Santos Dumont, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito do Equador.

O Embaixador Lindolfo Leopoldo Collor se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1989. — Sérgio Barbosa Serra — Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

#### MENSAGENS

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 291/89 (nº 768/89, na origem), de 13 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 53, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989, crédito suplementar no valor de NCz\$ 3.560.000,00 em favor do Ministério da Cultura, para os fins que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.877, de 13 de novembro de 1989).

Nº 292/89 (nº 769/89, na origem), de 13 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 57, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de NCz\$ 114.900.000,00, para os fins que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.878, de 13 de novembro de 1989).

Nº 293/89 (nº 770/79, na origem), de 13 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 70, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 4.323.085.596,00, para os fins que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.879, de 13 de novembro de 1989).

#### De agradecimento de comunicações:

Nº 294/89 (nº 772/89, na origem), de 14 do corrente, referente à aprovação das maté-



rias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 57 e 697, de 1987; 609, 613 a 625, 644 e 665, de 1989.

Nº 295/89 (nº 773/89, na origem), de 14 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 337, 494 e 505, de 1989.

Nº 296/89 (nº 774/89, na origem), de 14 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nºs 248 e 264, de 1989.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa)  
Há oradores inscritos.  
Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores; quando participei do movimento civico-militar de 1964, tive ocasião de testemunhar, por parte dos Presidentes que assumiram o Poder, que todos eles pretendiam restabelecer as eleições diretas para Governadores e para Presidente da República em curto prazo. Já se tornou aqui muito cediço citar Ortega Y Gasset, a velha frase de que "eu sou eu e a minha circunstância".

Lembro-me de que a última eleição indireta para Presidente da República, de acordo com a vontade do Presidente Castello Branco, era, precisamente, aquela que lhe sucedia no Poder. Depois, todos que vivemos aquele período soubemos que foi havendo mudanças da Constituição e foi-se protelando a eleição direta, quer para Governadores, quer para Presidente da República.

Quando se discutia se aquilo era uma ditadura ou era uma democracia, eu tive a oportunidade aqui — talvez aquilo fosse algum gesto de coragem — de dizer, desta tribuna, que nós não vivíamos num regime democrático pleno; vivíamos num regime autoritário, mas não num regime totalitário. Havia uma grande diferença entre os dois, e há.

Mas Maurice Duverger dizia que "democracia existe quando os governados elegem livremente os governantes e os partidos de oposição podem chegar ao poder". Note-se que beleza de síntese de uma definição. Porque é uma eleição direta em que os governados elegem os governantes e há pluralidade partidária, podendo os partidos de oposição chegar ao poder. No quadro que eu, como Líder, me cabia defender então, eu dizia que a nossa democracia estava limitada aos municípios, porque nos municípios os prefeitos sempre foram eleitos, mesmo no regime autoritário, em eleições livres e diretas.

Ontem, Sr. Presidente, fazia 29 anos que a sociedade brasileira estava de jejum em relação à possibilidade de escolher o seu governante pelo voto direto. É muito interessante, quer para os políticos, quer para os cientistas políticos e quer até para os sociólogos, fazer uma interpretação do que se deu ontem, e vai-se dar ainda daqui até dezembro, com relação aos destinos brasileiros ou os destinos dos brasileiros, a partir do momento em que nós tivemos essa quantidade enorme de parti-

dos e com os partidos estruturados por aqueles que, no meu entender, mais sofreram no dia de ontem.

Eu tenho hoje pelo Deputado Ulysses Guimarães um afeto sincero, e da parte dele sempre recebi uma demonstração de apreço. Até diria que ele tem saldo na nossa conta corrente, porque, quando Líder de Governo, eu fui, não digo obrigado, mas induzido a fazer discursos duros contra ele; discursos a que ele nunca respondeu, ou porque me julgasse insuficiente na altitude de quem devia receber a sua resposta, ou porque, como bom político, achava que no momento em que ele se tinha excedido, como, por exemplo, quando chamou ou fez uma comparação do Presidente Geisel com Idi Amin, e que ele não teria sido feliz.

Agora, o que me parece que é consenso, entre nós todos, é que é preciso uma modificação na legislação eleitoral para impedir aqueles que nós poderíamos chamar exatamente de mercadejadores de legendas. Essas legendas, colocadas em grande quantidade, mostraram alguma coisa que, talvez, nós pudéssemos ser apontados no estrangeiro como uma fórmula de desenvolvimento admirável, do ponto de vista da democracia representativa, tantos são os partidos.

Nós todos sabemos também que na Inglaterra os partidos são muitos, nos Estados Unidos da América os partidos são muitos, mas quando chega a hora da eleição, na verdade, eles se reúnem ou a um bipartidarismo ou a um tripartidarismo, de um modo geral.

O fato de nós termos hoje a televisão e o rádio franqueados para os políticos levarem as suas mensagens ao povo, talvez seja alguma coisa singular em todo o mundo democrático. Pode-se imaginar o que é que significaria, mesmo para os partidos que tiveram menos tempo a sua disposição, o custo, em dinheiro, daqueles programas.

Eu não sei se cometi um equívoco, Sr. Presidente, porque eu não assistia normalmente aos programas, pois achava que eu já conhecia suficientemente aqueles candidatos que tinham mais probabilidade de chegar ao segundo turno. Então, eu não gostaria de ver pessoas que eu sabia que sempre tiveram a extraordinária vocação de mando, de mandonismo, travestidas de grandes liberais, porque o *marketing* político as preparara para isso nos seus programas. Eu não gostaria de ver aqueles que foram sempre muito privatistas, privatistas até à *outrance*, abrindo uma linguagem simpática em relação até a determinadas teses socialistas, e o reverso. Mas eu errei não assistindo aos debates, em geral, porque nos debates, as perguntas, evidentemente, não sendo conhecidas e não havendo monólogo do apresentador, do candidato, é preciso recorrer-se não apenas à rapidez de raciocínio, mas também ao verdadeiro conhecimento que os candidatos têm da problemática brasileira.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Permite-me V. Exª um ligeiro aparte, nobre Senador Jarbas Passarinho?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Com muito prazer. V. Exª me honra, nobre Senador Pompeu de Sousa.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Até censuro-me pelo menos sinto-me frustrado —, mas vou curar minha frustração em não ter pedido licença a V. Exª um pouco antes para conceder-me este aparte, a fim de associar-me a V. Exª no apreço ao Deputado Ulysses Guimarães; apreço, admiração e amizade. Costumo dizer, e já dizia isso há bastante tempo — e o correligionário de S. Exª, o nobre Senador Severo Gomes, a meu lado, é testemunha disso —, que o Presidente do Partido de S. Exª ia ser vítima de uma injustiça histórica neste País, ia sofrer uma injustiça histórica, como uma verdadeira fatalidade, uma fatalidade de tragédia grega. S. Exª iria sofrer essa injustiça fatalmente — sentíamos isso, por uma série de circunstâncias que não vou discutir, mas esta é a verdade — e S. Exª a sofreu, realmente. Ao mesmo tempo, concordo inteiramente com V. Exª quanto ao problema da pulverização partidária que se criou, não a pulverização partidária de direito, mas a pulverização partidária de fato, que abre caminho para os homens carismáticos, e os carismáticos são muito perigosos. Tenho pelos carismáticos uma verdadeira rejeição fisiológica quase. É psicológica, claro, mas diria que é quase fisiológica, porque...

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Porque ela embrulha o estômago.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Exatamente. Lembro-me dos carismáticos no Estado Novo que criaram o populismo, que é a forma mais velha de trair o povo. O populismo é baseado no paternalismo que estabelece o filialismo, o dependentismo do povo. O povo é dependente e o poder é soberano. Eu queria, portanto, concordar com V. Exª também neste assunto. É preciso fortalecer os partidos. Na verdade, nobre Senador Jarbas Passarinho, enquanto não implantarmos o parlamentarismo neste País, não criaremos partidos. Costuma-se dizer que não é possível implantar o parlamentarismo no Brasil, porque não há partidos na verdade, não há partidos porque não há parlamentarismo, pois não há condições para se criarem partidos, porque, aqui, os partidos são criados ao sabor das circunstâncias, em função do poder todo poderoso, do poder de Estado, da conquista do poder de Estado. E o candidato do meu Partido, o nosso grande Companheiro Mário Covas, dizia quão é de notável sabedoria política e, ao mesmo tempo, atitude ética, que a disputa da Presidência da República, a disputa do poder não é um fim, mas um meio. Na verdade, neste País tem-se usado o poder como um fim em si mesmo, para a distribuição de graças e para pleito de graças, recebimento de graças e benefícios de toda ordem.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — E até para a apropriação indébita em causa própria.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Exatamente, nobre Senador Passarinho. Na verdade, se o

poder não estiver em permanente revisão perante o povo, perante os mandantes dos nossos mandatos, e mandatários não estiverem em permanente revisão, não haverá nem regime neste País, porque há essa ação entre amigos e inimigos: aqueles que servem ao Poder, e geralmente servem servilmente para se tornar beneficiários dele. Foi com estes três adjetivos — servidores, serviçais e beneficiários do poder — que entreguei documento ao nobre Deputado Ulysses Guimarães me desligando do PMDB; não do PMDB que construímos na luta, mas do PMDB resultante da invasão dos bárbaros, que vieram com a suposta conquista do Poder. Então, nobre Senador Passarinho, parece-me que a única solução mesmo não é dar um golpe agora, pois este Congresso não pode assumir uma atitude de aprovar uma emenda parlamentarista, porque não tem autoridade nem política, nem moral para isso, e seria um escândalo. Neste momento o Congresso tem a mesma composição do Congresso Constituinte que derrotou o parlamentarismo com argumentos que sabemos quais foram — mais uma vez a serviço do Poder todo-poderoso, sabem os disso.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Peço a V. Exª que exclua alguns sinceros presidencialistas, onde eu me incluo.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Claro, todos nós nos excluímos. Pelo menos nós, que aqui estamos, nos excluímos, seguramente, estou certo disso.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Porque não tornei a decisão para servir a nenhum mandante do Poder.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Exato, V. Exª está excluído disso.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Agora, hoje, já meio abalado.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — O que precisamos é fazer exatamente o que o meu Partido tem defendido e o meu candidato sempre defendeu: antecipar o plebiscito, para que o povo dê a última palavra, e aí, então, implantarmos, com um Congresso novo, revestido de autoridade política e moral, o sistema parlamentar de Governo, para que, aí, sim, se implante mesmo, de vez, a democracia neste País. Anteontem, ao ocupar aquela curul presidencial para, infelizmente não realizar sessão, porque não havia número, eu dizia que, no dia seguinte — ontem — ao mesmo tempo em que se celebrava o Centenário da República, iríamos reproclamar a república no dia seguinte. Estou convencido de que a reproclamamos. Entretanto, para que essa reproclamação seja para valer e para durar, é indispensável que implantemos neste País um sistema de governo em que o povo esteja realmente no governo. A única maneira é esta: implantar o parlamentarismo, antecipando o plebiscito.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Pompeu de Sousa, o aparte, que, de algum modo, leva-me a fazer considerações paralelas, mas gostaria

de fazê-las depois e insistir no tema central do meu discurso...

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Desculpe-me ter antecipado.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — ...Porque algumas considerações que já foram feitas na Constituinte não me pareceram definitivamente verdadeiras. A questão, por exemplo, de só poder haver partido político estável havendo parlamentarismo. Teremos, aqui, entre nós, vizinhos, no Cone Sul, exemplos de presidencialismo com partidos tradicionais, centenários. Temos, isto sim, no Brasil, sido um exemplo triste de partidos sazonais, de políticos heliotropistas, que não podem viver na sombra, têm que procurar o Sol. Fui, aqui, um Líder de 41 Srs. Senadores. O nobre Senador Nelson Carneiro era, então, Líder da Oposição em determinado momento, sabe disso. Transformada a Arena em PDS, baixamos para 37. Perdidas as eleições presidenciais, éramos 5. A obstinação do Sr. Paulo Maluf levou-nos a 2 — hoje somos 2. Então, esta questão poderá ser discutida com mais tempo. Apenas me anteciparia para dizer que concordo plenamente com a posição do nobre Senador Pompeu de Sousa, ao profligar uma tentativa de modificação no momento imediato do sistema político em que estamos vivendo, porque o Presidente da República que será eleito pode não ser da nossa confiança. Isso a mim não me parece justo.

Ainda ontem, via eu, a uma mesa quase redonda, quer dizer, um conjunto de 5 debatedores, onde figuravam o ilustre Senador Severo Gomes, Dr. Ives Gandra, o Ministro Roberto Cardoso Alves, o vereador Eduardo Suplicy, no momento — e essa matéria foi discutida. Lembro-me até de uma frase do Professor Gandra, em que ele dizia que era melhor ter — vejamos se consigo reproduzir — algo que desse a garantia de uma irresponsabilidade definitiva, que seria com o presidencialismo, por uma responsabilidade temporária que o parlamentarismo curaria no momento oportuno. Essa ideia calou-me profundamente. Mas queria salientar, antes do aparte que com muita honra devo conceder ao Senador Severo Gomes, que algo que me entristeceu foi verificar o desmoronamento dos partidos organizados.

O nobre Senador Pompeu de Sousa falou na injustiça que o Dr. Ulysses Guimarães recebeu — injustiça histórica —, eu subscrevo a opinião e sublinho-a, porque para mim, que fui combatido pelo MDB, depois pelo PMDB, durante todos estes anos, o herdeiro natural do Poder deveria ser o Partido que sustentou essa luta contra nós. Subitamente o que se verifica é que as pesquisas, que tanto foram comentadas aqui, nesta Casa, ora uns aceitando a ideia, desde que estivessem bem sucedidos, outros condenando-a, desde que estivessem mal sucedidos, elas acertaram no atacado. Quando elas falaram, por exemplo, que primeiro seria o jovem ex-Governador de Alagoas e o segundo ficaria numa disputa entre o engenheiro Leonel Brizola e o Deputado Luiz

Inácio Lula da Silva, a prova das umas está vindo em favor dessa observação dessa pesquisa feita quer pelo Gallup, quer pelo Ibope. A grata surpresa para mim foi o crescimento da candidatura do nosso Colega Senador Mário Covas. Eu ontem dei o meu voto consciente em favor dele, no meu Estado o dei publicamente, até porque acho que seria uma solução como eu antecipei, suficientemente boa para termos um homem na Presidência da República responsável, íntegro, que considero a primeira condição para o exercício da vida pública, para evitar que fortunas sejam feitas, como ainda há pouco o nobre Senador e Sousa percutia esse tema, repito, para que fortunas pessoais não sejam feitas através do momento em que alguém chega com poder de império no Erário, quer o federal, quer o estadual, quer o municipal.

Então, disse ainda mais: posso até ter a alegria de sentar na minha cadeira no Senado para fazer oposição ao Governo do Senador Mário Covas, porque tenho com S. Exª certas discordâncias de natureza doutrinária e não ideológica, já que S. Exª nunca foi um marxista e deixou isto muito claro, agora.

A nossa diferença seria o que parece apenas um mero jogo de palavras para as pessoas que não conhecem as doutrinas sociais contemporâneas. Seria entre a social-democracia, que S. Exª quer fazer, e a democracia social, pela qual eu me bato. Não é mero jogo de palavras.

Então, vejo um PFL desaparecer praticamente no decorrer destas eleições.

O nome do Dr. Aureliano Chaves não vi até agora no placar das apurações.

O nome do Dr. Ulysses Guimarães só vi quando se tratou da Bahia, em quarto lugar.

É claro que ainda são apurações preliminares, pode haver modificação, mas até já a metade dos votos — nas Capitais mais da metade dos votos já foram computados — chega-se a esta triste conclusão. E o PSDB parece chegar a uma vocação da antiga UDN, com um elitismo de políticos brilhantes, mas que não penetraram profundamente nas classes maiores em número, que são aquelas que definem, porque a política é pitagórica, depende do número. O número é que resolve, o maior número vence.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — A UDN teve, era democrata, da qual fui fundador, porém terminou. V. Exª também acompanhou-a.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Na qual eu votei pela primeira vez, para surpresa de V. Exª. Mas nesse tempo eu estava equivocado, ainda lia muito Harold Laski, estava equivocado com a possibilidade de se fazer realmente um tipo de regime daquela natureza. Votei em Hermes Lima; votei no Senador pelo Rio de Janeiro, que foi muito brilhante aqui, Hamilton Nogueira.

**O Sr. Pompeu de Sousa** (fora do microfone) — Este não era da Esquerda Democrática.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Mas fazia parte da UDN, ligado a esse grupo.

O que me gera alguma perplexidade, Sr. Presidente, é verificar o paradoxo: um candidato rico é votado nas classes pobres. Em Brasília, ganha na Ceilândia e perde no Lago Sul, da alta classe média, ou até da alta burguesia....

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Nobre Senador, o mais espantoso é que o argumento dos pobres é o de que ele já é muito rico e, por isso, não precisa e não vai roubar. É uma coisa espantosa em matéria de falta de consciência de classe, esse é o argumento. A minha empregada doméstica disse que onde ela mora é esse o argumento com que o "colorismo" ocupou toda aquela comunidade.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — E nem é original, porque com o Dr. Adhemar de Barros já se dizia isso. Essa é a sua expressão: ele já é suficientemente rico e não precisa roubar. Pelo menos não rouba do Erário. Essa me parece uma observação importante para nós, que vamos entrar no segundo turno. Temos candidatos, hoje, que pregam um regime parecido com o de Cuba, por exemplo, ou o da Nicarágua, altamente votados na alta burguesia e na classe média alta.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Com muita honra aceito o aparte do nobre Senador por São Paulo.

**O Sr. Severo Gomes** — Nobre Senador Jarbas Passarinho, temos muita matéria para reflexão. V. Exª fez referência à imperfeição que temos, na nossa vida eleitoral, com relação ao surgimento de partidos de maneira inadequada, ao uso do horário de televisão. Tudo isso está nas nossas mãos, refletir e corrigir para o futuro, mesmo que não tivéssemos essa inundação de pequenos partidos, creio que o resultado das eleições não seria muito diferente. V. Exª se recordou de uma data em que estávamos juntos, 1964. Naquela altura, o propósito do Presidente Castello Branco era que seu sucessor fosse eleito em eleições diretas. O ilustre Presidente Castello Branco tinha uma visão democrática dos acontecimentos, tinha consciência de que a ação militar haveria decorrido de uma ameaça da rutura das instituições, que tinha sido não uma revolução, mas uma contra-revolução.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — O que, aliás, consta da sua famosa Instrução do Estado-Maior, que assinou já perto do fim de março de 64. O objetivo era precisamente esse, o Presidente é que se distanciava do cumprimento constitucional.

**O Sr. Severo Gomes** — De qualquer maneira, as coisas não andaram dentro daquele horizonte pensado pelo Marechal Castello Branco, e tivemos um longo período de autoritarismo. Nesse período, assistimos a todos os candidatos a Presidente da República e a todos os Presidentes empossados reconhecerem as enormes desigualdades sociais e regionais do País, e fazerem propósitos de que no seu go-

verno se iniciaria uma grande mudança para correção dessas desigualdades. Ocorre que, por mais ilustrado que seja o Presidente, ele vai agir de acordo com as forças que compõem a sua base de sustentação. A correção das desigualdades não ocorre sem que haja um país organizado, uma sociedade civil organizada e que faça pressões para que ela se componha como forças políticas importantes, dentro da sociedade. Com isso, embora com o crescimento econômico em algumas épocas, sem paralelo no Mundo, o que menos justifica até o aumento das desigualdades, quer dizer, havia meios para a correção dessas desigualdades, porque a sociedade se estava enriquecendo. E isso não aconteceu pela falta de personagens fundamentais, que são aqueles que estão no lugar mais baixo da sociedade, com menos rendimentos, e a sua incapacidade de se mobilizar politicamente. E tudo isso engendrou uma enorme insatisfação, mesmo porque, em todos os momentos, há sempre um argumento de racionalidade. Sabemos que todas as decisões políticas beneficiam uma classe ou prejudicam outra, beneficiam uma região do País em detrimento de outra, aumentam o nível de soberania ou reduzem o espaço das decisões nacionais. Portanto, elas não são técnicas, são políticas. É da natureza do fato político que realmente, na as decisões, haja uma força política. Como ainda não havia, representando a grande maioria da população, a racionalidade dos que detinham o poder ou conseguiam até ter influência externa, manteve-se e alargou-se a base da desigualdade. Lembro-me que, em 1º de maio de 1974, quando se discutiu o salário mínimo, o custo da alimentação na Guanabara havia subido 45% e todos tinham consciência de que os dados não eram corretos para medir a inflação. No entanto, houve um debate célebre, porque, de acordo com a inflação, a correção do salário mínimo seria de apenas 18%. Todos sabemos qual é a porcentagem do salário mínimo que vai para a alimentação. Assim, se o custo da alimentação na Guanabara havia subido 45%, realmente aquele aumento do salário mínimo era muito menor do que o necessário para manter já uma situação de extrema dificuldade. O Professor Mário Henrique Simonsen reconhecia que realmente era muito pouco e resolveu adicionar 3% de produtividade e recomendou ao Ministro do Trabalho fosse à televisão para dizer que pela primeira vez se incluía a produtividade no salário mínimo. Ponderei com ele dizendo que todos tinham consciência de que aquele salário mínimo não repunha os valores, que, se o Poder da República decidisse assim, muito bem, mas que não fizesse o Ministro Arnaldo Prieto fazer papel de bobo na televisão. Lembro-me que fui procurar o Dr. Bulhões, que sempre teve uma grande autoridade neste País — naquele tempo ele era Presidente do Banco da Guanabara —, porque tinha sido seu companheiro no primeiro Governo, de Castello Branco, e sempre nutri por ele uma grande amizade, uma grande admiração. Recordei-lhe o que ele falava no Governo Castello Branco. Era preciso estabelecer uma

disciplina salarial, que, num primeiro momento, seria um sacrifício indispensável, mas que, depois, tudo andaria no melhor dos mundos e os salários iriam recuperar o seu valor. Então, ponderei ao Dr. Bulhões, para ver se encontrava um aliado nessa luta contra o achatamento do salário mínimo, lembrando o que ele dizia. E eu disse: "Dr. Bulhões, quantos anos se passaram e agora continuamos com a mesma prática". Ele me olhou com um olhar muito triste e disse: "É, mas tem que ser assim mesmo!" — "Por que?" — "Porque a lógica dele manda fazer assim". É impossível se pensar amanhã em governar um País com uma lógica que não estabeleça outros tipos de sacrifícios e outros modos de ação dentro da economia para estabelecer um processo em que o sacrifício não esteja permanentemente caindo sobre os ombros dos assalariados. Estamos, hoje, com uma votação de protesto, de direita e de esquerda, e também os oportunistas que fazem surf nas ondas do protesto. Mas um protesto que vem, de um lado e de outro, até de um populismo de direita ou de esquerda, explorando o quê? Um longo período em que a grande massa da população foi perdendo as suas condições de habitação, de educação, de saneamento e de tudo o mais, como todos sabemos. Então, esse protesto ocorreu. Pelo menos devemos ter a grande alegria de saber que em muitos Estados o comparecimento às urnas foi de 97, 98%. Quer dizer, houve uma enorme vontade de participação. Essa massa de eleitores que protestou, de certa maneira, começa a ter uma vida política, está atenta ao que acontece, às decisões governamentais. O que nos dá fundamentalmente tranquilidade é que temos, hoje, nova em folha, uma Constituição legítima, que foi votada. Todos, governantes e governados, têm que ser servos da lei, com mais razão o governante, para ter autoridade, para que a lei seja cumprida. Termino lembrando que a figura mais importante e responsável pelo fato de termos hoje essa grande salvaguarda nacional, que é uma lei legítima votada pelos representantes do povo, é o Dr. Ulysses Guimarães, que sofreu, como lembrou o meu caro Colega Senador Pompeu de Sousa, uma grande injustiça nas eleições que acabamos de passar.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Severo Gomes. Eu não gostaria que nós três, presentes aqui, presididos pelo nobre Senador Nelson Carneiro, fizessemos hoje o réquiem da vida política do Dr. Ulysses Guimarães. Até porque Churchill dizia muito bem que uma das poucas atividades em que o homem pode morrer e renascer várias vezes é na política. Ele pode morrer e renascer várias vezes. Quantas vezes ouvi dizer em relação a uma liderança regional ou nacional: "Bom, agora está acabando". Daí a três ou quatro anos, a diferença se mostrava.

Um exemplo é o engenheiro Brizola. Ele tem a sina de ganhar eleições nos seus Estados e, em seguida, perder as eleições para os sucessores que ele defende. E, depois, talvez haja governantes que justifiquem mais ainda

a figura do engenheiro Brizola pelo malogro que marca as suas administrações, ele renasce. E hoje vemos que ele tem duas áreas da maior importância no País que lhe são inteiramente reserva de caça: o Rio de Janeiro, que o nosso ilustre Presidente representa com tanto brilho há tanto tempo, e o Rio Grande do Sul, onde eu atribuo que há também uma parcela grande de bairrismo funcionando.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Com prazer.

**O Sr. Severo Gomes** — V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu não pertencço ao PDT, que sou um eleitor do Ulysses Guimarães. Uma das virtudes que se atribui ao voto é que, se ele for dado errado, pode ser corrigido no futuro. Quer dizer, se eu errar escolhendo um mau candidato, se ele tomar posse, se ele governar, se ele fizer um mau governo, não será mais eleito. Ocorre que o engenheiro Leonel Brizola tem o peso maior da sua votação nos dois Estados em que ele governou. No Rio Grande do Sul, ele está com sessenta e tantos por cento dos votos. No Rio de Janeiro, também, é um peso enorme. Isto poderia servir para se investigar se realmente a grande massa da população não recebeu do governante naquela época um tratamento mais adequado, lembrando que, no futuro que se seguiu a esse governo do engenheiro Leonel Brizola, o povo foi afastado da participação nas decisões. Então, quem acredita na democracia há de sempre imaginar que, se um povo volta a votar, e volta a votar com muito mais peso no seu ex-governante, é que algum mérito ele deve ter tido para a grande massa desses eleitores.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Eu também não sou, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, partidário do Sr. Leonel Brizola. E não concordaria totalmente com a insinuação que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer, porque eu não acho que ele possa representar, em termos regionais, o que Gandhi representou na Índia, ou a Sr<sup>a</sup> Indira Gandhi, porque, esta sim, derrotada, quando colocou o problema da restrição para a natalidade, não era controle, era restrição completa, mais do que controle, ela foi mal recebida, perdeu as eleições e depois se elegeu com grande margem.

Winston Churchill é o exemplo clássico de um homem que tinha salvo a Inglaterra e, em grande parte, o Mundo Ocidental, da mancha nefanda do nazismo e, no entanto, perde as eleições, mas, em seguida, também ganha as eleições.

No caso do engenheiro Brizola, eu debito mais aos Governos que sucederam a ele, extamente pelo mau desempenho desses governos.

Já tive oportunidade de discutir aqui, Senador Severo Gomes, o que é o CIEP. Passei 4 anos, 3 meses e 15 dias numa administração da educação no Brasil. Ora, uma das primeiras coisas que vi, que tanto me doeu não ter podido resolver, foi não apenas o problema do analfabetismo, com o malogro do Mobral, que

se deu posteriormente, como, também, não ter dado a igualdade de oportunidade para todos na universalização da oferta de ensino.

Os CIEPs não chegaram a 18% do alunado beneficiado e tiveram várias localizações meramente para efeito pictórico, para chamar a atenção do passante e, conseqüentemente, aquilo gerar um efeito eleitoral.

Então, isso me parece que distingue um pouco, embora não destrua a tese que V. Ex<sup>a</sup> levantou, porque ela é uma tese perfeitamente aceitável e até, se eu não estou sendo exagerado a meu respeito, V. Ex<sup>a</sup> acompanhou o meu raciocínio quando citei Churchill, as pessoas que podem morrer e renascer em política várias vezes.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> ainda outro aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Severo Gomes** — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> fez uma observação que pode ser até explicativa de que não estaria tanto nos méritos do engenheiro Leonel Brizola, mas nos defeitos dos outros Governadores. Ponderaria a V. Ex<sup>a</sup> que isto é a política, a comparação entre os diferentes candidatos que se apresentam para a votação.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Neste ponto, concordo plenamente. Por mais que ele não tivesse os méritos que nós pudéssemos atribuir-lhe numa volta exageradamente favorecida, deve haver algum mérito para que, na comparação, ele ainda seja considerado o melhor — isto é fora de dúvida.

Quanto ao salário mínimo, Sr. Presidente, eu tive a oportunidade, aqui, quando Líder, de discutir com o nobre Senador Franco Montoro, naquela altura. O Dieese ainda era muito pouco conhecido, e eu tinha travado conhecimento com o Dieese quando Ministro do Trabalho do Presidente Costa e Silva. Era ainda embrionário, mas já mostrava certa competência naquilo que lhe cabe fazer. E lembro-me bem de ter surpreendido o Senador Franco Montoro, quando ele falava tanto contra o salário mínimo — e a colocação do nobre Senador Severo Gomes é verdadeira, o salário mínimo é cada vez menor em termos de capacidade aquisitiva. Mas eu surpreendi, repito, o Senador Franco Montoro, quando mostrei a ele do próprio Dieese, num projeto de iniciativa do nosso Senador de Pernambuco Marcos Freire, onde, na justificativa, ele juntava a comprovação do Dieese: o pico, o ponto apical do valor do salário mínimo foi no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1959. De lá para cá, até 1964 e depois de 1964, foi uma curva declinante, Sr. Presidente, passou por todos esses Governos declinando, e chegamos até onde chegamos.

Agora, o IBGE acaba de produzir os resultados. Eu comprei o almanaque, estou lendo pouco a pouco e é interessantíssimo, nenhum de nós, políticos, pode deixar de compulsar esse documento.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Nelson Carneiro, vejam Srs. Senadores, agravou-se a concentração de renda no período da Nova República, com toda a retórica voltada para o povo, para a ação social; agravou-se, está lá provado isto. E João Paulo dos Reis Velloso pode se contrapor, em parte, à tese do Senador Severo Gomes, quando ele mostrava que, quando nós crescíamos realmente acima da média mundial e tínhamos apenas o mérito de buscar, dentro de uma economia próspera mundial, bons resultados para o Brasil, esse foi o nosso mérito, enquanto, no Governo João Goulart, o Mundo era próspero e o País crescia para baixo. Então, esse mérito aconteceu, em grande parte, diz João Paulo dos Reis Velloso, com um efeito negativo e até perverso, porque ingressaram, justamente pelo mérito da política econômica que o Governo exercia, ingressaram, repito, no quadro dos salários monetários, aquelas classes que eram marginalizadas. Por exemplo, lá no Marajó — eu acho que o Senador Severo Gomes conheceu o meu Estado, talvez conheça o Marajó também —, o peão não tinha salário monetário. Ele ganhava o quê? Uma parte dos porcos que nasciam, ou uma parte bem menor dos bezerros que nasciam, e tinha o direito de fazer agricultura de subsistência em torno da casa, no terreno que o dono da fazenda lhe permitia possuir. Ora, a partir do momento em que a legislação obrigou — e já veio com Fernando Ferrari essa legislação — a fazer o salário monetário, essa base foi aumentada por todos aqueles que entravam pela base, e não pelo médio, nem pelo topo. Conseqüentemente, se alargava a faixa inferior, que detinha a menor parcela da riqueza nacional. É uma tese fascinante para discutir, em economia; agora, o fato real é que havia política salarial para as categorias organizadas — eu sofri isso na pele como Ministro do Trabalho — e não havia política para salário mínimo. Nisso aí, estou de pleníssimo acordo com o Senador Severo Gomes. Devo até fazer uma referência, aqui, que me parece de inteira justiça: era Ministro das Relações Exteriores o nosso saudoso Companheiro — saudoso das bancadas, pois está fora das atividades de bancada, mas vivo ainda, graças a Deus — o Senador Magalhães Pinto, e uma vez me falou: "Olha, você é o Ministro do Trabalho e da Previdência Social, você tem inclinação social, brigue para aumentar o salário mínimo". — Ele me dizia: "É preciso auriu mínimo." E quando eu falava com a área tecnocrática do Governo — que o Senador Severo Gomes deve ter conhecido bem, também, *interna corporis* —, eles diziam: "Não podemos" — a mesma expressão de Bulhões, o respeitável Professor Bulhões, entre outros — "Não, o salário mínimo é uma faca de dois gumes, se nós aumentamos o salário mínimo, vamos aumentar o desemprego". Não sei se lhe diziam isso naquela época! Está assentindo com a cabeça o Senador Severo Gomes. Essa era a tese que o Ministro do Trabalho tinha que enfrentar — o perigo de aumentar o valor do salário mínimo, levando à inadimplência pequenas e médias empresas. As empresas de benemerência social, es-

sas eu sei, realmente — até pela casa que minha mulher fundou aqui, em Brasília, que é a “Casa do Pequeno Polegar” — cada vez que há um aumento do salário mínimo, a “Casa do Pequeno Polegar” se vê na contingência de ou dispensar pessoas ou, então, pedir recursos fora, porque ela não pode realmente pagar: mas levar isso em consideração às empresas industriais, às empresas organizadas, isso aí me parece que, de fato, foi um equívoco muito grande que, durante muito tempo, tomou conta do país.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Fico muito honrado com a presença de V. Ex<sup>a</sup> no meu discurso.

**O Sr. Severo Gomes** — Esse argumento, nobre Senador, é muito brasileiro, porque a história de todas as grandes nações industrializadas, das grandes democracias industrializadas, é que os ganhos salariais permitiram a expansão do mercado, portanto, a expansão industrial. O nosso vício é antigo; é o vício de termos um passado de país exportador de produtos agrícolas. Então, para um fazendeiro de café, quanto menor o salário, melhor o lucro, porque quem bebia café estava na França, nos Estados Unidos Unidos; então, a lógica era perfeita para esse empresário — não aumentamos o salário por quê? Porque não há qualquer necessidade. O nosso mercado de café, de algodão, de açúcar está lá fora. E como uma grande parte dos nossos primeiros industriais vieram do campo — o interior de São Paulo e de Minas Gerais está cheio de pequenas indústrias que surgiram por iniciativa de fazendeiros de café —, não é à toa que temos cidades como Recife, Juiz de Fora e São Paulo, do início da industrialização, porque eram as que realizavam grandes saldos na exportação. Mas esse empresário que vinha do campo não era o burguês de uma revolução burguesa; ele vinha de uma história de domínio autoritário da sociedade; ele não sabia, não entendia os conflitos da sociedade urbana, os conflitos da sociedade urbana que eram os conflitos de classe, porque onde há sociedade de classes há antagonismo. E esses conflitos levaram as grandes democracias industrializadas ao progresso. Ao passo que, aqui, o que fez esse empresário que vinha do campo, acostumado ao domínio autoritário, desde o antigo regime servil até à continuidade desse mesmo regime?

Era não admitir a organização e a mobilização, como se aquilo fosse um quartel onde os soldados não podem reunir-se para fazer manifestação coletiva, porque, se fosse assim, não haveria exército e a guerra estaria perdida. Mas a sociedade vive disso. Então, essa história antiga de recusar, de lutar contra o salário vem da tradição de um empresárioado que, primeiro, queria a manutenção do regime autoritário, e, segundo, entendia que qualquer aumento salarial reduzia seus lucros. E era verdade, porque o consumidor estava lá fora; o mercado se expandia independentemente do nível de vida dos trabalhadores dentro do

Brasil. E essa era uma história da nossa sociedade, carregada de arcaísmos, na qual, felizmente, hoje, sentimos até mudanças. No ano passado, vimos a Fiesp, um dos órgãos mais conservadores do País, começar a discutir a necessidade de uma política salarial que não achatasse tanto o salário. Por quê? Porque não conseguiam mais vender sapatos, tecidos, meias ou picolés.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Sr. Presidente, sinto-me fascinado pelo tema e tenderia, naturalmente, a fazer considerações ainda a respeito da colocação do Senador Severo Gomes. Não para discordar dela totalmente, mas para pinçar, no conjunto do que S. Ex<sup>a</sup> disse, uma expressão que me parece contaminada de marxismo, com a qual não concordaria. Quando S. Ex<sup>a</sup> diz: “Onde houver sociedade de classes, haverá, automaticamente, a exploração de uma pela outra.”

**O Sr. Severo Gomes** — Há antagonismos.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Mesmo assim. Mesmo que V. Ex<sup>a</sup> alivie o texto, ainda assim, gostaria de dizer que entrei para a vida pública, Senador Severo Gomes, inteiramente cativo da doutrina do solidarismo cristão. Vinha o Padre Lebre, vinha daquela figura extraordinária de Leão XIII, com a *Rerum Novarum*. E vinha ainda, pouco antes de começar a fazer política, da figura santa de João XXIII, com a *Mater et Magistra*. Então, a partir do momento em que se diz que há exploração de uma sobre a outra, parte-se do princípio, admite-se o princípio marxista de que não há salário justo. E isso é uma verdade no capitalismo selvagem.

Mas veja a imensa distância que há entre os fatos históricos citados pelo nobre e brilhante Senador pelo Estado de São Paulo e os dias que vivemos hoje! A Constituição brasileira, só em 1946, admitiu o direito de greve, a um direito em ser, porque não foi regulamentado senão em 64, por uma lei de iniciativa, creio que do Governo, mas relatada pelo Deputado Ulysses Guimarães. Eu dizia isso, e muitas vezes pensava-se que queria incriminá-lo. Não, queria era mostrar que S. Ex<sup>a</sup> tinha prestado um serviço, porque entre 46 e 64 jamais se regulamentara a lei. Agora, entre 64 e 89, havia uma diferença muito grande e a lei precisava ser modificada.

Ora, o patronato brasileiro daquela época, como o patronato em geral, admitia que o sindicato era um órgão de subversão violenta e que não deveria existir. Quando sonhava com a existência de um sindicato, considerava o sonho um pesadelo; aí, tinha que acordar para tomar tranquilizante, não aceitava a idéia.

Quando cheguei ao Governo Costa e Silva, Sr. Presidente, e tive a audácia de, baseado exatamente em Padre Lebre, João XXIII, até em Paulo VI — que também há havia editado a sua Encíclica *Populorum Progressio* — falar em participação, pelos empregados, nos lucros das empresas, e tive a audácia de fazer o que, depois, coloquei no Programa do meu Partido, aprovado pelo meu Partido, que era

uma participação na gestão. Ganhei 18 editoriais de um famoso matutino carioca e outro editorial de um outro famoso matutino carioca, este último chamando o programa do PDS de marxista, e ganhei no outro a citação como o homem que estava demolindo a política que o Presidente Castello Branco havia deixado no campo salarial.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, como as coisas se modificam. Hoje, é diferente; hoje, até vejo, estarrecido, é o excesso. Por exemplo, no meu Estado — venho de lá hoje — os soldados da Polícia Militar fizeram greve. No Pará, usamos o verbo “grevar” — é um neologismo. Aqui, acham que não existe o verbo, mas um dia ele será dicionarizado. Então, vi essa gente “grelando”, portanto. Soldados a Polícia pedindo um reajuste de 500% nos seus soldos. Realmente eles ganham mal, mas o fato que gera perplexidade, para mim, é o soldado da Polícia Militar poder fazer isso exatamente no momento em que se ia fazer eleição, para que não houvesse policiamento nas seções eleitorais.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Isso é fantástico! Isso me parece só comparado com a Inglaterra que, infelizmente, o Governador do meu Estado classificou, ontem, de país decadente, que está, segundo a sua linguagem, “caído pelas tabelas”, uma coisa assim, não sei bem que é isso.

Então, isso só vejo na Inglaterra, e estamos dando esse salto, e a natureza não faz saltos.

Vejo que o nobre Senador de São Paulo, quer apartear, mais uma vez, e também o Senador Pompeu de Sousa.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Volto a lhe pedir aparte.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — V. Ex<sup>a</sup> teria precedência, pelo tempo.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Eu cederia essa precedência ao nobre Senador Severo Gomes, de vez que S. Ex<sup>a</sup> quer tratar sobre este momento e o meu aparte será um pouquinho mais abrangente, porque vem de um momento anterior.

**O Sr. Severo Gomes** — Nobre Senador, S. Ex<sup>a</sup> disse que um dos meus conceitos era marxista, digamos.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Eu pincei, mas nós também fazemos, Senador. Quando falo em infra-estrutura, cedo a Marx quando falo em superestrutura, cedo a Marx. As expressões foram dele. Quando falo em práxis, estou usando também palavras que eram do dicionário de Marx. Não classificaria nunca V. Ex<sup>a</sup> de marxista, porque não o identifiquei como tal.

**O Sr. Severo Gomes** — Sim, mas o conceito seria marxista. Toda sociedade moderna é cheia de antagonismos; o nosso País, se formos analisar os antagonismos deste País. E diria mais: uma parcela importante do marxismo foi incorporada pelo capitalismo. Na

verdade, a única ideologia que se aproveitou, real e profundamente, dos ensinamentos de Marx, foi o capitalismo. E quando V. Ex.<sup>a</sup> coloca o Padre Lebrez muito distante do marxismo, penso que ele utilizou o ferramental marxista profundamente.

Lembro-me de que trabalhei com Padre Lebrez, e lembro-me de que passei um mês com S. Rev.<sup>ma</sup> no convento de Aprle, perto de Lyon, no momento crucial da sua vida. Porque o Papa tinha condenado os padres operários, com os quais S. Rev.<sup>ma</sup> tinha uma ligação bastante grande. S. Rev.<sup>ma</sup> estava temeroso de receber a condenação. Dois dias depois da minha chegada, S. Rev.<sup>ma</sup> recebeu uma carta do Monsenhor Montini, que era o Secretário de Estado, depois futuro Papa, falando da aprovação de Sua Santidade ao Movimento de Economia e Humanismo. Então, o Padre Lebrez, que era um fumante perverso — fumava Gauloises, e acendia um cigarro no outro...

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — E não continua com isso, não é, Senador Lourival Baptista?

**O Sr. Severo Gomes** — Entretanto, como continuo fumante, faço sempre essas referências, porque o grupo de fanáticos nos cercam. No entanto, S. Rev.<sup>ma</sup> me chamou, à noite, trouxe uma garrafinha de Armagnac, e fomos comemorar. Quero lembrar que bebemos a garrafinha — não era uma garrafa grande —, tão feliz estava o Padre Lebrez de ter tido uma visão correta, por parte do Vaticano, do que significava seu trabalho. Lembro-me, também, para mostrar como o diálogo da chamada filosofia dialética estava presente em tudo, como falava o Padre Lebrez —, de que um dos mais ilustres discípulos de S. Rev.<sup>ma</sup>, o Padre Desroche tem um livro conhecido — *Le Marxisme c'est un Humanisme*. Entretanto, dando uma volta ainda para trás, gostaria de lembrar que esses industriais ou empresários, que tinham verdadeiro pavor da greve, porque não entendiam o conflito da sociedade, não entendiam esse antagonismo fundamental, cometeram o erro básico: apelaram para o Estado; quer dizer, eles viviam no tempo em que Washington Luís dizia que "a questão social era uma questão de polícia". Então, eles chamaram a polícia. Chamaram o Estado para isso e para tudo mais. Ficaram, dentro da máquina do Estado, prisioneiros deste, vítimas e, ao mesmo tempo, beneficiários, pelo menos aqueles que conseguiram alcançar as "tetras" do Governo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Nobre Senador, vamos ampliar nosso debate. V. Ex.<sup>a</sup> leva uma extraordinária vantagem de ter sido colega e companheiro do Padre Lebrez; levo a desvantagem de ter lido os livros dele. Talvez por isso, entre nós dois, possa haver essa ou aquela variante, mas, jamais, uma oposição ao pensamento do Padre Lebrez.

V. Ex.<sup>a</sup> deve estar perfeitamente a par do que foi o manifesto que Lebrez lançou ao mundo, e que devorei, li, reli e anotei. E, em nenhum momento, o Padre Lebrez faz a defesa ou identificação de Marx com Cristo. Desro-

che, que V. Ex.<sup>a</sup> salientou, foi partidário da política da *main tendue*, aquela que foi servida ou serviu ao Secretário-Geral do Partido Comunista Francês para fazer a tentativa de chamar, para o rebanho marxista, os católicos que, até então, tinham uma atitude — até os Papas anteriores, sobretudo aqueles que deram, como a Encíclica *Divina Redentoris*, por exemplo —, então, uma completa não identificação ou um completo antagonismo entre Marx e a doutrina católica, sobretudo.

O Padre Fernando Bastos d'Ávila que, exatamente, seria no Brasil, eu diria, o epígono do Padre Lebrez, escreveu um livro, no início dos anos 60. Esse livro era *Capitalismo, Socialismo e Neocapitalismo*, no qual havia frases claríssimas em que dizia, por exemplo, que não podia admitir a expressão "socialismo cristão" porque ousava que as duas palavras eram definitivamente antagônicas; enquanto cristão, não podia ser socialista, e enquanto socialista, não podia ser cristão, porque o socialismo que, na ocasião — reconheça-se isto — era caracterizado pela presença da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus satélites na Europa Oriental, esse socialismo era caracterizado pelo regime comunista. Mais tarde, o Padre Fernando Bastos d'Ávila mudou essa posição — já para os anos 70, em diante, ele mudou essa posição —, porque, aí, começou a fazer a distinção, que nós fazemos, entre o socialismo tirânico, o socialismo que Camus classificou, genialmente, de socialismo concentracionário, quer dizer, de campo de concentração, do socialismo de liberdade. A presença de Desroche foi muito importante na França, faz mais de 60 anos hoje, e a experiência dos padres-operários levou o Vaticano a eliminá-la — V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso melhor do que eu. O que aconteceu? Enquanto o Humanismo que Lebrez pregava, que vinha de Maritain, também na mesma linha, esse Humanismo procurava trazer o operário para uma linha de valorização e promoção humanas contra o capitalismo liberal, mas não deixar que ele caísse no regime não apenas ateu, mas antiteísta, negador completamente de Deus, deu-se o contrário: os padres-operários passaram a ser, em grande parte, absorvidos, cooptados pelo movimento sindical francês. E é essa, então, a grande diferença, e eu não sabia do terreno perigoso em que estava pisando, quando citei o fato para um conhecedor tão profundo da matéria, como é o Senador por São Paulo.

Mas S. Ex.<sup>a</sup> fez com que meu computador funcionasse e eu me lembrasse exatamente dessas passagens.

A caracterização que eu dizia, que tirava da expressão marxista desse conflito, é porque o solidarismo cristão colocado — e faço gesto —, em vez de serem as classes antagônicas, o patrão e o empregado, a partir do momento em que houvesse a participação no lucro, a partir do momento em que o lucro fosse meio e não fim — e ainda há pouco o Senador Pompeu de Sousa se referiu também a isto, quanto ao poder —, enquanto fosse meio e não fim, repito, enquanto o objetivo fundamental da empresa fosse prestar serviços pú-

blicos e não a maximização do lucro, esse antagonismo, Sr. Presidente, se transformaria num paralelismo de ações.

E esse paralelismo de ações era o quê? Era empregado e patrão com a mesma consciência de fazer uma empresa próspera, em que retornassem a eles equitativamente, e, se não equitativamente, proporcionalmente, na medida do possível, os benefícios conquistados.

Então, essa foi a forma pela qual eu deixei minha vida militar para ingressar numa vida política, acreditando na possibilidade de que é um falso dilema a questão da sociedade de classes.

E a prova nós temos agora, quem diria!

Estava dizendo aqui, numa sexta-feira passada, que somos testemunhas privilegiadas do que se está passando no Mundo, Sr. Presidente!

Essa queda do "Muro de Berlim", essa modificação da Hungria, essa modificação da Polônia, os países que viviam na suposta sociedade sem classes, onde não haveria exploração do homem pelo homem, porque não haveria classes antagônicas, haveria uma só, o que apareceu foi aquilo que, genialmente, Milovan Djilas traduziu no seu livro "A Nova Classe". Substituíram a burguesia pela classe dos tecnocratas, donos do poder, na União Soviética e em outros países comunistas. De modo que eu tenho uma frustração, hoje, de não sentir essa tese de solidarismo cristão ter-se desenvolvido entre nós, principalmente nós, povos latinos, com maior vigor.

Eu ouço, antes de concluir, o nobre Senador Pompeu de Sousa, porque já vai longe este enfatiante discurso, Sr. Presidente.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Nobre Senador Jarbas Passarinho, procurarei ser o mais breve possível, mesmo porque estou aqui a comentar comigo mesmo da injustiça regimental que estamos, eu e o Senador Severo Gomes, cometendo contra V. Ex.<sup>a</sup>, que está aí, regimentalmente de pé, porque é o orador na tribuna, e nós a fazer verdadeiros discursos paralelos refestelados em nossas poltronas.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Mas isto me lembra, Senador Pompeu de Sousa, a expressão de V. Ex.<sup>a</sup> sobre as sextas-feiras: às sextas-feiras, nós temos discutido, aqui, em rarefação demográfica, alguns temas da maior importância. E a minha velhice me garante ficar de pé por muitas horas.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Eu ia felicitar o nosso eminente Presidente, Senador Nelson Carneiro, pela insistência com que nos fez realizar esta sessão, para qual quase não havia número. Conseguimos um número miraculoso, afinal, para realizá-la.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Altamente reforçado pelo Senador João Calmon.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Pelo nobre Senador João Calmon, que aqui veio reforçar o nosso *quorum*. Cumpre-me dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o seu discurso, como sói acontecer nessas ocasiões, transformou a nossa sessão de



16 de novembro — essa sessão de ressaca cívica do 16 de novembro, dia em que, na véspera, reproclamamos a república — numa tertúlia realmente admirável, como sói acontecer — repita — nessas ocasiões, como nas nossas sessões matutinas de sexta-feira. Aliás, gostaria de convidá-lo para uma nova tertúlia amanhã. Nobre Senador Jarbas Passarinho, tenho tanta coisa a dizer que tenho medo de não ter tempo de fazê-lo totalmente. A respeito das observações de V. Ex<sup>a</sup> sobre marxismo ou não marxismo, incompatibilidade entre cristianismo e o socialismo, em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> já concordou com o que disse o Senador Severo Gomes, e eu já tenho dito, também: que analisar qualquer fenômeno sócio-econômico desconhecendo Marx, é desconhecer a Economia e a Sociologia ao mesmo tempo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — V. Ex<sup>a</sup> já me ouviu dizer isso aqui...

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Exato! Já trocamos apartes neste sentido.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Fui até mais longe, disse que era assinar um atestado de ignorância.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Como V. Ex<sup>a</sup> vê, acabamo-nos encontrando por cima ou por baixo dos nomes, dos apelidos; porque os apelidos, às vezes, atrapalham o entendimento entre os homens. Surgem até episódios como aquele que V. Ex<sup>a</sup> assinalou na idiossincrasia do Padre Bastos D'Ávila, de admitir que se falasse em socialismo cristão; ele achava que havia uma incompatibilidade visceral, mas depois ele próprio reviu.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — No começo dos anos 60, apenas, que ele reviu.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — É o medo das palavras. As palavras, além das denotações semânticas criam tais conotações igualmente semânticas, que ficamos assustados, com medo das palavras.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Algumas são apropriadas para fins não muito lícitos, como, por exemplo, chamar República Democrática alemã àquela onde não se exercia democracia; chamar de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas àquela que fazia aquele tipo de socialismo tirânico. Isso confundiu o Mundo.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Exato, nobre Senador: foi a decomposição da denotação semântica pela conotação. (O velho professor de português sempre lembra essas coisas). Na verdade, precisamos não ter medo das palavras, insistir em evitar os eufemismos. O que V. Ex<sup>a</sup> sustenta, na sua democracia social, não difere muito do que sustento eu, na minha social democracia; apenas substituímos um adjetivo por um substantivo e um substantivo por um adjetivo; no fim, dá, substancialmente, quase no mesmo. Embora eu prefira dizer que sou mais um socialista do que um social-democrata, pelas implicações, também semânticas, da social-democracia.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Disso é que eu suspeitava um pouco.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Sempre fui, e continuo a ser; fundei a Esquerda Democrática ao lado de João Mangabeira, meu inescutível mestre e companheiro, mestre também do nosso presidente que aí está a contemplar-nos, sorridentemente, a ouvir uma remissão a essa figura admirável de santo socialista.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Não quero correr o risco nem de provocar o presidente, nem os baianos, ao admitir que João Mangabeira foi maior que Otávio.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Foi, sem dúvida, costume dizer que o Otávio tocava de ouvido e João, por música.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — V. Ex<sup>a</sup> não pode concordar com isso, Sr. Presidente!

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Fui amigo de ambos igualmente. Há até muitos episódios que eu... Mas, não vamos entrar nas páginas de memórias; senão, passaremos o resto do dia e da noite, sobretudo eu, que sou o mais velho dos três, não acabaria mais de contar as memórias.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — V. Ex<sup>a</sup> não é o mais velho; é apenas o mais vivido.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Queria apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup>, sobre as suas observações a este respeito, que precisamos desfazer esses equívocos verbais, esses equívocos puramente lexográficos: deixemos isso para os dicionaristas.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — De acordo com o Senador Severo Gomes, a culpa talvez fosse de Lerroux, a que criou a expressão socialismo, no século XIX. Foi a partir dele.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Vamos voltar ao século XX, pois já estamos quase chegando ao XXI. Então, vamos fazer, dialeticamente, a síntese, nobre Senador Jarbas Passarinho: eu vivo invocando, aqui, nos apartes que trocamos, o espírito dialético; quero dizer que precisamos unir as nossas posições, de vez que nós, pessoalmente, somos tão unidos, quase sempre, através dessa síntese do pensamento. Já lembrar justamente a respeito, já que V. Ex<sup>a</sup> mencionou o Padre Lebrez em suas considerações. Enquanto V. Ex<sup>a</sup> lembrava de uma figura admirável, que é o meu querido amigo e conterrâneo D. Helder Câmara, o Arcebispo emérito, o Cardeal, (retifico, aliás: ele não é Cardeal)...

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Pode ser... Cardeal *In Petto*.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — ... Dom Helder Câmara, a quem eu, menino e na primeira adolescência, conheci, de camisa verde, e, já adulto, conheci atacado como comunista; o que significa que as palavras realmente...

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Mas, neste caso, não são bem as palavras, porque eu era um jovem estudante, líder secundarista

no Pará, no meu Colégio Paes de Carvalho, e fui doutrinado por integralistas e por comunistas, na época em que a doutrinação comunista levava à cadeia, obrigatoriamente, e quando começaram, os integralistas, a dizer "não, o Brasil tem que ser um País independente; esse 7 de setembro — e são coisas que ouvimos agora — esse 7 de setembro é uma farsa, porque o País que não tem independência econômica não é independente politicamente", eu ouvi isso muíto, em um discurso maravilhosamente feito por um padre muito magro, que não vestia camisa verde, mas a sua batina, e que era exatamente o então Padre Dom Helder Câmara. Ouvi-o defendendo as teses típicas do fascismo integralista; mais tarde, vimos muitos integralistas fazerem a volta,...

**O Sr. Pompeu de Sousa** — San Thiago Dantas

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — ... darem um passo e passarem para o marxismo.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Mas, na verdade, são esses equívocos que, às vezes, as palavras criam; e as palavras adquirem a força quase que de doutrina: precisamos não ter medo das palavras, mas, sim, encarar as doutrinas.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Mas, nisso, infelizmente, o povo brasileiro é muito pobre.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Exatamente! V. Ex<sup>a</sup> antecipa o pensamento que logo eu iria expressar. V. Ex<sup>a</sup> vê que a nossa identidade é tão grande que os meus apartes de estão transformando em um diálogo: parece até uma cena de teatro, pois aqui estamos improvisando, não o teatro do absurdo, mas o teatro do improvisado.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — O plenário é uma arena e eu uso a palavra para provocar V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Pompeu de Sousa** — O importante é que eu queria apartear V. Ex<sup>a</sup> — lamentavelmente, não pude fazê-lo antes — concordando com o Senador Severo Gomes. Mas, primeiro, eu gostaria de terminar, dizendo o seguinte: a síntese de todas as palavras, de todas as doutrinas e de todas as ideologias políticas está sendo, magistralmente, ensinada ao Mundo através de um cidadão chamado Gorbachev — o maior estadista do século, porque está renovando o Mundo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Do século, não sei, mas do fim do século, com certeza...

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Mas, então, Nobre Senador Jarbas Passarinho, voltando ao problema do salário mínimo e do mercado, que V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Severo Gomes lembraram: aparentemente, havia pequenas discordâncias alguma. Na verdade, se não se paga salário decente aos trabalhadores, não se cria mercado interno, não se cria o desenvolvimento. Aquela outra teoria, que vem do Professor Bulhões e se transfere de tecnocrata

em tecnocrata — e V. Ex<sup>a</sup> falou dos tecnocratas da extrema esquerda, mas nós temos aqui os nossos tecnocratas, que não diria são de extrema direita, mas do extremo conservadorismo —, aquela teoria de nossos tecnocratas acabou por criar o problema da exportação do produto agrícola e querer manter eternamente este País como essencialmente agrícola, para servir aos países desenvolvidos ...

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Missão Abink... —

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Exatamente!

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que, no nosso tempo ainda de jovens, a Missão Abink recomendava ao Brasil exatamente isso: que se mantivesse como um país agrícola. Ainda hoje, há quem defenda, querendo nos colocar junto a Nova Zelândia, com o mesmo tipo de exemplo.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — E manter um país essencialmente agrícola para abastecer abaixo do preço — a preço do salário vil, do salário indigno, do salário-vergonha, como o chamava, na campanha, o nobre Deputado Ulysses Guimarães — a mesa farta dos países desenvolvidos à custa da miséria do trabalhador brasileiro; esta é a verdade. Essa doutrina teve como seu máximo formulador a figura excelsa do nosso Colega do Congresso Nacional cujo nome não recordo ... Delfim Netto — até o nome dele me fugiu agora — com o famoso distico: "exportar é o que importa". Meu Deus do Céu!

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Acolho o aparte, nobre Senador.

Quanto à perda de memória temporária do nome do Deputado Delfim Netto, é perdoável, até porque eu também já troquei aqui um nome de personalidade; mas vou transmitir a S. Ex<sup>a</sup> que V. Ex<sup>a</sup> disse que ele é uma figura excelsa. Naturalmente, V. Ex<sup>a</sup> não perdeu à taquígrafia que colocasse aspas.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Não pedi. V. Ex<sup>a</sup> é que as está pedindo, as está reclamando.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — (umas das coisas que li, de Carlos Lacerda, que indiscutivelmente era um grande tribuno,...

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Também meu grande amigo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — é que a ironia escrita ainda tem um socorro, que são as reticências; mas a ironia verbal acaba se transformando em elogio.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Apenas eu gostaria de concluir, nobre Senador. Na verdade, V. Ex<sup>a</sup> está mencionando como as coisas mais sérias, no Brasil, de repente perdem a seriedade, como a greve e tudo mais. Isso me lembra um amigo, também esquecido, chamado Jaime Ovalle — admirável compositor, admirável boêmio (cunhado de Augusto Frederico Schmidt), que musicou os poemas de Manoel Bandeira, — e de que ele dizia que o Brasil era o Cinema Central do Mundo.

E a tese do Cinema Central do Mundo é a seguinte. Era um cinema que então existia no Rio de Janeiro, o qual, entre as suas sessões cinematográficas, exibia números de palco. E, nesse cinema, exibiam-se as maiores celebridades do *bel canto*; Enrico Caruso, Beniamino Gigli, etc, etc. Ovalle queria dizer que o Brasil tem o poder de enxovalhar as instituições mais respeitáveis. O que é preciso, meu querido amigo e Companheiro Jarbas Passarinho, é que o Brasil deixe de ser o Cinema Central do Mundo, respeite as suas próprias instituições, para ser respeitado.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Muito obrigado, Senador.

Vamos concluir, Sr. Presidente.

E eu diria que a síntese que o Senador Pompeu de Sousa propõe, já que nós estamos higelianos no momento, seria, exatamente, talvez concluir que o capitalismo, como tese, não conseguiu fazer a equidade, e o socialismo, como antítese, não conseguiu produzir a liberdade.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Mas produziu; está continuando a produzir.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — De maneira que, a síntese deve se exatamente procurada, talvez, numa teoria de convergência.

E eu dizia, Sr. Presidente, que, uma vez que renunciei à minha condição de Presidente Nacional do Partido, por uma questão ética, porque não tinha condições pessoais de apoiar o candidato do meu Partido, mantive-me em silêncio obrigatório, ou, como diria o Vaticano, em silêncio obsequioso em relação à figura do candidato, e aspirava muito chegar ao segundo turno, com a restauração da minha liberdade. Vamos começar o segundo turno e eu tenho dúvidas se restaurarei a minha liberdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado)

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

— Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Marco Maciel — Lourival Baptista — João Calmon — Ronan Tito — Pompeu de Sousa — Severo Gomes — Meira Filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Esgotada a hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Não há número para deliberação. Desta forma, ficam com sua apelação adiada os itens constantes da presente **Ordem do Dia:**

— 1 —

(Incluindo em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1989 (nº 112/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Imperatriz Sociedade Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, tendo:

**PARECER PRELIMINAR**, por pedido de diligência.

— 2 —

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1989 (nº 2.014/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, cria a função de Corregedor Regional e cargos em comissão e de provimento efetivo no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e dá outras providências, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 3 —

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1989 — Complementar, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, que estabelece normas gerais aplicáveis ao imposto sobre Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição — ITBI — IV, tendo

**PARECER**, proferido em Plenário, da Comissão

— de Assuntos Econômicos, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

— 4 —

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 1989, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que revoga os arts. 51, 151 e 157 do Código Eleitoral, que determinam medidas sanitárias nos títulos eleitorais de portadores de Hanseníase, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, proferido em Plenário, da Comissão

— de Assuntos Sociais.

— 5 —

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 72, de 1989, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que cria, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os cargos de natureza especial que menciona e dá outras providências, tendo



PARECER, proferido em Plenário, da Comissão  
— do Distrito Federal, favorável ao projeto e à emenda apresentada perante a Comissão.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1986 (nº 1.894/83, na Casa de origem), que torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões, tendo

PARECER, sob nº 258, de 1989, da Comissão de

— Constituição, Justiça e Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, com Emenda que apresenta de nº 1-CCJ.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 1989, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal, que dispõe sobre a remuneração do Vice-Governador do Distrito Federal e dá outras providências.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 1989, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 2.006.188 Bônus do Tesouro Nacional, junto à Caixa Econômica Federal.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 1989 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 274, de 1989), que autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 55.600.000,00 (cinquenta e cinco milhões e seiscentos mil dólares americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 77, de 1989 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 275, de 1989), que autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE a ultimar aditivo contratual à operação de crédito externo, firmada em 12 de outubro de 1978, junto a um consórcio de bancos franceses, com vistas a possibilitar a aquisição de equipamentos de origem francesa para a ampliação da Central Termoeletrica Presidente Médici, no Rio Grande do Sul.

— 11 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1 de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

PARECER, sob nº 145, de 1989,  
— da Comissão Temporária, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria, com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

— 12 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1989, de autoria do Senador Olavo Pires e outros Senhores Senadores, que modifica o § 3º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

— 13 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

— 14 —

#### Veto Total

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do DF nº 54, de 1989, que reestrutura a categoria funcional de Assistente Jurídico do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 1973, fixa sua retribuição, e dá outras providências. (Término do prazo da Comissão do Distrito Federal para apresentação do relatório — 2-11-89.)

— 15 —

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1989 (nº 73/89, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do convênio de cooperação para a realização de obras previstas no estudo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, e do seu protocolo anexo correspondente ao financiamento de obras para o ano de 1988, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 26 de abril de 1988. (Dependendo de parecer.)

— 16 —

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1989 (nº 74/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de cooperação econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular. (Dependendo de parecer.)

— 17 —

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1989 (nº 64/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo que cria uma Comissão Mista

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa (dependendo de parecer).

— 18 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1989 (nº 63/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, em 6 de julho de 1988 (dependendo de parecer).

— 19 —

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno)

Acrescenta um § 6º ao art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (1º signatário: Senador Leopoldo Peres.)

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1989, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre o uso obrigatório da marca alusiva ao centenário da República na correspondência oficial dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário, União, Estados e Municípios.

Ao Projeto, não foram oferecidas emendas.

De acordo com o disposto no Regimento Interno, a matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Pausa)

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã, às 9 horas, a seguinte

### ORDEM DO DIA

— 1 —

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1989 (nº 112/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Imperatriz Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, tendo

PARECER PRELIMINAR, por pedido de diligência

— 2 —

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1989

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1989 (nº 2.014/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, cria a função de Corregedor Regional e cargos em comissão e de provimento efetivo no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário, da Comissão

— de *Constituição, Justiça e Cidadania*.

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 328, DE 1989 — COMPLEMENTAR  
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1989 — Complementar, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, que estabelece normas gerais aplicáveis ao imposto sobre Transmissão *inter vivos*, qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição — II-BI—IV, tendo

PARECER, proferido em Plenário, da Comissão

— de *Assuntos Econômicos*, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 332, DE 1989

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 1989, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que revoga os arts. 51, 151 e 157 do Código Eleitoral, que determinam medidas sanitárias nos títulos eleitorais de portadores de hanseníase, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário, da Comissão

— de *Assuntos Sociais*.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO DF Nº 72, DE 1989  
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 72, de 1989, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que cria, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os cargos de natureza especial que menciona e dá outras providências, tendo

PARECER, proferido em Plenário, da Comissão

— do *Distrito Federal*, favorável ao projeto e à emenda apresentada perante a Comissão.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1986 (nº 1.894/83, na Casa de origem), que torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões, tendo

PARECER, sob nº 258, de 1989, da Comissão de

— *Constituição, Justiça e Cidadania*, pela constitucionalidade, juridicidade, com Emenda que apresenta de nº 1-CCJ.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 1989, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal, que dispõe sobre a remuneração do Vice-Governador do Distrito Federal e dá outras providências.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 1989, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 2.006.188 Bônus do Tesouro Nacional, junto à Caixa Econômica Federal.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 1989 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 274, de 1989), que autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 55.600.000,00 (cinquenta e cinco milhões e seiscentos mil dólares americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 77, de 1989 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 275, de 1989), que autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE a ultimar aditivo contratual à operação de crédito externo, firmada em 12 de outubro de 1978, junto a um consórcio de bancos franceses, com vistas a possibilitar a aquisição de equipamentos de origem francesa para a ampliação da Central Termoeletrica Presidente Médici, no Rio Grande do Sul.

— 11 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1 de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

PARECER, sob nº 145, de 1989, — da *Comissão Temporária*, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria, com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

— 12 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1989, de autoria do Senador Olavo Pires e outros Senhores Senadores, que modifica o § 3º do

art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

— 13 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

— 14 —

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do DF nº 54, de 1989, que reestrutura a categoria funcional de Assistência Jurídica do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 1973, fixa sua retribuição, e dá outras providências.

(Término do prazo da Comissão do Distrito Federal para apresentação do relatório — 2-11-89.)

— 15 —

PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO Nº 34, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1989 (nº 73/89, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do convênio de cooperação para a realização de obras previstas no estudo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, e do seu protocolo anexo correspondente ao financiamento de obras para o ano de 1988, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 26 de abril de 1988. (Dependendo de parecer.)

— 16 —

PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO Nº 35, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1989 (nº 74/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de cooperação econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular. (Dependendo de parecer.)

— 17 —

PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO Nº 33, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1989 (nº 64/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo que cria uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa (dependendo de parecer.)

18

Discussão em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1989 (nº 63/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, em 16 de julho de 1988 (dependendo de parecer).

— 19 —

PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1989  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
art. 358, do Regimento Interno)

Acrescenta um § 6º ao art. 5º do Ato das  
Disposições Constitucionais Transitórias. (1º  
signatário: Senador Leopoldo Peres.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10  
minutos.)

ATA DA 156ª SESSÃO, REALIZADA  
EM 19-10-89  
(Publicada no DCN — Seção II — de  
20-10-89)

#### Retificações

Na publicação do Projeto de Decreto Legis-  
lativo nº 50/89, na Câmara dos Deputados,  
que aprova os textos das convenções nºs 135  
e 161 e rejeitada a de nº 143, da Organização  
Internacional do Trabalho-OIT, imediatamente  
após a Conferência Internacional do Traba-

lho que acompanha o projeto, na página nº  
6071, 2ª coluna, acrescente-se por omissão  
o seguinte:

(À Comissão de Relações Exteriores e  
Defesa Nacional)

Na publicação do Parecer da Comissão de  
Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei  
do Senado nº 174/89—Complementar, que  
estabelece normas sobre a participação dos  
Estados e do Distrito Federal no produto da  
arrecadação do Imposto sobre Produtos In-  
dustrializados, relativamente às exportações,  
na página nº 6072, 1ª coluna,

Onde se lê:

PARECER Nº 225, DE 1989

Leia-se:

PARECER Nº 255, DE 1989